



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

**OS IMPACTOS DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)
AO MEIO AMBIENTE E A MÍDIA PERNAMBUCANA: entre o silenciamento e os
efeitos de sentido**

Recife

2019

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

**OS IMPACTOS DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)
AO MEIO AMBIENTE E A MÍDIA PERNAMBUCANA: entre o silenciamento e os
efeitos de sentido**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Prof^a Dr^a Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes.

Recife

2019

Catalogação na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

S586i	Silva, Luciana Pereira da Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) ao meio ambiente e a mídia pernambucana: entre o silenciamento e os efeitos de sentido / Luciana Pereira da Silva. – Recife, 2019. 174f.: il.
	Orientadora: Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.
	Inclui referências.
	1. Análise do discurso (AD). 2. Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). 3. Comunicação Ambiental. 4. Comunicação de risco. 5. Silenciamento. I. Gomes, Isaltina Maria de Azevedo Mello (Orientadora). II. Título.
302.23 CDD (22. ed.)	
UFPE (CAC 2020-09)	

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

**OS IMPACTOS DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)
AO MEIO AMBIENTE E A MÍDIA PERNAMBUCANA: entre o silenciamento e os
efeitos de sentido**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovada em: 21/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Cristina Teixeira Veira de Melo (examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Karla Patriota Bronsztein (examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Evandra Grigoletto (examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr. Jean Fábio Borba Cerqueira (examinador externo)
Universidade Federal de Sergipe

Aos meus pais, Lucy e Antônio (*in memorian*), por tudo o que representam na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Nesta parte do trabalho na qual as formalidades são dispensáveis utilizarei o espaço para tecer alguns agradecimentos.

A Deus, por minha fé e convicções pessoais.

Aos meus familiares, cada um deles têm uma parcela significativa de contribuição nas minhas conquistas, para melhor dizer, nossas conquistas.

À professora Isaltina Gomes por toda contribuição durante esses quatro anos de pesquisa, por sua generosidade, por seu respeito, por seu compromisso e pela amizade e apoio. Muito Obrigada, Tina!

À professora Evandra Grigoletto por me inserir no mundo da Análise do discurso (AD), foi um grande desafio.

Aos professores Cristina Teixeira, Evandra Grigoletto e Jean Cerqueira pela generosidade de contribuir com meu trabalho na banca de qualificação e de defesa deste trabalho.

À professora Karla Patriota, pela generosidade de suas palavras e por sua contribuição.

Aos funcionários do corpo técnico do PPGCOM Roberta, Cláudia e José Carlos pela ajuda de sempre.

Aos colegas Dirceu Góes, Karolina Calado e Ana Paula pelos laços que conseguimos criar durante a tese.

Aos amigos e amigas, Bruna Moura, Carmen Lúcia, Robson Tavares, Rodrigo Ataíde, Rômulo Felipe, pelas diferentes contribuições. Obrigada!

Quando se pensa o sujeito em relação com o silêncio, a opacidade do “Outro” se manifesta. Assim, pensar o silêncio é pensar a solidão do sujeito em face dos sentidos, ou melhor, é pensar a história solitária do sujeito em face dos sentidos. É por aí que se pode fazer intervir as “fissuras” que nos mostram efeitos do silêncio. O Outro está presente, mas no discurso, de modo ambíguo (presente e ausente) (ORLANDI, 2007, p. 48).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo investigar em quais formações discursivas se inscreveram os discursos jornalísticos e sob quais formações ideológicas estão determinados ao enunciarem sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). A construção e o funcionamento do empreendimento geraram impactos ambientais significativos para o local e para a população dos municípios do entorno do empreendimento. Partimos da seguinte indagação: como os impactos ambientais do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) produziram efeitos de sentido no discurso da mídia impressa pernambucana? Fundamentando-nos nesse problema de pesquisa, formulamos a seguinte hipótese: as condições de produção do *discurso sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), a partir das formações ideológicas e formações discursivas silenciaram na mídia pernambucana os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento. Como aporte teórico-metodológico mobilizamos os conceitos da Análise do discurso (AD), na perspectiva de seu fundador Michel Pêcheux. Para a AD o discurso mantém uma relação intrínseca entre língua e história além de compreender os sujeitos como sócio-históricos e ideológicos. O *corpus* foi constituído por notícias publicadas nos jornais: *Jornal da Cidade*, *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, do ano de 1975 e no período 2007 e 2014. Esses períodos foram selecionados por representarem marcos na história do Complexo. No ano de 1975, os discursos sobre o Complexo rompem o silenciamento com a publicação do “Manifesto Suape” e no período seguinte, há o lançamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As análises sugerem que a partir das condições de produção do discurso sobre o CIPS deriva a Formação Ideológica Capitalista-Industrialista e esta projeta a Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora na qual os jornalistas ancoram os discursos e enunciam sobre o CIPS, projetando efeitos de sentidos para o leitor sobre o empreendimento. Constatamos que um dos efeitos de sentido, é o silenciamento dos impactos ambientais e socioambientais gerados pelo Complexo.

Palavras-chave: Análise do discurso (AD). Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Comunicação Ambiental. Comunicação de risco. Silenciamento.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate in which discursive formations and under which ideological formations the journalistic discourses here analyzed fall under when enunciating about Suape's Industrial Port Complex (SIPC). The construction and the operation of the venture ended up in significant environmental impact in the area affecting those who live in its outskirts. We begin with the question: how have the environmental impacts of Suape's Industrial Port Complex (SIPC) produced effects of meaning in the press media's discourse in the state of Pernambuco. Based on this research problem, we have formulated the following hypothesis: considering the ideological and discursive formations, the conditions under which the *discourse about* Suape's Industrial Port Complex (SIPC) has been produced has silenced in the state of Pernambuco's media the environmental impacts caused by the venture. As theoretical and methodological background we have worked with Michel Pêcheux's perspective of Discourse Analysis (DA). In DA, discourse maintains an intrinsic relationship with language and history, seeing the subject as a socio historical and ideological being. The corpus of this thesis consists of news published in the newspapers *Jornal da Cidade*, *Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* and *Jornal do Commercio*, from 1975, 2007 and 2014. Those years were chosen because they represent milestones in the history of the Complex. In 1975, the discourses about the Complex broke the media's silence with the publication of "Suape Manifesto". And in the following period of time the constructions of the Growing Acceleration Program (GAP) were launched. Our analyzes suggest that the Capitalist-Industrialist Ideological Formation, which projects the Developmental-Redemptive Discursive Formation in which the journalists built the discourses about the CIPS, derives from the discourse's conditions of production on the CIPS, projecting effects of meaning to the reader about the venture. We observed that one of the meanings projected was the silencing of the environmental and socio-environmental impacts caused by the Complex.

Keywords: Discourse Analyses (DA). Suape's Industrial Port Complex (SIPC). Environmental Communication. Risk Communication. Silencing.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à investiguer dans quelles formations discursives se souscrivent les discours journalistiques et sous quelles formations idéologiques ils se trouvent déterminés au moment où ils parlent à propos du Complexe Industriel du Port de Suape (CIPS). La construction et l'exploitation du projet ont provoqué des grands impacts environnementaux dans la région et dans la vie de ceux qui habitent à son entour. Nous partons de la question suivante: comment les impacts environnementaux du Complexe Industriel du Port de Suape (CIPS) ont-ils produit des effets de signification dans le discours des médias imprimés en Pernambouc. À partir de ce problème de recherche, nous avons formulé l'hypothèse suivante: les conditions de production du discours à propos du Complexe Industriel du Port de Suape (CIPS), basées sur des formations idéologiques et des formations discursives, ont fait taire, dans le média en Pernambouc, les impacts environnementaux produits par l'entreprise dans l'état. En tant que support théorique et méthodologique, nous avons travaillé avec les concepts de l'Analyse du Discours (AD), du point de vue de son fondateur, Michel Pêcheux. Pour l'AD, le discours entretient une relation intrinsèque avec la langue et l'histoire, il voit ainsi le sujet en tant qu'un être socio-historique et idéologique. Le corpus de ce travail était composé de nouvelles publiées dans les journaux: *Jornal da Cidade*, *Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* et *Jornal do Commercio*, dans les années de 1975, 2007 et 2014. Ces années ont été choisies parce qu'elles représentent des jalons dans l'histoire du Complexe. En 1975, des discours à propos du Complexe rompent le silence avec la publication du "Suape Manifesto". Dans la période suivante, les constructions du Programme d'Accélération de la Croissance (PAC) ont été lancées. Nos analyses suggèrent que la Formation Idéologique Capitaliste-Industrielle, qui projette la Formation Discursive Développementale-Rédemptrice dans laquelle les journalistes ont construit les discours à propos du CIPS, dérive des conditions de production du discours concernant le CIPS, projetant des significations au lecteur envers l'entreprise. Nous avons constaté que l'un des effets de signification c'est de faire taire, dans le média, des impacts environnementaux et socio-environnementaux générés par le Complexe.

Mots-clés: Analyse du Discours (AD). Complexe Industriel du Port de Suape (CIPS). Communication Environnementale. Communication de Risque. Faire taire.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A ANÁLISE DO DISCURSO (AD): DESCORTINANDO OS SENTIDOS	23
2.1	OS CAMINHOS DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD).....	24
2.2	NAS BRECHAS DO SENTIDO: AS FORMAS DO SILÊNCIO E A POLÍTICA DO SILÊNCIO (SILENCIAMENTO).....	32
2.3	O DISCURSO SOBRE.....	38
3	DISCURSOS, MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE DE RISCO.....	47
3.1	OS DISCURSOS SOBRE NATUREZA E MEIO AMBIENTE: A EMERGÊNCIA DO DISCURSO AMBIENTAL E A SOCIEDADE DE RISCO.....	48
3.1.1	Os discursos sobre a natureza e o meio ambiente.....	48
3.2	A EMERGÊNCIA DO DISCURSO AMBIENTAL.....	55
3.2.1	A heterogeneidade do discurso ambiental.....	67
3.2.2	O discurso ambiental na sociedade de risco.....	75
4	COMUNICAÇÃO AMBIENTAL, JORNALISMO, JORNALISMO AMBIENTAL.....	81
4.1	COMUNICAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES.....	81
4.1.1	Jornalismo e Jornalismo Ambiental: discussões conceituais.....	88
5	PROCEDIMENTOS DE TRABALHO.....	92
5.1	O ARQUIVO EMPÍRICO E A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO.....	93
5.1.1	O corpus discursivo: a constituição dos blocos e sequências discursivas....	94
5.1.1.1	<i>Os Blocos e o conjunto de sequências discursivas.....</i>	95
6	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS).....	97
6.1	AS ANÁLISES DO BLOCO 1 – ANO DE 1975.....	112
6.1.1	Análise do processo discursivo do Domínio 1 (<i>Jornal da Cidade</i>).....	113
6.1.2	A análise do processo discursivo do Domínio 2 (<i>Diario de Pernambuco</i>)....	122
6.1.3	Análise do processo discursivo do Domínio 3 (<i>Jornal do Commercio</i>).....	126
6.1.4	Os discursos sobre o CIPS na imprensa escrita Pernambucana no ano de 1975.....	131

6.2	ANÁLISES DO BLOCO 2 – PERÍODO DE 2007 a 2014.....	134
6.2.1	Análises das Sequências discursivas do Domínio 2 (<i>Diario de Pernambuco</i>).....	134
6.2.2	Análise das Sequências discursivas do Domínio 3 (<i>Jornal do Commercio</i>)..	140
6.2.3	Análise das Sequências discursivas do Domínio 4 (<i>Folha de Pernambuco</i>).	145
6.3	OS DISCURSOS SOBRE O CIPS NA IMPRESSA ESCRITA PERNAMBUCANA NO PERÍODO DE 2007 A 2014.....	152
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	REFERÊNCIAS.....	169

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, o discurso ambiental pode ser considerado um tipo de discurso heterogêneo tanto pela sua constituição, como também por ser enunciado de contextos e posições discursivas distintas. Muito embora ecoe, de vários lugares, em muitos casos, é necessário que o silêncio seja rompido para que os impactos e os problemas ambientais se tornem públicos e as ações sejam efetivas e possam ser adotadas.

No caso deste trabalho, nos debruçaremos sobre o funcionamento do processo discursivo que circunda os discursos sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), para analisar como, na mídia pernambucana – no jornalismo impresso –, os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento, poderiam ser silenciados. Na verdade, não temos como objetivo apontar falhas, erros e/ou culpados, mas compreender o processo discursivo no qual se enunciou sobre o CIPS e os efeitos de sentido circulantes.

A nossa observação sobre a temática teve início, no ano de 2010, ao ingressar como docente no Instituto Federal de Pernambuco – IFPE e passar a compor a equipe de pesquisadores do projeto de pesquisa “As externalidades urbanas no entorno do complexo Industrial Portuário de Suape”. Naquela época, os discursos da imprensa sinalizavam para um discurso desenvolvimentista e ufanista, quando as referências eram dirigidas aos CIPS, porém, havia uma ausência de informação e discussão sobre os impactos causados tanto pelas obras de implantação, bem como o funcionamento.

De outra parte, pesquisas¹ apontavam que a construção do CIPS gerou impactos ambientais significativos tanto para o entorno como para a população local dos municípios que compõem o Território Estratégico de Suape² (TES), dentre eles, Cabo e Ipojuca. A saber:

- a) crescente demanda por moradia por parte de trabalhadores que buscaram residir próximo ao trabalho;
- b) a diversificação das atividades de comércio e serviços;
- c) a requalificação de casas de segunda em primeira residência;
- d) o aumento do tráfego urbano;
- e) o aumento da produção de resíduos sólidos;

¹ Alves (2011); Souza (2012);

² O Território Estratégico de Suape (TES) compreende os municípios de: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Sirinhaém e Ribeirão. A área de jurisdição do Porto de Suape corresponde aos municípios, considerados de influência direta, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (ECO-POLIS INTERNACIONAL MASTER, 2009).

- f) o aumento no consumo de água;
- g) a migração de trabalhadores de outros estados.

Diante dessas observações nos indagamos: Como os impactos ambientais do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) produziram efeitos de sentido no discurso da mídia impressa pernambucana?

Com fundamento nesse problema de pesquisa, formulamos a seguinte hipótese: as condições de produção do *discurso sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), a partir das formações ideológicas e formações discursivas, silenciaram, na mídia pernambucana, os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento.

Estabelecemos como objetivo geral: investigar em quais Formações discursivas se inserem os discursos jornalísticos, e por qual(is) Formação(ões) Ideológica(s) estão determinados, ao discursivizarem sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Os nossos objetivos específicos consistem em:

I – analisar o funcionamento do processo discursivo diante das condições de produção do discurso sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape;

II – investigar como as formações discursivas, nas quais os sujeitos se inscreveram, silenciaram os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento;

III – identificar os efeitos de sentido de sentido projetados para o leitor sobre o CIPS.

Esta tese está dividida em seis seções, a saber:

Nesta primeira seção, a introdução, faremos algumas contextualizações e traremos alguns esclarecimentos tanto do objeto como dos caminhos e decisões que precisaram ser tomados para aproximar o eixo teórico no qual nos aportamos.

Na segunda, faremos uma incursão sobre a Análise do discurso, na perspectiva de seu fundador M. Pêcheux. A Análise do Discurso (AD) é considerada uma teoria discursiva que visa compreender como os objetos fazem sentidos no seu modo de significar para os sujeitos. A AD não trabalha com a noção de sujeito empírico, mas de sujeito discursivo, ou seja, ele (sujeito) sofre a determinação da história e da ideologia. Esse sujeito tem a ilusão do dizer, mas fala a partir de uma formação discursiva que o domina. Ainda nesta seção, discutiremos os conceitos do *silêncio* a partir da perspectiva de Orlandi (2007, p. 23). Para a autora, “o silêncio é a garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio”. Essa é uma das noções que mobilizaremos para compreender o processo discursivo do nosso objeto. É importante esclarecer que não buscamos marcas formais, mas pistas de significação; será no entremeio, nos deslizes que os efeitos de sentido irão ser projetados.

Encerraremos a segunda seção, discorrendo sobre a noção de *discurso sobre*. Para Mariani (1996, p. 63) são tipos de discursos nos quais há “um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo que se fala”. Sendo o nosso *corpus discursivo* constituído a partir de um arquivo empírico de notícias da mídia sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), é imprescindível a compreensão de que esses discursos projetam para o leitor efeitos de sentido sobre o empreendimento, mas emergem de um lugar social o qual os legitimam como “objetivo” e “imparcial”.

Na terceira e quarta seção, traremos autores que apresentam concepções de sujeito e ideologia, distintas da orientação que iremos mobilizar para a análise do *corpus discursivo*. No entanto, diante da relevância desses pesquisadores, tanto na discussão do discurso ambiental quanto no campo da Comunicação Ambiental e do Jornalismo Ambiental, traremos uma breve discussão de suas percepções teóricas, a fim de que o leitor possa compreender a partir de qual perspectiva se analisam as questões e demandas ambientais. Na medida do possível, tentaremos estabelecer algum diálogo de aproximação com as teorias apresentadas, de modo a não ultrapassar as suas contribuições particulares.

Ainda sobre a terceira parte, intitulada: *Discurso, meio ambiente, sociedade de risco*, a nossa intenção foi trazer uma narrativa, observando algumas percepções de natureza e meio ambiente que circulam na prática discursiva, para compreender como esses discursos passaram a compor o “já dito” do interdiscurso que, porventura, iria determinar o que pode e deve ser dito nas formações discursivas, sendo projetadas pelos sujeitos ao discursivizarem sobre o CIPS.

Posteriormente, percebemos que, a partir dessas discursividades, isto é, da relação utilitária da natureza que se estabeleceu ao longo do tempo, das crises ambientais, advindas com essa relação do homem com o meio ambiente natural e do discurso do capitalismo-industrialista, emergem os discursos ambientais.

Os discursos ambientais surgem de um campo de embates discursivos, na década de 1960, do século XX, quando entre outras pautas de luta, estavam: a luta das mulheres, dos negros, dos indígenas. Constatamos, então, que é um tipo de discurso heterogêneo³, porque, em sua constituição, abriga posições sociais distintas e interesses distintos, enunciando sobre eles. Contudo, observamos que se trata de um discurso de resistência (discutiremos o movimento de resistência na seção 2.1), já que precisa romper o silenciamento para ser

³ Ver Medeiros (2017).

enunciado, em alguns casos, produzindo efeitos de sentido a partir dos deslizamentos dos sujeitos.

De outra parte, esses discursos são enunciados na “modernidade reflexiva” e os riscos podem ser considerados como reflexividade, ou seja, reflexo das atitudes humanas no meio ambiente natural. Como Beck (2010, p. 56) afirmou, podem, ainda, consistir em “oportunidades de mercado”, coexistindo na sociedade aqueles que “lucram com os riscos” e “aqueles afetados por eles”. No entanto, a sociedade de risco é a mesma que abriga em seu cerne a ciência, a mídia e a informação, projetando efeitos de sentido de oposição “entre aqueles que produzem definições de risco e aqueles que a consomem”. Vale ressaltar que esses discursos, em circulação, podem perpetuar a concepção de natureza e meio ambiente como recurso para a promoção do progresso; de mercadoria para a apropriação social; além de ampliar o afastamento existente entre o homem e a natureza.

Ainda discutindo aspectos da sociedade de risco, não poderíamos deixar de mencionar a mídia, compreender tanto o processo de produção da notícia como as nuances que envolvem a ‘publicização’ dos problemas e questões ambientais para a sociedade. Desta forma, observamos que Hannigan (2009) expôs que o papel da mídia na discussão das questões ambientais é primordial, porque sem o acesso à mídia é muito difícil um problema ambiental passar a ser observado na esfera pública⁴.

Todavia, o que de fato, ainda permeia a cobertura ambiental é a falta de contextualização dos conteúdos (os temas são abordados de forma superficiais); a cobertura é alarmista (promove a desinformação); a cobertura acontece em datas e eventos especiais e nas tragédias. Como exemplo, podemos citar dois crimes socioambientais ocorridos no Brasil, no Estado de Minas Gerais. O primeiro, na cidade de Mariana, no ano de 2015, em virtude do rompimento da barragem do “Fundão”, levou a óbito 19 pessoas entre funcionários e moradores da circunvizinhança, além de ter causado graves impactos ambientais no ecossistema da região. O segundo, na cidade de Brumadinho, no ano de 2019, em consequência do rompimento da barragem 01 do Córrego do Feijão, ocasionou a morte de 240 pessoas e outras 32 continuam desaparecidas.

Abordando ainda a cobertura da mídia sobre os problemas e questões ambientais, podemos constatar que ela segue os critérios de *noticiabilidade* adotados pelo jornalismo

⁴ Para Habermas (1984, p. 14-15) “A própria ‘esfera pública’ se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao poder público. Conforme o caso, incluem-se entre os ‘órgãos da esfera pública’ os órgãos estatais ou então os mídia que, como a imprensa, servem para que o público se comunique”.

tradicional, ou seja, não se consideram as especificidades do campo, a relevância da problemática e o risco que todos os seres humanos e não-humanos podem vir a ser acometidos nos crimes e nos desastres ambientais.

Considerando esses aspectos, na quarta seção, abordaremos a Comunicação Ambiental, o Jornalismo e o Jornalismo Ambiental, a fim de compreender como os *discursos sobre* (discursos da mídia) podem projetar efeitos de sentidos sobre os objetos observados. Para nossa breve inserção, dialogaremos com pesquisadores que, tanto no cenário nacional como internacional, se debruçam sobre esses discursos.

A Comunicação Ambiental, enquanto campo de estudo, emerge na década de 1960. Cox (2010) a considerou constitutiva e pragmática, ou seja, está imbricada nos processos discursivos e é mobilizada nas ações dos sujeitos. Já Pezzullo e Cox, (2015), consideraram-na como uma disciplina de “risco” e do “cuidado”. Para eles, só a partir da percepção de que estamos vivendo na sociedade de risco, iremos nos inserir na dinâmica do cuidado. Pezzullo e Cox (2015) e Cox (2010) apresentam as áreas de pesquisas e as temáticas abordadas pelos estudiosos deste campo, mas esclarecem que não existe uma delimitação formal, uma vez que a distinção por área e temática tem a finalidade de se compreender a produção e o crescimento do campo da CA.

Desta forma, Bueno (2007); Cox (2010); Pezzulo e Cox (2015) estabelecem uma distinção entre Comunicação Ambiental e Jornalismo Ambiental. Para esses autores, o Jornalismo Ambiental compreende a produção da notícia, enquanto a Comunicação Ambiental é a junção de todas as práticas voltadas à difusão/socialização e inclusive, nela se insere o Jornalismo Ambiental.

Já Del Vechio de Lima *et al* (2015) afirmam que os campos da comunicação e do meio ambiente são, por sua essência, interdisciplinares. Para os autores, uma forma de oxigenar o campo é quando pesquisadores de áreas distintas compartilham os conhecimentos de forma produtiva. Ainda afirmam que a Comunicação Ambiental requer a mobilização dos fundamentos comunicacionais em prol do exercício da cidadania.

Feitas essas observações sobre a Comunicação Ambiental, na análise do *corpus discursivo* desta pesquisa, observaremos se os jornalistas mobilizam, ao discursivizarem, a partir de sua filiação à Formação Discursiva (FD) que os domina, a Comunicação Ambiental com o intuito de projetar efeitos de sentido sobre o CIPS para o leitor.

Já na quinta seção do texto, denominada de *Procedimentos de trabalho*, explicaremos o percurso que adotamos para observar o funcionamento do processo discursivo que circunda os discursos sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape na mídia pernambucana. Um

aspecto a ser destacado é que, com a análise, não se pretende atribuir valoração de certo ou errado, entretanto, a observação tem como objetivo interpretar os modos de significar e os efeitos de sentido projetados para os sujeitos sobre o Complexo.

Na Análise do Discurso, cada análise é única, uma vez que o pesquisador mobiliza um gesto de interpretação. Conforme orientou Orlandi (2015, p. 25), “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face as suas (outras) questões”.

Essa orientação da AD em relação ao modo de organização do material de análise e dos conceitos determinantes para responder às questões de pesquisa, foi determinante para as decisões que adotamos. Diante disso, discutimos ao longo do trabalho os conceitos e as teorias que, sob a nossa perspectiva, foram essenciais para a observação e interpretação sobre o funcionamento do processo discursivo, ou seja, constituímos o nosso arquivo empírico e, posteriormente, o *corpus* discursivo, sem incorrer no risco de fazer adequações e ajustes a um modelo de análise pronto.

Ratificamos que a nossa hipótese de trabalho consiste em: como os impactos ambientais produzidos pelo CIPS, diante das condições do discurso, são silenciados na mídia pernambucana pela filiação do jornalista à Formação Discursiva do capitalismo.

Inicialmente, montamos um *arquivo empírico* constituído por notícias dos jornais, a saber: *Jornal da Cidade*, *Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*. O nosso recorte temporal compreende o ano de 1975 e o período de 2007 a 2014. Escolhemos a versão impressa, uma vez que os jornais não estão microfilmados⁵ e o meio digital além de ser fluído não se mostrou eficiente para a coleta (os *sites* dos jornais só permitem consulta dos últimos três meses, até para os assinantes).

Esses fatos foram determinantes para trabalharmos com a versão impressa dos jornais, realizando a coleta no Arquivo Público de Pernambuco. Para o procedimento, realizamos o registro fotográfico das notícias encontradas e salientamos as dificuldades encontradas para construção do arquivo empírico:

- a) má conservação dos materiais, com mofo e partes danificadas;
- b) pouca iluminação do local, dificultando a leitura em determinados trechos;
- c) registro de baixa qualidade (sem uso de flash);

⁵ O governo do estado de Pernambuco tinha um contrato para realizar a microfilmagem de documentos (encerrado e não renovado). A Fundação Joaquim Nabuco mantém um setor de documentação no qual há o arquivamento dos filmes, materiais microfilmados, para consulta pública. Apenas o Jornal *Diario de Pernambuco* tem o acervo microfilmado até 2008.

d) arquivos incompletos.

O arquivo empírico é constituído por um total de 87 notícias. Para a sua constituição adotamos os seguintes procedimentos:

- a) realizamos a leitura do *Jornal da Cidade* do ano de 1975, de periodicidade semanal, selecionando as notícias que traziam alguma discussão sobre a construção do Complexo de Suape;
- b) identificamos a publicação do “Manifesto Suape” e outras notícias que discutiam a construção do Complexo;
- c) procedemos a leitura do Jornal *Diario de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio*, a fim de identificar se também publicaram o citado documento e outras notícias sobre a construção do CIPS.

Nos parágrafos seguintes relataremos os demais procedimentos adotados para a composição do arquivo empírico e posteriormente do *corpus* discursivo.

No ano de 1975, o *Jornal da Cidade* publicou uma notícia intitulada: “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape”, que ficou denominada de “Manifesto Suape”, assinada por um grupo de intelectuais pernambucanos que faziam ponderações acerca da construção do Complexo Industrial Portuário de Suape e questionavam o “modelo de desenvolvimento” proposto. A partir da publicação do referido documento, procuramos identificar se houve a divulgação nos demais jornais, a saber: *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* e constatamos que o citado documento não foi noticiado. Posteriormente, esses jornais apenas citaram, brevemente, o “Manifesto Suape”.

No tocante aos fatos, percebemos que o “Manifesto” é um marco, uma vez que rompe com o silêncio que havia, na mídia tradicional pernambucana, no entorno do planejamento do CIPS. Nesse sentido, percebemos que ocorreu uma falha no ritual do processo discursivo com a publicação do citado documento. Assim sendo, buscamos coletar as notícias publicadas nas quais havia a discussão sobre a construção do complexo.

Já, entre os anos de 2007 a 2014, no cenário nacional, há o lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e, no Estado de Pernambuco, surgiu o discurso do “desenvolvimento”, do “crescimento”, do “emprego e renda” amplamente noticiados pela mídia local. Nesse cenário, passa a circular o discurso em torno dos investimentos financeiros e da geração de crescimento e desenvolvimento que o Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS geraria para o Estado.

No cenário nacional e local, havia em circulação o discurso do momento do “milagre econômico”. O período denominado de “milagre econômico” foi considerado a época de

crescimento elevado dos indicadores financeiros do país, durante os anos de 1968 a 1973, decorrente da situação externa propícia, dos índices favoráveis da política econômica e das transformações institucionais do Programa de Ação Econômica (PAEG), dentre outros fatores (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI (2008). Esses discursos do “já-lá” do interdiscurso permeavam a prática discursiva. Por outro lado, no estado de Pernambuco a indústria da cana-de-açúcar estava em decadência e o poder público local buscava um “produto novo para a economia local” (ampliamos a discussão na seção 6.1).

A partir do final de 2008 e 2009, no cenário internacional, surge o discurso da crise econômica mundial. Porém, no cenário local, havia o discurso que a crise não atingiria o Brasil e, consequentemente, Pernambuco. Entretanto, já circulava, na prática discursiva, notícias de demissões de pessoal das empresas instaladas no CIPS, de atraso nas obras de requalificação de acesso ao empreendimento e do baixo valor ou do não pagamento das indenizações aos moradores das áreas circunvizinhas ao empreendimento, dentre esses, podemos citar, os moradores da Ilha de Tatuoca.

Partindo dessas considerações, a fim de constituir o arquivo empírico, mobilizamos mais um gesto de interpretação. Observamos que as notícias sobre problemas e questões ambientais têm uma característica peculiar de cobertura jornalística, são publicizadas em datas e eventos especiais e nas catástrofes, conforme Hannigan (2009) já havia alertado. Assim, no ano de publicação do “Manifesto Suape”, coletamos as notícias do primeiro semestre de 1975 dos três jornais em circulação, *Jornal da Cidade*, *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*.

No período de 2007 a 2014, utilizamos a metodologia da “semana construída”⁶ e, para cada semestre, construímos uma semana. Para o período, construímos 16 semanas, no total. Feitos os esclarecimentos, passamos a constituição do *corpus discursivo*.

A constituição do *corpus discursivo* seguiu a orientação de Courtine (2014, p. 54), “[...] conjunto de sequências, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso [...]. Sendo assim, definimos quatro domínios, assim qualificados: Domínio 1 – (*Jornal da Cidade*); Domínio 2 – (*Diario de Pernambuco*); Domínio 3 – (*Jornal do Commercio*); Domínio 4 – (*Folha de Pernambuco*).

Os jornais *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* possuem dois blocos de sequências discursivas, por estarem em circulação durante todo o período que compreende as

⁶ Riffe, Aust; Lacy (1993) os autores expõem que, em pesquisas com materiais de mídia, com vasto material para ser analisado. A metodologia consiste em para cada seis meses construir uma semana com os dias sorteados de forma aleatória.

análises, o ano de 1975, e entre os anos de 2007 a 2014⁷. Já, os jornais *Jornal da Cidade* e *Folha de Pernambuco*, possuem um bloco de sequências discursivas, ou seja, o primeiro, *Jornal da Cidade*, já não circulava em 2007 e o segundo, *Folha de Pernambuco*, foi fundado em 1998.

Dessa forma, as análises foram divididas em dois grupos: grupo 1 – Sequências Discursivas (SDs) do Domínio 1 – (*Jornal da Cidade*), bloco 1; Domínio 2 – (*Diario de Pernambuco*), bloco 1; Domínio 3 – (*Jornal do Commercio*).

Após o bloco de análises, apresentamos algumas considerações sobre as nossas principais observações ao funcionamento do processo discursivo.

Já o grupo 2, foi constituído com o bloco 2 – de Sequências Discursivas – SDs do: Domínio 2, - (*Diario de Pernambuco*); Domínio 3 (*Jornal do Commercio*) e Domínio 4 – (*Folha de Pernambuco*), bloco 1. Ao final da seção, montamos o Diagrama -1 – Representação do percurso metodológico (p. 96), com a finalidade de esclarecer o caminho das análises que adotamos.

Na sexta seção, iniciamos a observação do processo discurso das condições de produção do discurso sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) na mídia pernambucana. Como já afirmamos, consideramos que a publicação do “Manifesto Suape” rompe com o silenciamento em torno do planejamento do CIPS.

No cenário nacional, o Brasil estava vivendo o período da ditadura militar, período compreendido entre 1964 a 1985, e ainda havia resquícios dos discursos sobre o “milagre econômico”, ou seja, a memória da ditadura militar. No cenário local, Garcia e Mussalem (2011)⁸ apontam que havia uma preocupação em buscar um “produto” para salvar a economia de Pernambuco e do Nordeste, e Suape passou a ser idealizado por intelectuais pernambucanos como esse empreendimento.

⁷ Neste período, não temos como precisar o ano de início, o governo de Pernambuco passou a ser assinante dos três jornais em circulação do Estado. Os jornais passaram a ser distribuídos para todos os professores efetivos da Rede Pública Estadual.

⁸A obra “Suape: muito mais que um porto – uma visão econômica”, de autoria do jornalista Carlos Garcia e do economista Josué Mussalem, está dividida em duas partes: na primeira, “Muito mais que um porto”, o jornalista relata os bastidores da imprensa e os acordos realizados durante a concepção do CIPS. Já, na segunda parte, “Uma visão econômica”, Mussalem apresenta a contextualização macroeconômica do complexo e os aspectos da economia de Pernambuco. De nossa parte, salientamos que a obra foi escrita por pessoas que estavam inseridas nos grupos que idealizaram o empreendimento como alternativa econômica para o Nordeste e para Pernambuco. Muito embora, a obra não represente a nossa visão de pesquisadora (em vários aspectos), reconhecemos sua importância para confrontar e para corroborar os nossos achados empíricos.

Na observação do processo discursivo, percebemos que as condições de produção do discurso projetaram a Formação Ideológica Capitalista-Industrialista e dela emergiu Formação discursiva desenvolvimentista-redentora na qual estão ancorados os discursos do capitalismo-industrialista e, consequentemente, os discursos sobre o CIPS. Identificamos, ainda, que na falha do processo discursivo emergem os discursos sobre os impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo complexo.

Ainda na nessa seção, considerando as formações discursivas que emergiram, iniciamos as análises das SDs do Grupo 1, dos Domínios: Domínio 1 – *Jornal da Cidade*, bloco 1; Domínio 2 – *Diario de Pernambuco*, bloco 1 e *Jornal do Commercio*, bloco 1. Os nossos objetivos com as análises foram: investigar as formações discursivas que os jornalistas ancoraram os discursos para enunciar sobre o CIPS; quais as posições-sujeito emergiram dessas FDs e os efeitos de sentido produzidos sobre o CIPS para o leitor com os discursos dos jornalistas.

Os resultados das análises sugeriram que os jornalistas, na maioria dos casos, ancoraram os seus discursos na formação discursiva desenvolvimentista-redentora, discursivizando os saberes nela ancorados. Nesses casos, um dos efeitos de sentido projetados sobre o CIPS para o leitor foi o do empreendimento como o “impulsionador da economia Pernambucana”, “locomotiva de Pernambuco”. Observamos, ainda, que os enunciados dos jornalistas projetaram explicações e atribuíram juízos de valor sobre o Complexo. Desse modo, os jornalistas, ao ancorarem os discursos na Formação discursiva desenvolvimentista-redentor, silenciaram, para o leitor, os impactos ambientais produzidos pelo Complexo.

Identificamos, ainda que, quando ocorreu a contra-identificação do jornalista com a FD, ele (jornalista) enunciou os saberes da falha do processo discursivo, projetando os impactos ambientais e socioambientais que poderiam vir a ser causados pelo CIPS. Nesses casos, o profissional de jornalismo projetou para o leitor os impactos e riscos ambientais que poderiam advir com a instalação e o funcionamento do empreendimento.

Ao concluirmos as análises do grupo 1, observações que ao ancorarem os seus discursos na FD dominante os jornalistas tanto silenciaram os impactos ao meio ambiente produzidos pelo CIPS, assim como projetaram os sentidos do “já-lá” da Formação ideológica capitalista-industrialista.

Após as análises do grupo 1, nossa observação, no grupo 2, ocorreu com o intuito de compreender como seria o funcionamento do processo discursivo, considerando que as condições de produção do discurso eram distintas.

O grupo 2 foi constituído por SDs do Domínio 2 – entre os anos de 2007 a 2014, o regime político do país era democrático, as liberdades civis dos cidadãos respeitadas e a imprensa livre. Portanto, a nossa observação consistiu em compreender: se os jornalistas ancoram os seus discursos na formação discursiva desenvolvimentista-redentora; quais efeitos de sentido projetaram para o leitor ao enunciarem sobre o CIPS.

Com as análises do grupo 2, observamos que, na maioria dos casos, os jornalistas discursivizaram projetando os seus discursos da FD desenvolvimentista-redentora. Esse gesto de interpretação dos jornalistas lançou tanto para o leitor efeitos de sentido sobre o CIPS como: “maior gerador de emprego e renda”, “locomotiva de Pernambuco”, dentre outros, assim como, identificamos que esses discursos fazem parte da memória da ditadura militar, presente no país da década de 1970 a 1985. Logo, consideramos, assim, que os discursos que fazem parte do “já-lá” da Formação ideológica são projetados na formação discursiva desenvolvimentista-redentora, consequentemente, os jornalistas ao ancorarem os discursos nessa FD e discursivizarem sobre o CIPS silenciam os impactos ao meio ambiente produzidos pelo empreendimento.

Ainda percebemos que o jornalista, buscando se aproximar do leitor, mobilizou o que Pêcheux (2014) denominou de *mise en scène*, ou seja, o ato de reviver a cena, tornando a notícia uma narrativa de uma cena na qual ele (jornalista) parece se incluir. Identificamos, entretanto, que o jornalista ao se contra-identificar dos discursos ancorados na FD enunciou os impactos ambientais e socioambientais gerados pelo Complexo. Nesses casos, os jornalistas mobilizaram gestos de interpretação produzindo efeitos de sentido, no leitor, de denúncia dos impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo empreendimento.

Feitas as considerações iniciais, discorremos na seção seguinte sobre a Análise do Discurso (AD).

2 A ANÁLISE DO DISCURSO (AD): DESCORTINANDO OS SENTIDOS

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ao controle pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2015, p. 30).

Iniciamos esta seção com a citação de Orlandi, por compreendermos que, nesse momento da pesquisa, precisamos discutir a base teórico-metodológica que será nosso alicerce para análise do *corpus*. Como afirma a autora, “o dizer não é propriedade particular”, mas o sentido pode deslizar por esses vários dizeres encontrados no nosso cotidiano. Assim como os sentidos podem significar de maneira distinta para cada sujeito, “os sentidos se constituem nele” (sujeito) (ORLANDI, 2015).

Nesta seção, discorremos sobre o percurso adotado na construção do arcabouço teórico-metodológico que será mobilizado durante as análises do *corpus* discursivo desta pesquisa. Para tanto, compreendemos que essas escolhas precisam ser coerentes com as inquietações iniciais, objeto desta tese. Conforme orientação de Orlandi (2015, p. 25):

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face as suas (outras) questões. [...] O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise.

Assim, optamos pela Análise do discurso (AD) na perspectiva de seu fundador Michel Pêcheux e de autores que também adotaram conceitos, princípios e procedimentos que foram relevantes ao desenvolvimento das bases para a Teoria do Discurso.

Diante disso, inicialmente, traremos uma breve explanação sobre o surgimento da Análise do discurso (AD), apresentaremos o percurso histórico da AD e discutiremos alguns conceitos norteadores.

Na sequência, abordaremos as questões do silêncio e da política do silêncio (silenciamento) na perspectiva de Eni Orlandi. A contribuição da citada autora é fundamental para o nosso olhar sobre o *corpus* do trabalho.

2.1 OS CAMINHOS DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

A Análise do Discurso teve seu marco inicial na França, nos anos 60 do séc. XX, tendo como seus precursores Jean Dubois e Michel Pêcheux. O primeiro, linguista e professor da Universidade de Nanterre, participou dos projetos que possibilitaram o crescimento da Linguística, desde a criação de dicionários à fundação da Revista *Langages*. Pêcheux era filósofo e pesquisador em um Laboratório de Psicologia Social (CNRS), refletindo, à época, sobre discussões em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia. O terreno comum entre eles era o marxismo e a política, compartilhavam as mesmas ideias sobre a luta de classes, a história e o movimento social (MALDIDIER, 2014).

Segundo Maldidier (2014), no contexto histórico em que se insere o surgimento da AD, na França, havia o otimismo pelo sucesso do estruturalismo saussuriano e o apogeu da Linguística consagrada à ciência piloto. Naquele momento, o projeto da análise do discurso vislumbrava um novo caminho para se pensar o discurso político. Em J. Dubois destacava-se a substituição da subjetividade do leitor pela “gramática”, quebrando os laços com a literatura e inserindo os textos políticos de tradição francesa. Já em Pêcheux, a proposta é de uma teoria não subjetiva da linguagem que surge rompendo com as práticas vigentes de estudos de textos e com os métodos estatísticos nas ciências humanas.

Por outro lado, Maldidier (2014) menciona que J. Dubois, por ser linguista, concebia a instituição da AD na perspectiva de um “*continuum*”, ou seja, dos estudos das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso). Já, para M. Pêcheux, a AD era compreendida como o corte epistemológico com a ideologia que dominava as ciências humanas. Particularmente, a psicologia.

Segundo Maldidier (2017), o solo no qual surge a Análise Automática do Discurso são: a epistemologia e a crítica às ciências humanas e sociais. Dentre as teses contestadas por Pêcheux, podemos citar: a) a de se batizar de ciências as propostas que encobrem o “sujeito psicológico” e ignoram ou não tratam a relação com a política, cercando-se de métodos da estatística e da linguística; b) as aplicações estruturalistas aos campos mais diversos. Para a autora, naquele momento, a teoria do discurso havia sido sinalizada, mas era algo embrionário, porém ressalta que ela teria um viés na teoria da ideologia e no inconsciente.

O autor Henry (2014), também discutindo a obra de Pêcheux, expressa que a intenção de Pêcheux era construir um dispositivo experimental (a análise automática do discurso), citando como razões: a) a ligação oculta entre a prática política e as “ciências sociais”; e b) a junção da prática política com o discurso. Henry comenta que Pêcheux recusava a concepção

redutora da linguagem como mero instrumento de comunicação⁹. Segundo o autor, essa visão reducionista colocava o homem e as sociedades humanas em relação de similaridade com as sociedades animais (HENRY, 2014).

Para a AD, o discurso mantém uma relação intrínseca entre a língua e a história. A língua não compreendida como uma superestrutura, porém como o lugar onde os sentidos se materializam nos processos “discursivo-ideológicos”. Já o discurso é considerado como: “um *objeto construído*, distinto do objeto empírico, do encaixamento de frases produzido por um texto ou por um sujeito” (MALDIDIER, 2014, p. 45-49).

Apontando para as questões discursivas, Maldidier (2017) averba que o discurso compreendido por Pêcheux não traz em seu cerne a “superação” da dicotomia saussuriana língua/fala¹⁰, o mestre genebrino é reconhecido como o alicerce da ciência linguística. Segundo a autora, Pêcheux compreendia o “corte saussuriano” na concepção da língua enquanto sistema e, ao interrogar-se sobre o “efeito metafórico”, primeira formulação de sentido, estava invocando o valor saussuriano.

Para Pêcheux (2014), o distanciamento teórico proposto por Saussure ao pensar a língua como “sistema” ofuscava a percepção de ser compreendida como possuindo a *função* de produzir sentidos. Pêcheux compreendia que o “texto” não poderia ser o alvo da ciência linguística, uma vez que a produção de sentidos ocorre na relação “languageira”, ou seja, deve-se considerar a *língua*, por ser ela quem produz sentidos.

Ao observarmos as conclusões acima discutidas por Pêcheux, podemos identificar que uma das bases que marcam a AD é a língua como um lugar para a produção de sentidos e esses sentidos se materializam nos processos discursivos-ideológicos. Isso, de fato, revela que Pêcheux compreendia que o sentido não estava na linearidade (na transparência da língua) e que o sujeito apenas tinha a ilusão de ser dono do dizer. Algumas dessas questões discursivas são respondidas no texto “Análise automática do discurso (ADD-69)”, no qual Pêcheux (2014) tece considerações acerca dos avanços da ciência linguística, marcadamente, com a publicação do Curso de Linguística Geral.

O esquema comunicacional proposto por Jakobson (2003) consistia nos seguintes elementos: remetente (codificador), destinatário (decodificador), mensagem, contexto (a que se refere), código (total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário), contato

⁹ Discutimos a crítica de Pêcheux (1969) ao Esquema comunicacional proposto por Roman Jakobson nas páginas seguintes.

¹⁰ A dicotomia língua/fala é apresentada por Ferdinand de Saussure no Curso de Linguística Geral, “obra póstuma” do mestre genebrino, publicada originalmente em 1916.

(canal físico e uma conexão psicológica entre remetente e destinatário a partir do qual se estabelece a comunicação entre eles) (JAKOBSON, 2003, p. 122-123). O diagrama proposto tinha o seu ponto inicial no momento em que o remetente envia uma mensagem (informação) ao receptor, levando em consideração a funcionalidade dos demais elementos. Assim, a mensagem é recebida pelo destinatário.

Pêcheux (2014, p. 78-81, grifo do autor) já havia alertado que o *discurso* não pode ser analisado em uma relação linear como um texto, uma vez que é necessário relacioná-lo “ao conjunto de discursos possíveis”, a partir de condições de produção determinadas.

E a crítica de Pêcheux (2014) ao esquema de Jakobson (2003) consistia em não compreender que essa relação de linguagem ocorresse de forma linear e transparente (sem falhas). Pêcheux compreendia a *mensagem* não como mera transmissão de informação entre os pontos A (destinador) e B (destinatário). Para ele (Pêcheux), o termo empregado deveria ser *discurso* compreendido como “efeito de sentidos” entre os interlocutores. Esses elementos A e B não designam a presença física humana individual, mas constituem-se como lugares fixados na estrutura de uma formação social.

Pêcheux (2014, p. 82) acrescenta que todo processo discursivo pressupõe a presença das formações imaginárias, conceituadas como: “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Assim sendo, a formação social possui em seu cerne normas de projeção para as formações imaginárias que mantêm relações entre as situações e as posições que podem ser assumidas pelos sujeitos do discurso, não os sujeitos físicos (empíricos), mas as imagens que resultam dessas projeções, ou seja, os sentidos produzidos serão distintos, uma vez que os sujeitos se idealizam na forma-sujeito (discutiremos o conceito posteriormente) da formação discursiva (FD) na qual se inscrevem.

No quadro a seguir, no processo discursivo, as projeções realizadas pelos sujeitos a partir das formações imaginárias, conforme Pêcheux (2014).

Quadro 1 – Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente
A	I _A (A)	Imagen do lugar de A para o sujeito colocado em A
	I _A (B)	Imagen do lugar de B para o sujeito colocado em A

B	I _B (B)	Imagen do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou para que ele me fale assim?”
	I _B (A)	Imagen do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux (2014, p. 82)

Nesse ínterim, Pêcheux (2014, p. 83, grifo do autor) argumenta, que além das projeções que os sujeitos estabelecem a partir das formações imaginárias, ou seja, “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)”. Ainda, para o autor, a posição dos protagonistas do discurso influí nas condições de produção do discurso. De tal modo, que as projeções (representam o ponto de vista do sujeito) e não a realidade empírica, ou seja, “*Ponto de vista de A sobre R*”, concluindo com a resposta da formação imaginária “De que lhe falo assim” e o “*Ponto de vista de B sobre R*” – concluindo com “De que ele me fala assim”.

Diante disso, Pêcheux acrescenta que, em todo o processo discursivo, se supõe, por parte do emissor, uma *antecipação das representações do receptor* sobre a qual se constitui o plano do discurso.

O que pode ser compreendido em relação à *antecipação das representações do receptor* é que o sujeito do discurso, ao enunciar, se inscreve na forma-sujeito da formação discursiva (FD) que o influencia, assumindo a posição de sujeito do discurso e enunciando.

A formação discursiva (FD) segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 164, grifo dos autores)¹¹, determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura” e “[...] toda formação discursiva deriva de condições de produção”. Os autores acrescentam que as FDs influenciam nas formações ideológicas, realizando a “interpelação dos indivíduos em sujeitos”.

¹¹O texto original publicado por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs é datado de 1975 – “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)”, consultamos o texto na obra: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, organizada por Françoise Gadet e Tony Hak, no ano de 2014, publicada pela Editora da Universidade de Campinas – Unicamp. No texto, os autores afirmam que pretendem apresentar reformulações, esclarecimentos, retificar erros, corrigir ambiguidades e formular as bases para novas questões à luz de novos estudos do discurso.

Com relação às formações ideológicas, segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 163), elas podem ser concebidas como:

Falaremos de *Formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta dos aparelhos) suscetível de intervir como uma forma em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento: desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posição de classes* em conflito umas com as outras

É com o funcionamento da instância ideológica como a reprodução das relações de produção de que se tem a “interpelação” ou o “assujeitamento” do sujeito ideológico, uma vez que para AD o sujeito não se constitui como “origem do dizer”, se trata do sujeito ideológico, ou seja, aquele conduzido sem ter consciência de sua condução, pensando ser origem do dizer.

Para os autores, Pêcheux e Fuchs (2014, p. 162, grifo dos autores), nessa condução, ele (sujeito) tem a impressão de exercer a plena liberdade, sem ter a noção de que: “a *ocupa o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção”. Os autores destacam que a reprodução dessas relações de classe, tanto econômica como não econômica, são estabelecidas, materialmente, por esses vínculos complexos definidos por Althusser como “aparelhos ideológicos do Estado”, caracterizados por colocar em evidência condutas que convergem a lugares ou perspectivas de lugares, sinalizando as relações de classe, porém de forma não efetivamente marcadas. E essas relações de classe têm embates no interior desses aparelhos, de ordem política e ideológica.

Orlandi (2015, p. 41-43), também realizando uma discussão sobre “interpelação” do sujeito reconhece: “o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva [...]”. Porém, a autora já havia argumentado que: “os sentidos são determinados ideologicamente” e que “[...] aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. O que fica evidente é que o sujeito, ao dizer algo, nega outros sentidos possíveis.

Isso, de fato, remete ao que Pêcheux (2014, p. 148) associa que as palavras mudam de sentido conforme as posições daqueles que as utilizam, dependendo da FD em que se inscrevem, ou seja, o sentido não está nas palavras, eles (os sentidos) são determinados ideologicamente, uma vez que a FD representa no discurso as formações ideológicas. Entretanto, o autor acrescenta que as palavras, as proposições e as expressões distintas podem,

no interior de uma FD determinada, “ter o mesmo sentido”, representando a possibilidade de que toda proposição, expressão, palavra, seja carregada de sentido.

Nesse sentido, Pêcheux e Fuchs (2014, p. 166) declaram que o ponto de exterioridade entre uma formação ideológica e uma FD acontece no interior da FD, e se constitui no “efeito necessário de elementos ideológicos não discursivos (representações, imagens ligadas às práticas etc.)” que davam contam dessa FD, no discursivo, passam a apresentar defasagem. Essas defasagens podem acontecer quando o sujeito-ideológico transpassa uma zona de esquecimento para a outra, considerando, ainda, a zona do esquecimento nº 2, a única que o sujeito tem acesso, conscientemente, ao seu discurso pelas retomadas que pode fazer.

Quanto aos esquecimentos nº 1 e nº 2, os autores trazem as seguintes considerações:

O esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade da língua. [...] (tendo ao mesmo tempo como objeto o próprio processo discursivo e o interdiscurso, ao qual ele se articula por relações de contradição, de submissão ou de usurpação) é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente *inconsciente* dela mesma.

O esquecimento nº 2, [...] o sujeito pode penetrar conscientemente; o que ele (sujeito) o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si; [...] esta zona nº 2, que é a dos *processos de enunciação*; funcionamento do tipo pré-consciente/consciente (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 176-177).

Dessa forma, os sujeitos ideológicos transitam entre a zona do esquecimento nº 1 e nº 2, porém, como o acesso e as retomadas ao seu discurso só são realizadas de forma consciente na zona do esquecimento nº 2, na zona do esquecimento nº 1 os elementos ideológicos presentes na FD ficam obscurecidos ao sujeito.

Também discutindo a questão do assujeitamento do sujeito, Orlandi (2015, p. 33) admite que o esquecimento nº 2 seja da instância da enunciação. O sujeito ao falar, escolhe uma maneira e não outra, produzindo uma ilusão referencial, certo de que seu dizer apresenta uma “relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo”, que o “dito” só pode ser enunciado daquela forma, estabelecendo uma condição “natural entre palavra e coisa”.

Quanto ao esquecimento nº 1, Orlandi (2015, p. 33) reconhece que, por se tratar do domínio do inconsciente, refere-se à maneira como “somos afetados pela ideologia”, acreditando ser “origem do dizer”. Para a autora, esse esquecimento revela “o sonho adâmico”, de “ser o primeiro homem”, “dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos”. Por outro lado, precisamos atentar que as palavras são partes de um discurso e ele (o discurso) se define na vinculação com outros tantos dizeres presentes como dizeres que se hospedam na memória, conforme retrata Orlandi (2015).

No entanto, destacamos que Pêcheux (2014) ressalta que a FD é a matriz do sentido, sendo dissimulada pela transparência de sentidos que nela se funda, estabelecendo sua servidão ao “*todo complexo dominante* das formações discursivas” entrelaçado ao complexo de formações ideológicas. Esse todo complexo dominante é conceituado como interdiscurso, submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que define o complexo das formações ideológicas.

Segundo Pêcheux (2014, p. 149), é próprio da FD dissimular, na limpidez do sentido que nela se molda, a objetividade contraditória do interdiscurso, que determina essa FD como tal, essa que reside no “algo fala” (*ça parle*) “sempre antes, em outro lugar e independentemente”, sempre sob o domínio do complexo de formações ideológicas. É nesse encadeamento com o funcionamento da ideologia em geral, com a interpelação dos indivíduos em sujeitos, realizada por meio do complexo das formações ideológicas, que se dá o interdiscurso permeado nesse complexo, fornecendo “a cada sujeito” sua “realidade”, como esquema de “evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”.

Nesse caso, a interpelação do indivíduo em sujeito do discurso acontece pela identificação dele (sujeito) com a formação discursiva que o domina e que traz em seu bojo os elementos do interdiscurso enquanto “pré-construído”, conceituado como o “sempre já-ai” e o “processo de sustentação”. Esses elementos encobrem, no discurso do sujeito, resquícios daquilo que o determina, ofuscando seu assujeitamento sob o aspecto de autonomia, por meio do suporte discursivo da forma-sujeito¹² (PÊCHEUX, 2014).

Segundo Pêcheux (2014, p. 154), o interdiscurso, enquanto discurso-transverso, transpassa e coloca em junção entre si os fundamentos discursivos que constituem o “interdiscurso enquanto pré-construído”, que municiam a matéria-prima que constitui o sujeito como “sujeito-falante” com a FD que o assujeita. Para o autor, o intradiscurso,

¹² Pêcheux (2014, p. 199), no que diz respeito à forma-sujeito, mostra que há efeitos paradoxais submetidos por duas práticas, enquanto relação de desdobramento, entre o “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal”. A primeira modalidade baseia-se na superposição que ocorre entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Nesse caso, a “tomada de posição” do sujeito produz o seu assujeitamento; a superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito”, uma vez que ele (bom sujeito) retrata, em seu discurso, os saberes da FD que o domina. A segunda modalidade, refere-se ao discurso do “mau-sujeito”, o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal através de uma “tomada de posição” que seria uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) ”*com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’*”, ou seja, o sujeito se contra identifica com a FD que o domina pelo “interdiscurso” como deliberação exterior de sua interioridade subjetiva. Posteriormente, na mesma obra, Pêcheux afirma que na, contra-identificação, o sujeito questiona os sentidos inscritos na FD, a partir de sua inscrição na FD, o que pode ser considerado como uma resistência à forma-sujeito. O autor apresenta, ainda, a desidentificação que consiste em uma “tomada de posição não-subjetiva”, ou seja, acontece a transformação-deslocamento da forma-sujeito, porém não quer dizer que se configure com uma anulação da forma-sujeito (PECHEUX, 2014, p. 201)

enquanto “fio do discurso” do sujeito, refere-se a um “efeito do interdiscurso sobre si mesmo”.

Indursky (2007, p. 81-82), propondo uma discussão da noção de Formação Discursiva, reitera que a tomada de posição é contemporânea ao conceito de interdiscurso e que ele (interdiscurso) é que define uma FD, por ser ele que contém os dizeres que “não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD”. Porém, o que a autora pretendia deixar claro é que Pêcheux, na obra *Semântica e Discurso*, ao trazer a contra-identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito, estava instituindo “as diferenças e as divergências” no centro da FD e, por conseguinte, relativizando a unicidade e homogeneidade da forma-sujeito e, consequentemente, da FD.

Pêcheux (2014, p. 275-276) afirma que não há ritual sem falhas, ou seja, a forma-sujeito do discurso na qual coabitam, de maneira indissociável, interpelação, identificação e produção de sentido, “realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira”. Portanto, “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso *ousar se revoltar*” (PÊCHEUX, 2014, p. 281, grifo do autor).

Para De Nardi e Nascimento (2016), o sujeito do discurso ao ser interpelado pela ideologia ocupa (ele sujeito) o seu lugar em um complexo de discursos e na condição de sujeito, resiste. Conclui a autora, que o assujeitamento, por ser da ordem do político e do simbólico, também se configura como resistência. Assim, a resistência é parte inerente ao processo, ou seja, a tomada de posição e a identificação com uma *forma sujeito* importam na resistência “tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, que contradizem os saberes dessa FD ou os negam, provocando rupturas” (DE NARDI; NASCIMENTO, 2006, p. 88).

De outra parte, Grigoletto (2005a, p. 156) propõe que se pense, enquanto categoria, a de “lugar discursivo”, que consiste:

Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica (GRIGOLETTO, 2005a, p. 156).

Para a autora, o sujeito fala de um lugar social que está imbricado por relações de poder, sendo parte constitutiva do seu discurso. Grigoletto (2005b) acrescenta que se o lugar

empírico não combinar com o lugar discursivo, poderá não coincidir com a posição-sujeito, ou seja, cada lugar discursivo poderá abrigar distintos modos de se relacionar tanto com a forma-sujeito como com as diferentes posições-sujeito.

Ao enveredar pelo campo das análises de seu objeto, a autora identificou, dentre outras posições-sujeito, a posição-sujeito de incorporação. Ao enunciar na posição de incorporação, apresenta explicações, faz comparações e emite julgamentos como se estivesse se apropriado da informação ou como especialista da área ou trazendo relatos do cotidiano.

Com base em Pêcheux (2014), Indursky (2007), Orlandi (2007) e Grigoletto (2005b), tomamos, no caso de nosso trabalho, a FD como um domínio heterogêneo, poroso, no qual há embates de saberes provenientes de outras FD, consequentemente, sendo um espaço tanto atravessado por esses saberes das outras formações discursivas, quanto de outra forma-sujeito, de outras posições-sujeito, agregando a igualdade, a diferença e a divergência.

Refletindo sobre o nosso estudo, aos *discursos sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape e identificarmos o possível silenciamento dos impactos ambientais provocados pelo empreendimento na mídia pernambucana, alguns questionamentos nos cercam, dentre eles: a) o papel da mídia na difusão das práticas de violações dos direitos; b) ao silenciar os impactos ambientais produzidos pelo CIPS pode ocorrer ainda, o silenciamento desses impactos na vida dos moradores das áreas circunvizinhas.

Diante disso, na próxima seção, faremos uma breve incursão no que Eni Orlandi conceitua como As formas do Silêncio e a Política do Silêncio (silenciamento). Para a autora, o silêncio não significa ausência de sentido, mas é nos deslizamentos que o silêncio significa.

2.2 NAS BRECHAS DO SENTIDO: AS FORMAS DO SILÊNCIO E A POLÍTICA DO SILÊNCIO (SILENCIAMENTO)

De maneira mais usual, podemos compreender que a Análise do Discurso (AD) admite o silêncio como noção que pode ser mobilizada durante as análises diante da constituição de seus objetos e das perguntas trazidas pelo pesquisador. No caso desta tese, nossas inquietações tiveram como ponto fundamental compreender “como no *discurso sobre* o CIPS

os impactos ao meio ambiente não são noticiados?”, “quais os sentidos possíveis e quais os sentidos interditados?¹³”.

Para responder aos nossos questionamentos iniciais, adotamos o que afirma Orlandi (2007)¹⁴: o silêncio ratifica o movimento do discurso que se realiza na contradição existente entre o “um” e o “múltiplo”, apresentando também o deslocamento contraditório tanto do sujeito como do sentido, uma vez que, ele (sujeito) caminha no entremeio entre a ilusão de um sentido só e o lapso de todos os sentidos.

Essa afirmação nos leva a concluir que o sujeito jornalista, ao se inscrever em uma FD, sendo por ela dominado, irá enunciar a partir dos discursos possíveis e, consequentemente, irá negar outros sentidos, caminhará no entremeio entre/na ilusão de um sentido único.

Para Orlandi (2007), o silêncio significa pela iminência do sentido e pela incompletude da linguagem, na relação que o “dizer” comporta com o “não dizer”, ou seja, o sentido não é dado, não está disponível de forma transparente, uma vez que a linguagem é opaca e a “significação é um movimento. Errância do sujeito, errância dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 33). Essa errância do sujeito e dos sentidos pode ser possível, em virtude das diferentes formações ideológicas e discursivas, como afirma Orlandi (2007). É no discurso que acontece a materialização entre o ideológico e o linguístico, corroborando dessa forma a visão de Pêcheux e Fuchs (2014).

Dessa forma, nas relações trazidas por Orlandi (2007) entre língua, sentido, sujeito e ideologia como condição de significar o silêncio, torna-se evidente que:

- a) a língua não pode ser concebida como uma forma abstrata, mas em sua materialidade;
- b) a ideologia não atua como bloco hermético (sem falhas);
- c) não existe homogeneidade na língua.

Assim, o discurso não é fala (forma individual de trazer a abstração da língua), mas é nele que se materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, por ser ele que repercute no interior da língua as impressões das distinções ideológicas e exterioriza a presença da materialidade linguística no interior da ideologia.

¹³ As duas perguntas apresentadas foram cruciais na pesquisa exploratória para a definição do projeto de tese. Posteriormente, traremos os objetivos desta pesquisa, acrescentando que não nos furtamos desses questionamentos iniciais.

¹⁴ Abordaremos as conceituações sobre o silêncio/silenciamento na obra As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. A obra da autora é uma referência na pesquisa sobre o silêncio no Brasil.

Portanto, caminhar pelas brechas do silêncio, tentando compreender as nuances do sentido, é estar aberto às pistas da significação, uma vez que o sentido não está previsto (dado) e é a partir do silêncio que atravessa as palavras ou do que está à margem delas (palavras) que teremos acesso ao sentido e/ou ao sentido outro, já que sujeito e sentido se constituem reciprocamente ao se inscreverem no embate das diversas formações discursivas (ORLANDI, 2007).

Segundo Orlandi (2007), não existe coincidência entre a ordem do discurso e a ordem das coisas. Isso se evidencia na relação que se estabelece entre as múltiplas formações discursivas, uma vez que a mesma coisa pode ter sentidos distintos para os sujeitos.

Estabelecendo essa relação com a nossa pesquisa, tomamos, para exemplificar, uma notícia de jornal que traz o seguinte título: “O NOVO NORDESTE¹⁵. Primeiro, destacamos que o enunciado que está grafado, em caixa alta, reflete um possível efeito de sentido, que é o de chamar a atenção para esse Nordeste que deve ser diferente do ‘velho’. Mas, também cabe um outro efeito de sentido, esse “NOVO NORDESTE” pode ser uma ‘roupagem’ para situações que já existiam no Nordeste velho. Um outro efeito de sentido sugerido ainda é o de que há um posicionamento do jornalista e/ou até do veículo noticioso em difundir o discurso desenvolvimentista (como veremos posteriormente nas análises).

Para o momento, destacamos o que afirma Orlandi (2015): os dizeres são efeitos de sentidos que são produzidos em condições de produção determinadas, podendo ser concluído que o que é dito silencia outros sentidos possíveis.

Por outro lado, nessa relação intercambiável entre linguagem/silêncio, a linguagem compõe o que ela não é para o “nada”, porém o silêncio significa esse “nada” e o transforma/multiplica em sentidos. Assim, quanto maior for a falta, maior serão as possibilidades de sentidos do silêncio (ORLANDI, 2007).

Entretanto, a nossa tentativa será de observar o silêncio que margeia (que está nas brechas). Não estamos buscando a ausência de materialidade física (imagens, palavras, expressões), interessa-nos os resquícios da significação, ou seja, os efeitos de sentidos presentes na materialidade discursiva.

¹⁵ A notícia “O novo Nordeste” foi publicada no jornal Diario de Pernambuco, 28 de março de 2010, capa/caderno de economia. A notícia discute os investimentos que ancoraram em Pernambuco, dentre eles, o Complexo de Suape e a Refinaria com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e como essas situações repercutiram na economia local. Posteriormente, nas análises nos deteremos mais fortemente em alguns pontos.

Outro aspecto discutido por Orlandi (2007, p. 74) é a denominação que consiste em apagar outros sentidos possíveis, por assim dizer, “o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras”.

Nesse sentido, voltamos ao título da notícia anteriormente citado: “NOVO NORDESTE”. Temos como pretensão observar: quais efeitos de sentido são possíveis? Quais formações discursivas os sujeitos inscreveram, diante das condições de produção, fazendo com que esses enunciados fossem possíveis?

De certa forma, podemos responder esses nossos questionamentos com a própria Orlandi (2007), ao afirmar que o silêncio só pode ser observado através de métodos histórico-discursivos, uma vez que ele (silêncio), embora esteja sempre lá, é efêmero ao homem no que diz respeito à sua observação.

Diante disso, compreendemos que a não completude inerente a todo processo discursivo, a partir da noção de silêncio, deve sempre considerar:

- a) o silêncio é constitutivo de todo sujeito, ou seja, ele é parte constitutiva do processo de identificação;
- b) na constituição do sentido é o silêncio que impede o *non sense*, possibilita a zona onde se embreia a materialidade significante “o não-dito necessário para o dito” (ORLANDI, 2007, p. 49).

A partir dessas considerações de Orlandi (2007), enveredamos pelas concepções de silêncio adotadas pela autora. Porém, para as análises do *corpus* da pesquisa, iremos nos deter nas políticas de silêncio e no silenciamento, muito embora compreendemos que “as formas do silêncio” não se materializam de maneira dissociada. Acreditamos que as margens, os entremeios e/ou as brechas do processo discursivo estão impregnados de sentidos e de efeitos de sentido, fazendo com que alguns “ditos” sejam “calados” e outros possam ser ditos.

Orlandi (2007, p. 68), ao se debruçar sobre a temática, conceituou o silêncio fundador ou fundante como origem de toda significação, considerando-o como a condição de produção do sentido, portanto, sendo o local “diferencial” que promove a significação, ou seja, ancoragem para a linguagem significar. Para a autora, ele (silêncio) atravessa as palavras, ziguezagueando entre as palavras e o silêncio e do silêncio às palavras. Acrescentando ainda que o “silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa”. Assim, o silêncio é carregado de sentidos, ele atravessa as palavras para significar.

Nesse sentido, Orlandi (2007), afirma que, na percepção de silêncio como situação de significação, apresenta a incompletude constitutiva da linguagem em relação ao sentido e ao

sujeito, na situação discursiva, uma vez que, para falar, ele busca o silêncio (mesmo que de forma não totalmente consciente), sendo o silêncio princípio basilar para o sentido que ele (sujeito) reconstrói ao falar.

Desse modo, para Orlandi (2007), o silêncio fundador é aquele que está presente nas palavras que podemos remeter ao não-dito, porém de forma distinta do “não dito” pensado por Ducrot, mas ao que foi colocado em silêncio, produzindo assim as condições de significar. Para a autora, o silêncio não mantém uma relação de subordinação com o dizer, ele é silêncio e significa.

Partindo das considerações sobre o silêncio fundador (fundante), iremos apresentar a distinção entre ele e a política do silêncio (silenciamento) que iremos observar em seguida. No silêncio fundador, não se determina nenhuma divisão (é de sua própria natureza o significar), já na política do silêncio, quando falamos algo, silenciamos outros sentidos possíveis, em uma determinada situação discursiva (ORLANDI, 2007, p. 73).

Orlandi (2007) afirma que a constituição da política do silêncio (silenciamento), se apresenta de duas maneiras:

- a) Silêncio constitutivo;
- b) Silêncio local.

O silêncio constitutivo configura-se como pertencendo à ordem da produção de sentidos, regendo, seja qual for, a elaboração de linguagem. No discurso, é um representante da política de silêncio, trazendo o anti-implícito, ou seja, se diz “x” para não deixar dizer “y”, sendo o “y” o sentido a ser descartado do dito. Apagando-se os sentidos que devem ser evitados, assim, os sentidos apagados poderiam vir a compor uma “outra” formação discursiva. Nesse caso, essa situação determina os limites da FD e, consequentemente, da região de sentidos, os limites do dizer (ORLANDI, 2007).

Diante disso, voltamos ao nosso exemplo “NOVO NORDESTE”. A designação é para apagar os sentidos outros possíveis, uma vez que o “dizer e o silenciamento” caminham juntos, conforme Orlandi (2007, p. 74) já havia afirmado.

Já o silêncio local é também uma manifestação da política de silêncio, a sua forma de expressão é através da interdição do dizer, ou seja, reflete a censura.

Para ilustrar, apresentamos os trechos de uma notícia do Jornal da Cidade¹⁶, no ano de 1975, no qual lemos:

Essa seriedade do Governador é complementada pela **necessária cautela**. A construção do complexo industrial portuário de Suape pode ser colocada como obra prioritária da administração estatal?

Responde Moura: **Não é o momento de dizer tal coisa.** (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Nos trechos recortados acima, podemos compreender que há a interdição do dizer, uma vez que, no cenário político da época, estava instalada no país a ditadura militar, além de, ainda na prática discursiva, estarem presentes os discursos do período considerado do “milagre econômico”, como já vimos, configura-se como um já-lá, interdiscurso da memória da ditadura. Logo, entendemos que, no momento citado (1975), a formação discursiva que ancorava os discursos desenvolvimentistas silenciava outros sentidos possíveis.

Entretanto, muito embora Orlandi (2007) afirme que no silêncio local não estamos buscando as marcas visíveis da interdição ou da censura, no recorte apresentado acima, a partir dos destaques sinalizados, podemos perceber que o sujeito-governador está inscrito e é o “bom sujeito” da formação discursiva da qual enuncia os discursos possíveis, interditando outros “ditos”.

Os trechos destacados reforçam o que Orlandi (2007, p. 79) afirma, ou seja, que no autoritarismo não existe a reversibilidade no discurso, uma vez que o sujeito não pode ocupar posições distintas, devendo permanecer no “lugar” que lhe foi atribuído, para, desse espaço, produzir os sentidos permitidos. Nesse sentido, a autora considera o autoritarismo como uma espécie de “narcísea social”, por tentar impor, através do poder, um sentido só para toda sociedade.

Isso vem corroborar com a nossa compreensão de que, na década de 1970, diante das condições de produção, os sujeitos se inscreveram em formações discursivas e a partir delas enunciaram *sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), ou seja, os sentidos produzidos pelos sujeitos traziam os sentidos permitidos de ‘desenvolvimento’, ‘crescimento’, ‘emprego’, ‘renda’, ou seja, enunciavam “x”, negando ou silenciando aspectos, como os

¹⁶ O trecho apresentado é parte da notícia - Suape: a hora da discussão, publicada no semanário de 13 a 19/04/1975 – ano II, nº 25. Trata-se da resposta do governador de Pernambuco, José Francisco de Moura Cavalcanti, ao jornalista, ao ser indagado sobre a construção do Complexo de Suape. Salientamos que, no cenário político, havia se instalado o regime militar. A notícia é uma resposta ao “Manifesto Suape” publicado na semana anterior. No capítulo das análises, aprofundaremos a discussão com outras duas notícias.

impactos ambientais que poderiam ser gerados com as atividades do CIPS, nesse caso, seriam para não deixar dizer “y”.

De tal modo, a nossa percepção é a de que, na imprensa local pernambucana, nos *discursos sobre o CIPS*, tanto pode ter ocorrido a materialização do silêncio constitutivo, os sujeitos se inscrevendo na FD e negando os sentidos outros não permitidos, bem como pode ter ocorrido o silêncio local na interdição de dizer, ou seja, a política do silêncio (silenciamento). Nas duas situações, o silêncio fundador é a condição de significar, ou seja, produz o espaço de significação para que os sujeitos se inscrevam e possam encontrar caminhos para significar o “y” (sentido não permitido).

Assim, neste trabalho, o silêncio será observado como condição de significar. A partir das brechas do sentido, nos limites das distintas formações discursivas, nos deslizes e na incompletude do sujeito, buscaremos o sentido outro, para melhor dizer, os outros sentidos possíveis. Na verdade, ao abordar essa questão a partir de Orlandi (2007, p. 166), entendemos que “todo sentido é capaz de silêncio”.

Acreditamos que esses efeitos de sentido podem ser possíveis pela própria característica do discurso jornalístico, uma vez que por ter, institucionalmente, a função de contar histórias na sociedade, essa narrativa vem carregada de uma aura da ‘neutralidade’ e ‘objetividade’, fazendo com que o “dito” seja carregado de autoridade.

Diante disso, na próxima seção, veremos como esses *discursos sobre o CIPS*, na imprensa pernambucana, podem ter produzido sentidos a partir de um “já-dito”, interdiscurso, silenciando os impactos ao meio ambiente causados pelo empreendimento.

2.3 O DISCURSO SOBRE¹⁷

Na sociedade atual, o discurso jornalístico tem sido estudado a partir de perspectivas distintas. Esse mergulho na atividade perpassa tanto o “fazer” do profissional¹⁸, como o

¹⁷ Nesta seção, denominamos a discussão conforme a orientação de Mariani (1996), e trata-se de uma das abordagens apresentadas em sua tese de doutorado “O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB” (1922-1989).

¹⁸ Podemos citar Tuchman (2016, p. 111), “A objetividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objetividade dos jornalistas”. O artigo apresenta uma análise dos fatores que podem auxiliar o profissional de jornalismo a definir um “fato objetivo”, citando: “a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais”. Conforme a autora, os jornalistas tentam minimizar as pressões rotineiras, ou seja, prazos, possíveis processos de difamação recorrendo a argumentação de que o trabalho deles (jornalistas) é “objetivo”. Outro autor que podemos trazer é Robert A. Hackett (2016), “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos”. No artigo, o autor discute os desafios empíricos, metodológicos e

ambiente organizacional¹⁹ no qual os jornalistas desempenham suas atividades e adentram nas reflexões sobre a notícia²⁰, dentre outros aspectos.

Certamente, não há como negar a relevância do jornalismo na sociedade contemporânea, exercendo as atribuições que vão desde a seleção dos acontecimentos (fatos, assuntos) que irão se tornar notícia, passando pela mediação do discurso técnico/científico para a linguagem do cotidiano, à promoção de debates com especialistas nos principais temas que fazem parte da agenda pública e à investigação de assuntos de interesse da sociedade. Portanto, é a partir do discurso jornalístico que alguns problemas e/ou situações podem chegar à arena pública, tanto para serem reconhecidos como problemas, bem como para que decisões políticas possam ser adotadas sobre eles.

Diante disso, não estamos afirmando que existe um superpoder no jornalismo, enquanto atividade, mas é preciso que reconheçamos que o discurso jornalístico é plural e que há, na própria seleção dos acontecimentos até se chegar à notícia, uma determinada interpretação dos fatos. De outra parte, na condição de empresa jornalística, há os acordos, a linha editorial e outros aspectos que precisam ser considerados e que podem produzir determinados sentidos na produção da notícia.

Após essas considerações iniciais, ao longo deste trabalho, consideraremos o discurso jornalístico uma modalidade de *discurso sobre*, o qual Mariani (1996, p. 63, grifos da autora) conceitua como:

É um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se *envolveu* com a questão.

De nossa parte, acreditamos que os *discursos sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS produziram determinados efeitos de sentido que silenciaram outros sentidos possíveis, dentre eles, os impactos ao meio ambiente que podem ter sido gerados ao longo das atividades de planejamento, bem como naquelas necessárias ao funcionamento do empreendimento.

epistemológicos que norteiam o estudo da parcialidade jornalística. Para o autor, a parcialidade é comumente aceita como oposta à objetividade.

¹⁹ Podemos citar os estudos de Warren Breed, “Controle social na redação: uma análise funcional”; John Soloski “O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”.

²⁰Ler Gaye Tuchman “Contando ‘estórias’”; Nelson Traquina, “As notícias”; Hall *et al.*, “A produção social das notícias: o mugging nos media” etc.

Mariani (1996) considera o *discurso sobre* um tipo de discurso intermediário, uma vez que essa narrativa se constitui a partir de um discurso de origem, estabelecendo a mediação com o interlocutor, ou seja, a narrativa é (a partir de um discurso de origem), mediando esse (discurso) com o interlocutor (independente de quem seja). O *discurso sobre*, representa, em grande parte dos casos, lugares de autoridade onde se tem a legitimidade para transmitir informações/conhecimentos.

Assim sendo, consideramos que os *discursos sobre* o CIPS transitam nessa transmissão de informações, no entremeio dos efeitos de sentidos, entre o dito e um “já-dito”, nos embates das forças que regem a formação social e nas batalhas das formações discursivas, como afirma Orlandi (2007) “*ça parle, avant et ailleurs*”.

É oportuno acrescentar que Mariani (1996, p. 64) afirma que o discurso jornalístico atua na institucionalização social dos sentidos, contribuindo para a formação do imaginário social, tanto na “cristalização da memória do passado” assim como na “construção da memória do futuro”. O que nos fez considerar que, no caso específico do *discurso sobre* o CIPS, na imprensa tradicional pernambucana, houve o silenciamento dos impactos ambientais provocados pelo empreendimento, uma vez que, nos embates das formações discursivas, os sentidos trazidos pela formação discursiva que ancorava os discursos do capitalismo-industrialismo era dominante.

Outro aspecto a ser considerado, com relação ao silenciamento dos impactos ambientais no discurso sobre o CIPS, é que compactuamos com o que afirma Mariani (1996) de que no discurso jornalístico camufla-se o “[...] apagamento da interpretação em nome dos fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatiza – ou falaria sobre – da forma mais literal possível um mundo objetivo”.

Para exemplificar, no ano de 1975, no auge das negociações do planejamento do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), os *discursos sobre* o CIPS, particularmente aqueles que apresentavam uma visão dos impactos ambientais que o empreendimento poderia acarretar, só conseguiram romper o silenciamento a partir de um jornal alternativo, o *Jornal da Cidade*²¹, que, à época, no dia 05 de abril de 1975, publicou o texto intitulado “Cientistas lançam manifesto contra o complexo de Suape”²². O documento, redigido por um grupo de

²¹ O *Jornal da Cidade* – publicação impressa, com periodicidade semanal, circulou na capital Pernambucana na década de 1970.

²² O Texto intitulado “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape”, foi publicado na capa do semanário *Jornal da Cidade* (ano II, nº 24, 6-12 de abril de 1975). O Manifesto foi redigido por Clóvis Cavalcanti, economista-ecólogo, professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e subscrito por: Renato S. Duarte, professor do Mestrado em

intelectuais, rompeu com o silêncio das discussões que estavam sendo travadas no âmbito do poder público, longe da sociedade civil, para viabilizar a construção do Complexo.

A partir dessa publicação, posteriormente, tanto o jornal *Diario de Pernambuco* como o *Jornal do Commercio* repercutiram as discussões sobre o planejamento do CIPS nas edições daquela semana²³, como se pode ler abaixo:

- a) “Suape extinguirá miséria” (*Diario de Pernambuco*, 08/05/1975);
- b) “Cientistas não foram convidados para debate” (*Jornal do Commercio*, 09/05/1975).

Nas duas notícias, os sentidos trazidos pelos CIPS vão sendo construídos. Na primeira, já reconhecemos que o jornalista se filia à formação discursiva desenvolvimentista-redentora que irá ancorar os discursos desenvolvimentistas (discutiremos na próxima seção). Na segunda, percebemos que é possível que o jornalista discursivize os discursos da resistência à FD que ancora o que pode e deve ser dito sobre o Complexo de Suape.

Essas duas notícias vêm reforçar o que foi afirmado em Garcia e Mussalem (2011, p. 34, grifo nossos).

Pelo noticiário e pronunciamentos divulgados pela mídia notava-se que o debate se ampliava, com **nítida maioria favorável à ideia**. **Foram publicadas na época repetidas declarações de apoio** que nos entusiasmava – afirma Anchieta Hélcias²⁴ em seu longo depoimento sobre os primeiros passos para a concretização de Suape. [...] Suape estava presente em todas as mídias – jornais, rádios e televisões. Antônio Martins e Aldo Paes Barreto, brilhantes companheiros de redação, foram os primeiros jornalistas que **divulgaram positivamente a ideia, entrevistando notáveis pernambucanos que a apoiavam**. Por ela, efetivamente atuaram quando, sucessivamente, foram secretários de Imprensa do governo Eraldo. [...] Outro redator do **Jornal do Commercio**, Moisés Kerstman, colunista de Economia, abriu espaço para as **notícias favoráveis e contrárias** a Suape. [...] No **Diario de Pernambuco** foi fundamental a participação de Joesil Barros para **convencer** os colegas da redação e os diretores do jornal, uma vez que o seu principal jornalista de Economia, que exercia forte influência na opinião do empresariado, [...].

Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE; Roberto M. Martins, coordenador do curso do de Mestrado em Sociologia da UFPE; Nelson Chaves, professor titular da Faculdade de Medicina da UFPE, José Antônio Gonçalves de Mello, professor titular de História da UFPE; Renato Carneiro Campos, diretor do departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; João de Vasconcelos Sobrinho – chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e titular da disciplina de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

²³ As notícias apresentadas fizeram parte do arquivo empírico da pesquisa e passaram a compor o *corpus discursivo*.

²⁴ Anchieta Hélcias, jornalista do Jornal do Commercio, foi convidado a fazer parte da equipe do Governador de Pernambuco Eraldo Gueiros Leite.

Esses discursos sobre o CIPS circulando na sociedade pernambucana produziram sentidos distintos. O próprio Pêcheux (2014) já afirmou que as palavras mudam de sentido, dependendo da formação discursiva em que, o sujeito, ao enunciar, se inscreve. Na citação acima apresentada, podemos identificar que, tanto no *Jornal do Commercio*, como no jornal *Diario de Pernambuco*, as forças que regem os embates das formações discursivas estavam presentes, produzindo sentidos e silenciando outros.

No entanto, é notório que havia um embate dessas forças discursivas, particularmente, quando lemos os trechos sinalizados na notícia acima, que havia o apoio de profissionais da imprensa na divulgação de notícias positivas, assim como entrevistavam as personalidades favoráveis ao empreendimento. Neste ponto, recorremos à literatura do jornalismo, quando o jornalista busca as fontes creditadas para projetar à opinião pública a informação, amparado no discurso da neutralidade e da imparcialidade.

Diante disso, acreditamos que, na mídia impressa pernambucana, os *discursos sobre o CIPS* surgiram apoiados e margeados por toda uma estrutura de poder governamental e midiática que os blindaram contra os aspectos negativos, super dimensionaram os positivos e afastaram da sociedade civil a ampla discussão das implicações que o empreendimento traria para a vida das pessoas, particularmente, daquelas populações da circunvizinhança, moradoras dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, área de influência direta do Complexo de Suape.

Por outro lado, Mariani (1996, p. 67) destaca, ainda, que se constitui como propriedade do discurso jornalístico o seu ajustamento ao jogo das relações de poder em vigência, assim como o seu amoldamento ao imaginário ocidental de “liberdade e bons costumes”, bem como, “a literalidade decorrente da ilusão da informatividade”. Para Mariani, essas propriedades são particularidades presentes no âmago da produção jornalística e: “são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência”. Acrescenta a autora, que os grupos sociais minoritários buscam outros espaços para escapar desses “gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso”.

Retomando o *discurso sobre o Complexo de Suape*, identificamos que os grupos afetados pelas atividades do CIPS encontraram, como espaço alternativo, para exporem suas denúncias e as situações de violações de seus direitos, o Fórum Suape Espaço Socioambiental²⁵. O fórum promove a participação, a discussão e a mobilização cidadã, além

²⁵ O Fórum Suape – Espaço socioambiental foi criado em 2011, “a partir de ampla articulação e mobilização de atores sociais preocupados com o crescente processo de exclusão social, violência e degradação ambiental

de também ser um espaço de denúncia para as questões dos problemas socioambientais, estabelecendo-se como um aliado das comunidades da circunvizinhança do Complexo na luta por justiça social.

Outro aspecto a ser considerado é que *os discursos sobre* o CIPS têm como contexto histórico, particularmente no caso das notícias anteriormente apresentadas (ano de 1975), a época em que o país estava sob a ditadura militar. Isso vem corroborar a afirmação de Mariani (1996) de que o que é dito nos jornais obedece, estreitamente, às condições enunciativas de cada formação social e de cada período histórico. Assim, podemos compreender que essas situações favorecem determinados gestos interpretativos, possibilitando que determinados sentidos, já marcados no intradiscurso, sejam reforçados. Para exemplificar, destacamos abaixo trechos da notícia publicada no *Jornal da Cidade* do ano de 1975:

Trecho (1):

Por que **somente agora**, indagou-se **surgiram as objeções do** Complexo de Suape, e não há alguns meses atrás, durante o Governo Eraldo Gueiros Leite, onde nasceu a ideia e concretizaram-se as primeiras medidas nesse sentido? Argumentaram os autores do manifesto, em sua tréplica: ‘na verdade, se apparentava calmaria o ambiente de opiniões em torno do complexo, muito disso se deve à **sentida carência de informações relativa ao empreendimento**’. (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Trecho (2):

O Governo – disse Moura Cavalcanti ao Jornal da Cidade – trata os assuntos de interesse público com a maior seriedade. [...] Mas quero deixar bem claro que **não permitirei** que a convivência de um passado heroico e que nos deixe com um **presente de miséria e de mãos estendidas**. (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Como já mencionamos, o contexto político da ditadura militar fazia circular nos países os efeitos de sentidos, como se pode ler abaixo:

- a) No trecho (1) – o silenciamento das informações contrárias sobre o empreendimento;
- b) No trecho (2) – o efeito de sentido de que o governo cuida do interesse público, ou seja, como se o cidadão fosse uma criança e não precisasse participar da discussão dos assuntos de interesse público;

provocado pelo Complexo Industrial e Portuário Suape Governador Eraldo Gueiros – CIPS é formado por ativistas, pesquisadores, voluntários, lideranças das comunidades tradicionais e organizações não governamentais locais, nacionais e internacionais. Atua como território livre, justo, no qual as comunidades e a sociedade possam exercer seus direitos à vida, ao lazer à cultura e ao trabalho, em harmonia com os ecossistemas marinho e costeiro”. Disponível em: <http://forumsuape.ning.com/page/quem-somos>.

c) Ainda no trecho (2) – o cerceamento da liberdade de expressão quando afirma que “não permitirei”, sugerindo as restrições impostas àqueles que infringem o poder instalado;

d) E, por fim, no trecho (2) – o efeito de sentido de que Nordeste é miserável e o empreendimento iria matar a fome do povo, ou seja, salvá-lo da mendicância.

À vista disso, no *discurso sobre* o CIPS, os efeitos de sentido vão se construindo e se filiando a uma rede de sentidos que, ao longo do tempo, contribuíram para a cristalização da memória do passado e têm influenciado na construção da memória do futuro. Só, para exemplificar, o título da notícia “Suape extinguirá a miséria” – (DP, 08/05/1975) e o “NOVO NORDESTE” – (DP, 28/03/2010). Nas duas notícias, com um intervalo de 35 anos, decorrido entre a publicação da primeira e a segunda, identificamos que o interdiscurso, memória da ditadura militar, retoma os discursos da formação discursiva Capitalista industrialista, sendo um deles, o ‘desenvolvimento’ que o empreendimento ‘traria/trouxe’ para o Estado de Pernambuco.

De nossa parte, acreditamos que, no caso dos discursos sobre o CIPS, na imprensa tradicional particularmente, houve uma filiação dos sujeitos-jornalistas à formação discursiva capitalista industrialista e eles (jornalistas) enunciaram a partir desse lugar discursivo. Portanto, é lícito afirmar que as formações discursivas podem ter influenciado nas formações ideológicas, dessa forma, realizando a interpelação dos indivíduos em sujeitos.

Entretanto, também consideramos que os processos de produção da notícia são desconhecidos da população leiga, fazendo-os aceitar que o que é dito na mídia corresponde ao mito do ‘discurso da neutralidade’ e da “imparcialidade”. Essa afirmação nos leva a concluir que o jornalismo, na sua função social, precisa ser tensionado, instigado a buscar nas origens de sua deontologia o real de seu fazer social.

Mattos (2013, p. 91) afirma que, no período de 1950 a 2012, o Brasil passou por grandes mudanças, dentre elas: a “industrialização rápida, urbanização, controle de inflacionário e uma sucessão de fatores políticos e econômicos que conduziram o país a um regime de exceção que durou 21 anos 1964 a 1985”. No entanto, o modelo de desenvolvimento adotado, naquele período, estabelecido em leis promulgadas e, ainda em vigor, permanecem influenciando a atualidade. Acrescenta o autor que esse aspecto gerou uma busca constante por um modelo de desenvolvimento econômico em consonância com o status de poder no mundo, promovendo, ainda, o comando político-econômico do Estado sobre os veículos de comunicação (MATTOS, 2009).

Para Mattos (2013, p. 92), os veículos de comunicação de massa passaram a ser utilizados pelos governos (tanto civis como militares), com a finalidade de propor uma “nova

ordem econômico-social voltada para o desenvolvimento e a integração nacional". No entanto, o autor acrescenta que, assim como em outros países latino-americanos, os veículos de comunicação midiática são empresas ligadas à iniciativa privada onde o poder é centrado nas mãos de poucos grupos, muito embora os governos tenham aumentado, gradativamente, o espaço no setor.

Ainda discutindo o controle do Estado nos veículos de comunicação, outro aspecto consiste no fato de esses meios de comunicação encontrarem-se sediados nas áreas urbanas das cidades, sendo direcionados à população dessas áreas, além de possuírem uma orientação para o lucro. Dentre outros mecanismos de controle podemos citar: a legislação, as ações judiciais, as ameaças oficiais, as pressões políticas, a intimidação, além da censura que pode ser de natureza, econômica, judicial ou policial, inclusive, interferindo no conteúdo.

Outro aspecto a ser considerado é o da necessidade da importação de *software* e *hardware* e da política governamental, no que tange à legislação, possibilitando que os governos, em todas as esferas (federal, estadual e municipal), se configurem como os maiores anunciantes, favorecendo o seu poder de ingerência política nos veículos.

Entretanto, não negamos o aspecto de que, os grupos de comunicação também estabelecem acordos com os governos e, nesse aspecto, ficam alijados na condução de sua prática institucional por estarem submetidos a situações escusas.

De certo, em cada sociedade, e em cada época, a prática discursiva transborda a historicidade, resgatando o dito a partir de um já-dito (*ça parle*), interdiscurso. Essas discursividades produziram efeitos de sentido que contribuíram para silenciar os discursos sobre os impactos ambientais atribuídos ao CIPS.

Em contrapartida, a nossa relação com o meio ambiente foi, ao longo do tempo (re)significada, ou seja, passamos da contemplação da natureza a tê-la no processo utilitário, mantivemos uma relação de flerte com o antropocentrismo ao longo de nossa história e nos aproximamos do capitalismo-industrialismo. Todos esses fatos contribuíram na constituição dos discursos sobre o meio ambiente na sociedade contemporânea.

Retomando o que Mariani (2006) explanou sobre o que é dito nos jornais obedecer a determinadas condições enunciativas de cada época. Perguntamos: as condições de produção do discurso do CIPS, em 1975, ápice da discussão sobre a implementação de Suape, a partir da FI e da FD silenciaram o discurso sobre os impactos ambientais que as atividades do empreendimento poderiam gerar?

Diante desses aspectos, no próximo subitem, nos debruçaremos sobre os discursos sobre o meio ambiente, a fim de compreender como esses discursos produzem efeitos de

sentido e como nas notícias sobre o CIPS eles podem ter sido silenciados. Isso não quer dizer que o jornalismo, enquanto atividade, não precise ser tensionado, mas poderá nos apontar os grandes embates das forças que regem as formações discursivas, intervindo nas formações ideológicas que ancoravam os discursos sobre o meio ambiente e, posteriormente, os discursos sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape.

3 DISCURSOS, MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE DE RISCO

Na sociedade contemporânea, ao entrarmos em uma discussão sobre a questão e os problemas ambientais, é necessário termos a compreensão de que há uma heterogeneidade de discursos sobre a temática. Essa multiplicidade de discursos pode ser resultante tanto da relação dicotômica que foi estabelecida, ao longo do tempo, entre o homem e o meio ambiente natural, como ainda pode indicar:

- a) as próprias mudanças no ambiente promovidas pela dinâmica social;
- b) os discursos sobre o meio ambiente ser enunciado a partir de lugar social distinto;
- c) o sujeito enunciar a partir dessas formações discursivas ora se identificando com os saberes nela ancorados ora se desidentificando projetando efeitos de sentido distintos sobre o meio ambiente natural.

Dessa forma, os autores Drew (2002); Bourg (1993); Gentelle (1993), Porto-Gonçalves (2010; 2013); Capra (1982); Hannigan (2009); McCormick (1992) partilham da mesma compreensão de que as mudanças que se firmaram na relação entre o homem e o meio ambiente, particularmente, exacerbando o antropocentrismo, consistem em um dos determinantes para a problemática ambiental na atualidade. Porém, esses autores apresentam um leque de outros problemas e questões que contribuem de forma significativa para entendermos a crise ambiental em que estamos inseridos.

Diante disso, é relevante discutir outros aspectos da relação entre o homem e o meio ambiente, além daqueles que preponderam nas sociedades atuais com prejuízos rigorosos ao mundo natural. Na verdade, reconhecemos que o discurso ambiental se consolida a partir de um embate de forças entre formações discursivas antagônicas. Esses conflitos discursivos ora refutados e ora silenciados poderão nos fazer compreender a magnitude das questões e dos problemas ambientais enfrentados na sociedade contemporânea.

Por outro lado, precisamos atentar para o papel da mídia como um agente de transformação social, discutindo os problemas e questões ambientais na arena pública. É a partir do discurso da imprensa que o cidadão leigo (re)significa a vida, comprehende a dinâmica social, participa da vida em sociedade.

Dessa forma, para compreendermos as bases do discurso ambiental faremos uma revisita às ideias de natureza e meio ambiente que circularam e permeiam as sociedades. A nossa compreensão é que, na relação língua, sujeito e história, esses discursos foram se materializando nas sociedades a partir de determinadas condições de produção do discurso.

3.1 OS DISCURSOS SOBRE NATUREZA E MEIO AMBIENTE: A EMERGÊNCIA DO DISCURSO AMBIENTAL E A SOCIEDADE DE RISCO

No presente tópico, trataremos como a relação do homem com a natureza e o meio ambiente vem a participar da raiz dos discursos ambientais que passaram a circular na sociedade. Efetivamente, não consideramos que todos os discursos que tratem do meio ambiente possam ser considerados “discursos ambientais”, mas compreendemos que é a partir daquilo que se fala ou falou sobre o meio ambiente que o discurso ambiental surgiu.

3.1.1 Os Discursos sobre natureza e meio ambiente

As atitudes do homem com a “Terra” mudaram durante o tempo e variam de acordo com a região e a cultura, ou seja, o homem primitivo tinha a natureza como o reflexo de Deus. Ao longo do tempo e em algumas sociedades, em virtude desse olhar, ela devia ser “temida”, “respeitada” e “aplacada” (DREW, 2002). Esses discursos trazidos pelo autor, embora, se referindo ao homem primitivo, podem ser identificados em notícias do século XXI. Citamos como exemplo os trechos de notícias, do ano de 2012 e 2011, respectivamente:

Trecho (1):

Medo da chuva em plena seca – apesar da estiagem, governo preparou **estratégia contra enchentes** que incluirá alerta via SMS. [...] As chuvas sobre a Zona da Mata e o Agreste **causaram muitos danos materiais, ambientais e humanos** nos últimos dois anos. (DIARIO, 2012, grifo nosso)

Trecho (2):

Pernambuco em **alerta** – Segunda **morte causada pelas chuvas** no Estado. As **fortes chuvas que castigam** todo o Estado, desde o início da semana, elevaram para 45 o número de cidades afetadas. [...] O balanço registrado até o final da tarde de ontem, indicava que mais de 74 mil pessoas em Pernambuco já **sofrem com os estragos causados pelas chuvas**. (ANDRÉ, 2011, grifo nosso).

Escolhemos esses trechos, mas poderíamos trazer, tanto de outros jornais como de outros anos, uma vez que esses discursos se repetem, relacionando a natureza a uma força que necessita ser placada, temida, sendo a causadora de mortes e destruição (fúria), o que mostra que esse é um dos discursos sobre o meio ambiente que circulam na sociedade atual.

Retornando às concepções de Drew (2002), a ideia que o homem ocidental tem do meio ambiente surge, em parte, da concepção judaico-cristã, na afirmação de que o homem

foi concebido à imagem de Deus e, portanto, pode dominar as demais espécies e, consequentemente, o mundo.

Drew (2002) afirma que essa percepção do mundo para benefício do homem surgiu com a separação do homem e da natureza, concepção que ainda persiste no pensamento ocidental. No entanto, é discutível se essa perspectiva tenha alimentado e/ou auxiliou na formatação da tecnologia industrial e agrícola moderna, fomentando a noção de domínio da natureza pelo homem, mas, certamente, as atitudes em relação à vida geraram nessa sociedade grandes mudanças no meio ambiente físico.

De outro ponto de vista, Capra (1982) afirma que o destaque na visão racional em nossa cultura tem fortalecido o pensamento de Descartes que profere “penso, logo existo”, estimulando os indivíduos ocidentais a assemelharem suas identidades na dicotomia mente e corpo. A consequência dessa divisão é um distanciamento cada vez maior do meio ambiente natural.

Capra (1982) considera que a perspectiva de cisão entre o espírito e a matéria gerou uma ideia de universo similar a um sistema mecânico no qual os elementos vitais são separados, não se levando em consideração que as suas características são essenciais no funcionamento de todos os fenômenos naturais. Para Capra (1982), é essa a relação que tem regido o relacionamento humano com o ambiente natural. Essa noção mecanicista de mundo tanto constituiu um ponto de alicerce para as ciências como para outros aspectos da vida em sociedade.

A visão de Capra (1982), de que a concepção mecanicista do mundo tem gerado a fragmentação das ciências, das entidades e a consequente dicotomia entre o homem e o mundo natural, é corroborada por Porto-Gonçalves (2010), o qual comprehende que as sociedades ocidentais passam pela busca incessante de comprovar que o “homem não é natureza”. Partindo desse princípio, sugere que a sociedade atual requer “[...] um outro conceito de natureza e, consequentemente, de homem que a ciência, a sociedade e a cultura contemporânea carecem” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 38).

Em outras palavras, o que o autor postula é uma mudança de paradigma na perspectiva homem - natureza – cultura, e que a ciência, assim como toda a sociedade, possa vê-los de forma indissociáveis.

Sob outra perspectiva, Gentelle (1993), realizando uma análise sobre a sociedade chinesa²⁶, visão oriental, afirma que, na atualidade, no bojo de suas crenças e tradições, esse povo possui várias noções em sua relação com o mundo que partem desde o sujeito na sua convivência diária com a natureza à visão da sociedade e das questões econômicas. Entretanto, o autor ressalta que há contradições e tensões. Essas tensões tanto se localizam no seio da tradição como na visão mais moderna da sociedade, ou seja, não há uma homogeneidade para pensar a natureza.

Segundo Gentelle (1993), a visão cosmológica do mundo é a base da noção chinesa de sociedade que perdura até os dias atuais. Essa percepção faz com que o povo chinês conceba a natureza como alternância, essa alternância corresponde a uma unidade, ou seja, os fenômenos são percebidos em sua continuidade como aparecimento e desaparecimento, a exemplo, do sol e da lua, da noite e do dia, etc. Não correspondem à interrupção, mas a um fluxo contínuo.

A ideia de fluxo contínuo e mudança na concepção chinesa de natureza é também objeto das reflexões de Capra (1982). O autor afirma que a base do pensamento chinês é desenvolvida no *I Ching*. A noção de contínua flutuação cíclica é alicerçada no equilíbrio entre o *yin* e o *yang*, constituindo o primeiro, o feminino, o receptivo e o conservador. Já o *yang*, o masculino, o expansivo, agressivo e exigente.

Na atualidade, a sociedade chinesa ainda preserva, no seu imaginário social, os discursos da tradição, mas convive com a degradação ambiental, resultado de processos como crescimento das cidades, aumento da população, expansão urbana entre outros, conforme aponta Gentelle (1993, p 25):

Nas cidades, que com frequência eram rodeadas por muralhas, estas foram em grande parte destruídas, e o espaço assim libertado foi aproveitado para construir periféricos. Estes separam os antigos centros ainda dotados de velhas oficinas e de fábricas da primeira geração, dos novos bairros proliferantes, com os seus imóveis de habitação colectiva, os seus empreendimentos industriais.

Por outro lado, o autor afirma que o governo chinês empregou esforços para que tanto as autoridades responsáveis como a população reconhecessem que a modernização também deve impactar nos meios de proteção da natureza e, seguindo o caminho ocidental, decretou

²⁶ A sociedade chinesa foi escolhida por ser a de maior população mundial, ou seja, um quinto da população da terra. A China aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o que possibilitou o acesso às negociações com os Estados Unidos, a União Europeia.

leis de proteção ao ambiente, particularmente, criando reservas naturais para proteger espécies animais em regiões pouco habitadas.

É constatado que os esforços adotados no ano de 1983, com a criação de Leis de proteção da natureza, foram parcisos diante dos problemas ambientais presentes na China, conforme afirma Gentelle (1993, p. 26-27):

[...] 85% dos rios tornaram-se impróprios para a pesca. Metade das águas correntes têm taxas de poluição que ultrapassam as normas internacionais e um quarto das águas está imprópria para a irrigação. Em toda a China, existem apenas umas quinze estações de depuração, que tratam menos de um quinto dos resíduos industriais e menos de um décimo das águas usadas. As águas costeiras além de resíduos dos rios e das ribeiras, recebem também os efluentes das indústrias que se localizam no litoral, em particular as do petróleo.

Concordamos com Gentelle (1993), Porto-Gonçalves (2010) e Cerqueira (2016) ao afirmarem que os problemas ambientais vivenciados pela sociedade chinesa podem ser resultantes da relação com a natureza, decorrentes das mudanças promovidas pelos regimes políticos socialista e comunista.

A sociedade japonesa mantém uma relação de simbiose com natureza, conforme afirma Pons (1993). Para o autor, essa conexão em parte acontece por questões culturais e da própria tradição que faz com que o povo nipônico tenha uma prática utilitária da natureza, mas mantenha uma influente luta ecológica, tornando o Japão um caso distinto por ações que permeiam uma vivência cultural de preocupação harmônica com a natureza, entretanto, convivendo com graves impactos ao meio ambiente, resultante do crescimento econômico e dos impactos ambientais na região do litoral e de áreas costeiras.

Para Pons (1993), três fatores podem influenciar nessa relação, são eles:

a) o meio, em virtude do relevo acidentado, há uma maior concentração da população nos litorais e em determinadas planícies o que deixa vinte por cento do território livre da ação humana;

b) a prática cultural e econômica nas quais fatores como o crescimento econômico, as transformações nas áreas costeiras tanto por intervenção do homem para proteção dos desastres naturais como aquelas com finalidades produtivas geraram desequilíbrio ecológico e;

c) o próprio povo nipônico tem um comportamento similar ao de outros povos na relação com o ambiente.

Pons (1993) afirma que embora os japoneses tenham um comportamento similar ao povo ocidental, vivenciam uma relação de simbiose com a natureza. Tal conexão pode ser fruto das tradições religiosas, pois a cosmogênese nipônica considera que o homem e a natureza estão imbricados. O xintoísmo, primeira religião japonesa, considerou o homem um dos elementos da natureza, posteriormente, no sincretismo religioso, o budismo não mudou essa noção (PONS, 1993).

Há, no Japão, ideias distintas de natureza. São elas:

- a) uma natureza que existe anterior à determinação de mundo;
- b) a perspectiva da natureza selvagem que foi difundida pelo xintoísmo, contudo ao longo do tempo essa relação tornou-se também estética;
- c) um sujeito para o qual a percepção de natureza não é de objeto; e
- d) a visão ocidental da natureza (PONS, 1993).

Por outro lado, Pons (1993) afirma que essas concepções de natureza presentes na sociedade nipônica, particularmente as tradicionais, acarretaram danos ao ambiente, uma vez que existe a visão de natureza selvagem e a estética, sendo a última a que os japoneses mais apreciam a que promove danos severos ao ambiente.

Na verdade, o que podemos constatar com a discussão sobre a visão de natureza e do meio ambiente tanto em sociedades ocidentais como orientais, é que circula a visão utilitária de natureza, conforme já afirmaram Cerqueira (2016) e Porto-Gonçalves (2010; 2013). Essas distintas formas de conceber a natureza e o meio ambiente natural, assim como o afastamento do homem do mundo natural pode ser considerado um dos fatores que contribuíram para a grave crise ambiental que estamos vivendo na atualidade.

Sob outra perspectiva, discutindo os discursos sobre o meio ambiente que circulam na sociedade brasileira, Da Matta (1993) afirmou que há, em seu cerne, um conjunto complexo de percepções de natureza, em virtude de sua diversidade regional e das desigualdades sociais.

Segundo Da Matta (1993), há, nas percepções de natureza dos brasileiros, uma situação paradoxal: o sistema social agrupa ideais modernos como o individualismo igualitário, a justiça social, o progresso social e o controle da natureza, mas sem abster-se às questões ideológicas tradicionais que se retroalimentam e direcionam as práticas sociais cotidianas.

Da Matta (1993, p. 128, grifo do autor) denominou a oposição acima descrita de “dilema brasileiro”, concebendo como: “conjunto de conflitos que além de afectar de maneira estrutural o desenrolar da vida nacional está, [...], na origem da famosa ‘crise brasileira’

contemporânea". De acordo com o autor, esse dilema também se faz presente nas representações de natureza para o povo brasileiro.

Para Da Matta (1993), o Brasil possui diversas posições ideológicas sobre o conceito de natureza uma delas é a representação da terra, do mar, do céu, das forças vivas e do homem; a natureza como espaço intrínseco, duradouro, passivo e generoso; a natureza como "mátria" (a mãe provedora) e não pátria. O autor acrescenta que em um mundo hierarquizado as percepções de mundo natural refletem as estruturas sociais presentes na sociedade.

A percepção de Da Matta (1993) sobre como as relações hierarquizadas da sociedade contemporânea refletem no mundo natural, aproxima-se do pensamento de Porto-Gonçalves (2013) ao questionar o modelo de desenvolvimento imposto:

Todos parecem ter direito ao desenvolvimento, que, assim de uma opção, se torna uma imposição [...] todos temos direito à igualdade, sem que nos indaguemos acerca dos **diferentes modos de sermos iguais** como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 64, grifo do autor).

O questionamento do autor fundamenta-se na perspectiva que a ideia de desenvolvimento proposta alimenta uma visão de que precisamos ser iguais ao modelo cultural europeu setentrional e ao estadunidense.

Para Porto-Gonçalves (2013), essa visão acaba por proliferar uma noção equivocada de que a luta por justiça social necessita ser tratada conforme o modelo de igualdade cultural eurocêntrico, considerando esse padrão cultural superior e devendo ser popularizado.

A partir da afirmação de Porto-Gonçalves (2013) e em plena concordância com o autor, acrescentamos que diante da diversidade cultural do Brasil e das graves desigualdades sociais, tais como: precariedade no sistema educacional, de assistência à saúde, falta de saneamento básico, pouco acesso a moradia própria e tantas outras demandas sociais, a pauta ambiental, possivelmente, para grande parte da nossa população não seja uma informação acessível.

Para que a informação ambiental seja acessível ao público é necessário que haja uma reflexão sobre os discursos circulantes sobre o meio ambiente para que possamos compreender as formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem e a partir delas enunciam, fazendo com que determinados efeitos de sentido circulem, diante de condições de produção determinadas.

Esse aspecto nos levou a considerar que a pauta ambiental nem sempre surgiu de forma espontânea, na verdade, acreditamos que os sujeitos se inscrevem nas formações

discursivas, enunciando a partir delas. Logicamente, acreditando que ao enunciar têm a total autonomia e liberdade sobre os efeitos de sentido que produz. Assim, o embate dessas distintas formações discursivas pode levar a que sentidos outros circulem, a própria interpelação ideológica, nesses casos, pode silenciar determinadas formas de dizer, cristalizando alguns sentidos, ou seja, o sujeito discursiviza (x) para não dizer (y), conforme afirma Orlandi (2007), sendo (y) os sentidos silenciados.

Diante disso, acreditamos que muitos problemas e questões ambientais não chegam à mídia ou não são devidamente publicizados, ou seja, as formações discursivas que ancoram os discursos sejam eles os *discursos sobre* o Complexo de Suape ou os discursos sobre os impactos ambientais que foram causados pelo empreendimento passam por embates (relações de força) e diante das condições de produção do discurso os sujeitos irão enunciar a partir dessas FD, produzindo determinados efeitos de sentido.

Estabelecendo uma relação de aproximação, o jornalista, verificamos que ele, ao enunciar, utilizará os critérios de noticiabilidade e todas as nuances que cercam sua prática profissional, acreditando ser o seu “dito” livre, exprimindo fielmente sua vontade, entretanto, estará enunciando expressões pertencente à Formação Discursiva no qual se inscreve e estará ancorado aos ditos permitidos à FD que o domina. Logo, ao enunciar o jornalista mobiliza gestos de interpretação porque o ato de narrar um acontecimento o aproxima do leitor.

Dessa forma, ao se debruçar sobre o seu texto, o jornalista projeta a imagem de seu leitor e mobiliza as palavras (ancoradas na FD da qual é sujeito) que tornará a sua notícia adequada ao seu público leitor. No caso, trata-se do gesto de interpretação do jornalista na posição-sujeito, acreditando ser “origem do dizer”, porém assujeitado ao seu discurso.

Assim, quando Hannigan (2009) afirma que nem sempre os problemas e questões ambientais são devidamente publicizados pela mídia, uma vez que são tratados apenas como eventos e/ou fatos isolados e que nessa condição não chegam à arena pública, havendo a necessidade de ampliar a discussão e a necessidade de se compreender o processo de produção da notícia.

Acreditamos que precisamos nos debruçar sobre esses discursos, a fim de que possamos compreender como as forças que regem a formação ideológica e as formações discursivas, diante das condições de produção do discurso, se materializam nos discursos dos jornalistas ao enunciarem sobre o CIPS.

De outra parte, acreditamos que todas essas discursividades, sobre o meio ambiente, circulantes na sociedade contemporânea contribuíram, de forma significativa, para as nossas

vivências, uma vez que somos sujeitos sócio-históricos, constituídos pela história e pela língua.

Diante do exposto, na próxima seção nos debruçaremos sobre o surgimento do discurso ambiental como forma de compreensão das discursividades que circulam na sociedade contemporânea.

3.2 A EMERGÊNCIA DO DISCURSO AMBIENTAL

O discurso ambiental ancora em seu bojo uma série de representações e noções sobre o meio ambiente, muito embora, nem sempre haja um consenso em relação à temática, mas em um ponto os autores McCormick (1992) e Porto- Gonçalves (2010, 2013) concordam: o movimento ecológico emerge, em 1960, dentre outros movimentos sociais, tais como: movimento das mulheres, dos negros, dos operários, entre outros.

Para McCormik (1992), o movimento ambiental não teve um marco em um país para posteriormente vir propagarem-se nos outros, mas emergiu em lugares distintos e muitas vezes por motivos diferentes. Para o autor, as questões ambientais mais antigas eram situações locais, após se tornarem compreendidas no seio das localidades passaram a ser tratadas tanto no âmbito dos movimentos nacionais e, finalmente, em movimentos internacionais.

Segundo McCormik (1992, p. 21), alguns fatos objetivos foram atingidos antes que um movimento mais robusto se consolidasse, dentre esses estão: “o progresso da pesquisa científica, um crescimento de mobilidade pessoal, a intensificação da indústria, a disseminação dos assentamentos humanos e mudanças mais amplas nas relações sociais e econômicas”.

Porém, para o autor esses fatos não seguiram uma lógica de linearidade, mas cada qual exerceu influência em níveis variados. De outra parte, Porto-Gonçalves (2010), afirma que na década de 1970 há o afloramento de uma série de movimentos sociais, dentre eles, o ecológico. Esses movimentos faziam o questionamento sócio-político e cultural à ordem política instituída.

No entanto, como surgiu o movimento ambiental e quais efeitos de sentido sobre o meio ambiente foram materializados nesses discursos?

Segundo McCormik (1992), no século XX, várias revoluções conceituais marcaram o período, mas a revolução ambientalista foi, entre todas, a que provocou maior mudança nos valores humanos. O movimento ambiental surge concebido por admiradores da natureza e filantropos vitorianos, robustecido por naturalistas, suplantando as divisões religiosas, políticas, sendo difundido em todos os países. Para o autor, o movimento mudou a concepção

que tínhamos do mundo no qual vivemos e lançou um alerta de que a natureza é finita e nossa relação com o ambiente põe em risco a existência humana. Porém, o autor acrescenta que essa mudança de pensamento teve um lento amadurecimento, embora, a destruição ambiental tenha sua origem de longa data.

Em vista disso, McCormik (1992) afirma que o movimento ambiental teve seu auge após a Revolução Industrial, na terceira fase, em meados de 1940. Essas mudanças ocorreram na vida das pessoas, em virtude das descobertas científicas, apontando de forma mais gritante os sinais de deterioração ambiental. Assim, as bases de um movimento mais abrangente surgiram, na segunda metade do século XIX, quando foram criados os primeiros grupos protecionistas na Grã-Bretanha. Já nos Estados Unidos, na virada do século, aflora um movimento dividido entre preservacionistas das áreas vírgens e conservacionistas de recursos naturais. Entretanto, afirma o autor, o movimento ambiental ganha força após 1945, vindo a se consolidar em 1965.

No quadro abaixo, apresentamos uma síntese da evolução do movimento ambiental.

Quadro 2– Evolução Do Movimento Ambiental

ANO	EVENTO
1971	Nessa época, havia apenas 12 órgãos ambientais nacionais no mundo; em 1992 já havia mais de 140.
1972	Criação de 15 mil grupos de ambientalistas privados no mundo, um terço deles surgidos após 1972.
1972	A Organização das Nações Unidas criou um novo programa ambiental. Em 1980, praticamente, todas as organizações internacionais mais relevantes – o Banco Mundial, a Comunidade Europeia e a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica – tomaram posições relativas às políticas de meio ambiente.
1988	Os partidos verdes já estavam atuando em 14 países, o primeiro foi fundado em 1972, na Nova Zelândia.
1992	Mais de 250 acordos internacionais sobre o meio ambiente, três quartos deles assinados após 1960.

Fonte: McCormik (1992).

O quadro acima destaca como as décadas de 1960 e 1970 foram cruciais para o crescimento do movimento ambiental. Entre os anos de 1962 e 1972, vários fatos distintos

contribuíram para essa guinada: o lançamento do livro de Rachel Carson²⁷, *Silent Spring*, no qual a autora denunciava o uso indiscriminado de inseticidas e pesticidas; em 1970, o Dia da Terra conta com participação efetiva de trezentos mil americanos; tem início as organizações dos trabalhos para a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, a qual reuniu participantes de 113 países, a fim de discutir os problemas do meio ambiente global, todos os esses fatos contribuíram de forma significativa para uma mudança no modo de vida das pessoas (McCORMIK, 1992).

Embora McCormik (1992) afirme que essa mudança de perspectiva de pensar o meio ambiente tenha ocorrido de forma gradual, essas reflexões já vinham ocorrendo diante dos fatos como o perigo de precipitação nuclear provocado por testes; a Crise de Suez, a Guerra Fria e uma série de desastres ambientais divulgados pela mídia. Diante disso, a visão de degradação ambiental passou a representar um risco tão eminente quanto a própria guerra. Como já afirmaram Beck (2010) e Giddens (1991), vivemos na sociedade de risco.

Os desastres ambientais despertaram tanto a atenção da mídia como influenciaram o ativismo público, fazendo com que grupos reivindicatórios distintos (relacionados à luta contra o racismo, a pobreza e a justiça social) se juntassem para defender a pauta ambiental, criando um ambiente propício para manifestações e lutas sociais. Tais reivindicações tornou a discussão acerca dos limites da relação da sociedade com o meio ambiente natural um debate de natureza política, reforçando que o modelo de desenvolvimento proposto não considerava os limites para a intervenção humana na natureza (MCCORMIK, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2013).

Entre os fins dos anos 1960-1970, surge o Clube de Roma, criado por um grupo de empresários, profissionais liberais e executivos de empresas transnacionais (*Xerox*, *IBM*, *Remington Rand*, *Olivetti*, entre outras), que coloca em discussão, além de outras questões, o lado da demanda por “recursos não renováveis”. O referido clube patrocinou o Relatório *Meadows* – documento intitulado – *The limits of the growth* – (Os limites do crescimento), produzido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). O documento apresentava como tese que as bases da crise ambiental tinham por princípio o crescimento exponencial,

²⁷ Rachel Carson (1907-1964) foi bióloga marinha. Estudou genética na Universidade Johns Hopkins, onde chegou a lecionar. Em 1936 incorporou-se à Repartição de Pescados dos Estados Unidos. Em 1937, passou a escrever para jornais. Em 1941, publicou seu primeiro livro, *Under the Sea Wind*. Tornou-se Editora Chefe das publicações do Serviço de Peixes e Animais Selvagens dos EUA. Em 1951, passou a ser escritora em tempo integral, publicou *The Sea Around Us*. Em 1962, publicou *Silent Spring*, no qual a autora fazia uma alerta para o uso indiscriminado de pesticidas químicos (DDT), utilizados para controlar as pragas de insetos, interferindo nas defesas naturais do meio ambiente e do próprio homem (MCCORMIK, 1992, p. 69-70).

constatando que a tragédia seria inevitável, em virtude do esgotamento dos recursos, das altas taxas de mortalidade, em decorrência da poluição e da carência de alimentos (MCCORMIK, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2013).

Para Porto-Gonçalves (2013), o ambientalismo passou a ter o reconhecimento do campo técnico e científico, com isso, o próprio campo ambiental torna-se mais complexo, sendo capturado pelo discurso técnico-científico que outrora havia sido objeto de crítica ferrenha pelo movimento da contracultura. Para o autor, esse fato trouxe para o movimento ambiental aproximações e tensões entre as concepções técnico-científicas com tendências mais preocupadas com questões culturais e políticas.

Segundo Porto-Gonçalves (2013), na sociedade “moderna colonial”²⁸ a ciência e a técnica ocupam lugar de destaque, concebendo o discurso técnico-científico como o discurso da “Verdade”, com isso, tira-se o mérito de outros “saberes”, outros “conhecimentos” e outras “falas”, uma vez que o autor considera o discurso ambiental em sua essência cultural e político. Para o referido autor, no Relatório *Meadows* – limites do crescimento, há o deslocamento da questão ambiental, enquanto demanda cultural e política, para ser assimilada e confrontada enquanto questão técnico-científica, com isso desqualifica-se o próprio cerne do movimento.

Essa tônica reforça o que Porto-Gonçalves (2013, p. 61-62) afirma que o desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno colonial, considerando que a ideia de progresso na atualidade está diretamente ligada a desenvolvimento, sendo este sinônimo de “dominação da natureza”. Para o autor, a ideia de “desenvolvimento” que está impregnada tanto pela perspectiva liberal e capitalista como pela socialdemocrata e socialista e ancora em seu bojo uma síntese de “dominação da natureza”, uma vez que nessas visões se faz uma associação que ser desenvolvido é ser urbano, ser industrializado, “é ser tudo que nos afaste da natureza” e nos aproxime dos “constructos” humanos como a cidade e a indústria.

Diante disso, os ambientalistas ao fazerem crítica a essa visão de desenvolvimento passaram a ser acusados de serem contra o progresso e o desenvolvimento e de buscarem um retorno ao passado e ao estado de natureza (PORTO-GONÇALVES, 2013). No entanto, o que o movimento ambiental estava reivindicando era uma relação com o meio ambiente alicerçada na indissociabilidade homem e natureza.

²⁸ Porto-Gonçalves (2013, p. 15) afirma que um sistema-mundo “moderno-colonial” é um tipo de mundo cada vez mais interdependente, porém essa interdependência está alicerçada em um sistema de relações hierárquicas de poder – mundo colonial.

Porto-Gonçalves (2013) afirma que entre os anos 1960-1970 houve, na Europa e nos Estados Unidos, a contestação dos parâmetros de desenvolvimento até então estabelecidos, enquanto que na África, Ásia e América Latina ganha corpo o subdesenvolvimento. Para o autor, na lógica da ideia de subdesenvolvimento já está encravada a percepção de superação que seria o desenvolvimento.

Já a década de 1970 foi berço de um movimento histórico: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em junho de 1972, em Estocolmo. A conferência foi considerada um marco no crescimento do ambientalismo internacional, pois foi a primeira vez que os problemas sociais, econômicos, políticos do meio ambiente global foram discutidos em um fórum intergovernamental (MCORMIK, 1992).

Segundo McCormik (1992), a Conferência de Estocolmo contou com a participação de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais, quatrocentas outras organizações intergovernamentais e não-governamentais. Dentre os vários legados deixados pelo evento, podemos citar:

- a) confirmou a tendência para uma nova ênfase sobre o meio ambiente humano;
- b) possibilitou um compromisso entre as nações mais e menos desenvolvidas, ampliando a visão que os problemas ambientais têm caráter global e muitas questões estavam arraigadas em situações políticas e sociais, particularmente, nos países menos desenvolvidos;
- c) a participação efetiva das ONGs marcou um novo momento para a consolidação e presença dessas organizações nos fóruns da ONU, ampliando a quantidade de participantes, a qualidade das discussões e a percepção de que enfrentam problemas comuns;
- d) a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.

O cenário de discussão durante a Conferência de Estocolmo torna evidente a ampliação do movimento ambiental e, particularmente, a necessidade de a questão ambiental ser vista do ponto de vista político e social.

Entretanto, Porto-Gonçalves (2013) afirma que a perspectiva desenvolvimentista margeava o pensamento brasileiro, particularmente, na frase emblemática proferida pelo governo brasileiro de que a pior poluição era a da pobreza e convidava para que trouxessem o desenvolvimento, investindo no Brasil. Outra frase representativa do período foi a afirmação do então ministro do planejamento Paulo Veloso: “O Brasil ainda pode importar poluição” (BECK, 2010, p. 52).

Nesse momento, estabelecemos um paralelo com o nosso trabalho, afirmamos que esses discursos desenvolvimentistas ainda se materializavam em discursos da imprensa, tanto

em 1975 como em 2010, assim como em outros anos posteriores, como podemos ler nos recortes textuais:

Texto 1:

[...] Com um presente de miséria e de mãos estendidas. [...] para construir um futuro de grandeza firmado no desenvolvimento. (SUAPE, 1975).

Texto 2:

Políticas impulsionam desenvolvimento – O Brasil não tem mais uma política de desenvolvimento regional efetiva. A tentativa de ressuscitar a Sudene não deu certo, mas o fato é que o Nordeste é a região que mais vem se beneficiando com a implementação de políticas nacionais. [...] o estado ‘vai bombar’. De 2007 para cá, mais de 350 empresas se instalaram em Pernambuco [...]. (DIARIO, 2010).

Essa afirmação vem corroborar com o que Porto-Gonçalves (2013) afirmou em relação à perspectiva desenvolvimentista presente nos discursos, neste caso, no *discurso sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape. Reafirmamos se tratar de discursos que se filiam à formação discursiva desenvolvimentista-redentora que ancora os discursos permitidos sobre o Complexo. De outra parte, também podemos afirmar que há um embate das forças que regem as formações discursivas silenciando ou fazendo que outros efeitos de sentido circulem (mas, discutiremos essas questões posteriormente).

Já na década de 1980 consolidam-se as discussões propostas durante a Conferência de Estocolmo. Além disso, outras temáticas são objeto de preocupações, dentre elas: o aquecimento global, a desertificação, a seca, a poluição ácida, o buraco na camada de ozônio, entre outros. Crescem o espaço e a adesão para a participação das ONGs nos debates sobre o meio ambiente. Em setembro de 1983, a Assembleia Geral da ONU criou uma comissão independente com o intuito de abordar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, foi instituída a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland (MCCORMICK, 1992).

Em 1987, o relatório da referida comissão foi publicado sob o título de *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum). Em síntese, o relatório destacava que o meio ambiente e o desenvolvimento estavam imbricados e as soluções políticas apresentadas eram insuficientes, uma vez que as instituições existentes tinham a tendência à fragmentação além de buscarem o enfrentamento dos efeitos e não das causas dos problemas ambientais. Além disso, a comissão concluiu que, frequentemente, a política ambiental era colocada em segundo plano, ou seja, as instituições ambientais tomavam conhecimento de alguma mudança nas políticas econômicas,

comerciais e energéticas (com possíveis danos ao meio ambiente) após essas demandas serem implementadas, ou seja, seria imprescindível pensar a dimensão ambiental na medida que se estavam pensando as políticas econômicas, comerciais e energéticas (MCCORMICK, 1992).

No citado Relatório, o termo *desenvolvimento sustentável* foi utilizado pela primeira vez, sendo conceituado como: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 47).

A década de 1990 teve como marco a segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a CNUMAD, a Rio 92, realizada na cidade Rio de Janeiro, em 1992. O evento reuniu 178 representantes de países, dentre chefes de Estado, embaixadores e outras autoridades. Enquanto proposições, os seguintes documentos foram apresentados: Agenda 21, Declaração sobre Proteção às Florestas, Convenção Quatro sobre mudança do Clima.

Segundo Porto-Gonçalves (2013), a Rio 92 foi a primeira convenção a contar com um fórum paralelo, no Aterro do Flamengo, envolvendo entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais e ONGs, indicando uma luta pela democratização e pela ampliação da participação cidadã.

Consideramos que a Conferência pode ser pensada como um dos momentos nos quais os sujeitos-discursivos enunciaram, fazendo com que distintos efeitos de sentido sobre o meio ambiente passassem a circular, materializando alguns sentidos sobre o meio ambiente, desenvolvimento, técnica e ciência. Por outro lado, esses discursos também podem ser identificados como *discursos sobre* uma vez que são os discursos da imprensa enunciando sobre esses temas e produzindo sentidos. Diante disso, apresentamos alguns recortes textuais publicados em um jornal²⁹ da época (os trechos são apenas ilustrativos não fazem parte do *corpus* desta pesquisa):

Recorte 1:

O Governo brasileiro já se considera o grande vitorioso da Conferência [...], antes mesmo de ela ter começado. Mesmo que os textos que ela produzirá não sejam a expressão do que queriam o Brasil e os demais países em desenvolvimento, [...]. Deliberadamente, o governo abriu mão de várias de

²⁹ No Estado de Pernambuco havia, à época, em circulação os Jornais: *Diario de Pernambuco* (DP) e *Jornal do Commercio*, porém no Arquivo Público do Estado o DP não está disponível para consulta pública.

suas posições durante as negociações, tornou-se flexível em nome do papel de intermediário, pelo fato de ser o dono da casa. **O Brasil é o maior detentor de biodiversidade** (variedade de espécies da flora e da fauna) do mundo e, como tal, defendia que quem possuísse esse patrimônio **teria direito quantificado ao produto da biotecnologia** – outro aspecto da Convenção – no futuro, será a **biotecnologia quem dará o controle sobre a agricultura, a pecuária, os remédios**. (BORGES, 1992)

Recorte 2:

Na Conferência, [...] a Europa estará representada por dois grupos de participantes: os prováveis líderes da proteção ambiental global e os suplicantes. A **Comunidade Europeia e democracias ricas** como a Alemanha estão tentando **liderar o processo em direção a um mundo mais limpo** sem, porém, colocar em risco suas bases industriais e sua riqueza. Por outro lado, **os países ex-comunistas**, em enormes dificuldades, **buscando desesperadamente investimentos externos para alimentar suas fracas economias** e acelerar o processo de controle da poluição (RIES, 1992, grifo nosso).

Recorte 3:

Os resultados do “Quilombo-92”, evento do Fórum Global, indicam que **a mídia introjeta uma cultura de inferioridade para os negros no país**. Segundo um consultor da ONU, o racismo brasileiro ainda é grande. A **visão da cultura eurocentrista** – a Europa como centro do mundo – que **vigora no Brasil** foi condenada pela professora Helena Theodoro, durante o encontro Quilombo 92 – Simpósio da Comunidade Negra Internacional, no Fórum Global. Helena afirmou que **o Brasil só se tornará uma país forte quando a sociedade assumir todas as culturas aqui existentes sem nenhum tipo de preconceito** (GIMENEZ, 1992, grifo nosso).

Recorte 4:

Um Grupo de 20 pessoas atingidas pelo acidente radiativo com o Césio 137, ocorrido há cinco anos em Goiânia, fez, na Ecotech um **protesto contra o descaso das autoridades e a falta de assistência** médica e psicológica para seu caso. As vítimas do acidente com o césio foram à Ecotech, um Simpósio de Internacional de Tecnologias Ambientais realizado na Rio-92 para **pedir aos cientistas mais pesquisas sobre os possíveis efeitos futuros da radiação com o césio** (CONTRA, 1992, grifo nosso).

Diante disso, já afirmamos que o discurso ambiental é constituído a partir de vários embates discursivos, nos trechos acima destacados apresentamos uma síntese de como os sujeitos-discursivos enunciam, a partir de posições discursivas distintas, mas filiados à formação ideológica do capital que traz em seu bojo os discursos da formação discursiva desenvolvimentista-redentora e ancorando esses discursos.

Os recortes (1) e (2) retomam o que Porto-Gonçalves (2013, p. 83) afirma que em uma sociedade do tipo capitalista a técnica abrange uma dupla dominação: “maior dominação sobre a natureza e maior dominação sobre os homens e mulheres ao mesmo tempo”. Para o

autor, nas sociedades capitalistas, a técnica também precisa solucionar o problema da concorrência entre os capitalistas e, para que isso possa acontecer, deve sempre manter o maior rigor no processo de produção. Conclui o autor que não existe técnica dissociada dos processos de uso, ou seja, ela não é exterior nem é paralela às relações de poder e sociais.

Já nos recortes (3) e (4), percebemos que esses discursos partem do ritual de falha, configurando-se como a resistência do sujeito aos discursos ancorados na formação discursiva desenvolvimentista-redentora. Diante disso, discursiviza, em um gesto de interpretação, os impactos ao meio ambiente natural, da crise ambiental, dos riscos aos quais estamos submetidos no dia a dia, dos questionamentos ao papel da mídia na publicização dos impactos ambientais. Por outro lado, analisando a questão da mídia, ciência, técnica, no recorte (4) concordamos com Hannigan (2009, p. 133-134), que a maioria dos cidadãos continua a “ter fé” na ciência e na tecnologia, acreditando que o crescimento econômico é, na maioria dos casos, desejável.

Nesse cenário, o primeiro evento internacional do século XXI, foi a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, que ocorreu em Johanesburgo, na África do Sul, no ano de 2002. O evento contou com a participação de líderes mundiais, de ONGs e da sociedade civil e teve como um dos objetivos revisar as metas da Agenda 21, além da proposição de um plano global para conciliar o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

No entanto, a perspectiva de desenvolvimento discutida no período estava fundamentada no crescimento desordenado e na dissociação do homem com o meio ambiente natural. Portanto, havia dissonância em relação às propostas, sinalizando que havia o embate das formações discursivas, como apontamos nos recortes textuais abaixo (os trechos não fazem parte do *corpus* discursivo desta pesquisa, estão sendo apresentados apenas para ilustrar):

Recorte 1:

Um fracasso com algumas migalhas. É assim que ambientalistas e integrantes de delegações de vários países, principalmente **em desenvolvimento**, definiram a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, [...]. **A ausência de metas e acordos importantes – como o estabelecimento de fontes de energia renovável e a diminuição de subsídios agrícolas** – na declaração final no evento **frustrou não apenas integrantes de ONGs, como governos** – entre eles, do Brasil, da Nova Zelândia, do México e da Suíça (COSTA, 2002, grifo nosso).

Recorte 2:

Nestes dez anos que separam as Conferências do Rio e de Johanesburgo, **o Brasil abandonou a posição defensiva** em relação **aos temas do meio ambiente**. [...] A expectativa é que nessa nova condição **o Brasil lute durante a cúpula em Johanesburg, para consolidar as conquistas da Agenda 21**. [...] Essa ideia, ao lado dos limites de emissão de gases do **Protocolo de Kyoto, pode inaugurar um lucrativo mercado para o Brasil**, com a **venda do que ele tem de sobre biomassa e florestas – para países desenvolvidos pressionados por esses compromissos** (BRASIL, 2002, grifo nosso).

Nos recortes (1) e (2), a nossa compreensão é que existe um embate de forças que regem a formação discursiva desenvolvimentista-redentora que ancora os discursos sobre o CIPS. Consideramos o fato, ao percebermos os gestos de interpretação mobilizados pelo sujeito jornalista, projetando para os leitores os discursos da crise ambiental, dos riscos e dos embates discursivos travados na discursivização sobre o evento citado. Assim sendo, o sujeito-jornalista, no recorte (1) faz a menção que os ambientalistas e integrantes das delegações de diversos países estavam insatisfeitos com o rumo que o evento havia tomado, naquilo que concerne aos acordos e sua efetivação. Nesse caso, compreendemos que no recorte (1), o jornalista resiste ao ritual de assujeitamento à formação discursiva desenvolvimentista-redentora, projetando os discursos da resistência, ou seja, “um fracasso e algumas migalhas”. Nessa perspectiva, reconhecemos que, a partir da contra-identificação o sujeito-jornalista, ao resistir ao assujeitamento a FD, discursiviza os saberes do interdiscurso, memória dos eventos anteriores, dentre eles: a Conferência de Estocolmo.

Já, no recorte (2), o sujeito-jornalista, ao enunciar apresenta as questões e problemas ambientais como similar a uma batalha a ser vencida, a fim de atingir o ‘desenvolvimento’, porém esse prêmio seria o país (Brasil) atingir um “mercado lucrativo”. Na verdade, estamos diante do discurso do capitalismo-industrialismo que traz como recorrência as questões do ‘desenvolvimento’ e do ‘progresso’. Esses discursos ancoram em seu bojo um padrão eurocêntrico de desenvolvimento a ser seguido pelas nações consideradas ‘subdesenvolvidas’ ou em ‘desenvolvimento’.

No ano de 2012, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, no Rio de Janeiro. O evento contou com a presença de representantes de 193 países membros da ONU e um dos objetivos era discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. A pauta abordava temas, como a

economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

No que concerne às discussões pautadas na Rio+20, não havia um consenso, tanto que os representantes das nações discordavam entre si, particularmente, nas questões de aplicabilidade dos acordos, assim como os representantes das ONGs e das classes empresariais também se opunham ao andamento dos encaminhamentos até então. Nos recortes textuais abaixo, apresentamos alguns enunciados que marcam os posicionamentos de alguns dos sujeitos-discursivos, o que nos leva a considerar que enunciam a partir da formação discursiva desenvolvimentista-redentora, no entanto, a formação ideológica é a capitalista-industrialista.

Recorte 1:

A presidente Dilma Rousseff abrirá, oficialmente, às 11h, o Pavilhão do Brasil na Rio+20. Entre **impasses que se estendem há meses e acordos que demoram a surgir** a expectativa do governo brasileiro é que **o simbolismo da conferência** e a presença no Rio, vinte anos após a Eco92, contribuam para o surgimento de convergência. Até agora elas são poucas ‘concordâncias gerais existem, o problema é quando se **entra no como fazer**’, resumiu ontem um diplomata (RIO, 2002, grifo nosso).

Recorte 2:

As propostas iniciais que serão apresentadas na Rio+20 **relacionadas aos direitos humanos não são consenso entre os especialistas**.[...] O tema foi discutido ontem na Conferência Internacional do Instituto Ethos, que está **colhendo sugestões da classe empresarial** para serem entregues ao governo brasileiro e chefes de outras-nações. **Uma das medidas apresentadas** durante o encontro foi a **adoção, em nível internacional, da lista suja do trabalho escravo**, hoje existente no Brasil e em alguns outros países (CRÍTICA, 2002, grifo nosso).

Nos recortes textuais acima destacados, reafirmamos os embates discursivos presentes no período. Esses confrontos surgem das distintas percepções de “desenvolvimento”, ou seja, os sujeitos-discursivos ao ancorarem os discursos na formação discursiva desenvolvimentista-redentora ao enunciar a palavra “desenvolvimento” irão, possivelmente, tê-la como sinônimo de “crescimento”, “progresso”; de outra parte, aqueles que, pela falha do ritual, mobilizam o gesto de interpretação, projetam para os leitores os discursos sobre os riscos, crises e impactos ambientais, possivelmente, compreendendo a palavra ‘desenvolvimento’ como similar a des-envolvimento, conforme afirma Porto-Gonçalves

(2013, p. 81), “des-envolver” é retirar o envolvimento (a autonomia) que cada povo tem com sua cultura e com o seu território e espaço, além de alterar a maneira com que cada povo se relaciona entre si e com a natureza. O autor acrescenta que essa situação reitera o princípio romano *divide et impera*, ou seja, ao des-envolver, inclui cada um (desterritorializados) em uma nova composição societária, a capitalista.

Concordamos, com a percepção de Porto-Gonçalves (2013) ao afirmar que a perspectiva atual de desenvolvimento traz no seu cerne o “des-envolver”, particularmente, se nos referirmos à dominação da natureza e de grupos considerados em situação de vulnerabilidade social. No entanto, também compreendemos que o discurso ambiental tem seu ápice no contexto do industrialismo e não pode ser estudado dissociado dessa situação (DRYZEK, 2013).

Assim, a nossa compreensão é que o discurso ambiental é um discurso heterogêneo, ou seja, ao ocupar um lugar social e deslizar para o lugar discursivo a discursivização do sujeito irá mobilizar saberes ancorados nesses lugares, uma vez que eles se constituem. Dessa maneira, o sujeito discursivo poderá se identificar ou não com os saberes ancorados nas Formações Discursivas.

Consideramos que, ao enunciar, os sujeitos se movimentam do lugar social para o lugar discursivo, mas como esses lugares se constituem mutuamente, no discurso ambiental não haveria de ser diferente. Nesse sentido, buscamos a orientação de Grigoletto (2005a, p. 4-5)³⁰:

Portanto, o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do / no seu dizer. No entanto, ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim de sujeito do discurso. [...] O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso.

Em consonância com a orientação da autora, transponemos para a condição do sujeito enunciando as questões ambientais. Esse sujeito discursiviza a partir de lugar social distinto (como já vimos na discussão inicial sobre a emergência do campo ambiental), a exemplo, um chefe de Estado-Nação terá os ditos autorizados pelo lugar social (o que ele pode dizer e o que não pode dizer), assim como um líder quilombola, um cientista, jornalista, porém ao enunciar

³⁰ No artigo “Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito”, a autora discute, a partir da concepção de sujeito do discurso em Pêcheux, passando pela noção de forma e posição-sujeito, estabelecendo uma distinção entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito.

(lugar discursivo), o dizer do sujeito, no lugar discursivo, legitimará o lugar social e vice-versa.

Assim, compreendemos a heterogeneidade do discurso ambiental por considerar que distintas posições-sujeito podem emergir dadas as formações ideológicas e a partir das formações discursivas projetadas pelas condições de produção do discurso.

No caso desta tese, isso implica considerar que nas condições de produção do discurso as formações ideológicas e discursivas que emergem – e nas quais os sujeitos se filiam e a partir delas enunciam – projetam para o leitor (no caso específico do jornalista) efeitos de sentido sobre o meio ambiente natural e, consequentemente, sobre os impactos ao meio ambiente produzidos pelo Complexo de Suape e sobre o empreendimento.

Assim, o discurso ambiental traz, em sua memória discursiva, vários posicionamentos e efeitos de sentido que ao longo do tempo, vieram compor um grande mosaico discursivo sobre questões e problemas ambientais.

Diante disso, na próxima seção discutiremos a heterogeneidade do discurso ambiental.

3.2.1 A heterogeneidade do discurso ambiental³¹

Como já afirmamos o movimento ambiental surgiu aliado a outras pautas, dentre elas: das mulheres, dos negros, dos indígenas etc. Nesse mosaico discursivo, o próprio discurso ambiental foi enunciado a partir de distintos “lugares sociais”, trazendo em seu bojo as próprias dispersões e contradições dos sujeitos (na sua incompletude), diante das forças que regem as formações discursivas e ideológicas e nos deslizamentos, produzindo os efeitos de sentido para o leitor, para o cidadão e para uma coletividade.

Como já afirmamos que o discurso ambiental é heterogêneo devido aos distintos lugares empíricos (lugar social) de onde foi e continua sendo enunciado, vamos nos deter, a partir desse momento, na compreensão desse mosaico discursivo.

Dryzek (2013) afirma que os problemas e questões ambientais podem ser considerados interconectados e multidimensionais na seara de complexidade do mundo, uma vez que

³¹ Nesta seção iremos discorrer sobre a heterogeneidade do discurso ambiental a partir do ponto de vista de autores que adotam uma visão de sujeito, discurso e ideologia distinta da Análise de discurso (AD), na perspectiva de seu fundador, Michel Pêcheux, na qual ancoramos esse trabalho. No entanto, justificamos que as contribuições dos autores citados são relevantes para a discussão ora apresentada, bem como poderá contribuir para trabalhos futuros no campo da Comunicação Ambiental. Os autores citados são referência na abordagem tanto da Comunicação Ambiental, Discurso Ambiental e do Jornalismo Ambiental. Ao longo do trabalho, tentaremos, fazer algumas aproximações, porém respeitando as concepções teóricas dos autores e aquelas às quais nos filiamos.

possuem em seu cerne uma gama de variedades de elementos que fazem a interação com o meio ambiente. Para o autor, esses discursos constroem significados e representações e auxiliam a formar o senso comum, bem como legitimam conhecimentos, havendo em cada discurso uma suposição, afirmação, julgamento provendo as marcas para os debates, acordos e desacordos.

Segundo Dryzek (2013), esses elementos que se fazem presentes na interação com o meio ambiente entram em contato com a complexidade do sistema de decisão humana (seja individual ou coletivo) e encontram outras duas complexidades:

- a) os ecossistemas são complexos e nosso conhecimento sobre eles é limitado;
- b) os sistemas sociais humanos também têm suas próprias complexidades.

No entanto, o autor afirma que o discurso ambiental teve sua origem com o industrialismo e que não pode ser analisado dissociado de sua relação contextual. Acrescenta o autor que os discursos estão ligados às práticas de poder e podem incorporar o poder, condicionando o modo de perceber das pessoas, de tal forma que alguns interesses podem ser suprimidos ou ofuscados em detrimento de outros.

Diante disso, Dryzek (2013, p. 11) afirma que, nas economias capitalistas, os governantes, no exercício de suas atividades, têm uma série de funções a serem exercidas, independentemente de suas vontades e a fim de atender interesses comerciais, tais como:

- a) em primeiro lugar, garantir o crescimento econômico (as corporações podem parar de fazer investimentos no país em resposta às políticas de governos que não apoiam);
- b) segundo, a mobilidade do capital e das finanças pode aumentar a pressão, a fim de garantir regras e práticas ambientais menos rigorosas.

Essa afirmação do autor pode ser corroborada com o pensamento de Santos (2010, p. 33-34, grifo nosso):

Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas, quase todas extremamente rígidas [...] **Muda a estrutura do emprego, assim como as outras relações econômicas, sociais, culturais e morais** dentro de cada lugar, **afetando igualmente o orçamento público**, tanto na rubrica da receita como no capítulo da despesa. Um pequeno número de grandes empresas que se instala acarreta para a sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio. **Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade.**

Com base na orientação de Santos (2010), podemos afirmar que os grandes empreendimentos são considerados, em muitos casos, ‘salvadores’ de lugares e considerados

dignos de reconhecimento pelo aporte financeiro que podem trazer às localidades, havendo, toda uma cadeia discursiva, a fim de legitimar esses enunciados. Em contrapartida, a degradação e o risco ambiental são silenciados.

Santos (2010, p. 33) acrescenta que diante desses discursos: [...] a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas.

Já Dryzek (2013, p. 10, tradução nossa)³² afirma:

As corporações podem parar de investir em resposta às políticas governamentais que lhe desagradam. A crescente mobilidade do capital e das finanças intensifica essa pressão, porque as empresas podem ameaçar transferir operações para países com políticas e práticas ambientais menos rígidas.

Para Santos (2010) e Dryzek (2013), a ação existente entre a instalação dos grandes empreendimentos e o ambiente no qual as pessoas vivem demanda impactos tanto no ambiente natural, quanto no que se refere às pessoas e à dinâmica da vida nas cidades.

Diante disso, Dryzek (2013) afirma que o discurso ambiental teve sua origem na sociedade industrial e deve ser estudado e posicionado no contexto do discurso do industrialismo.

A proposta de classificação do discurso ambiental de Dryzek (2013) é constituída de duas dimensões, são elas: a) dimensão reformista ou radical; b) dimensão prosaica ou imaginativa. A primeira identifica a maneira como o discurso ambiental considera os termos utilizados a partir do discurso da industrialização, devendo afastar o discurso ambiental desses termos. Já na segunda dimensão os problemas ambientais são parte de situações advindas da economia política industrial, requerem ação, mas não apontam para um novo tipo de sociedade.

A partir do agrupamento dessas duas dimensões, surgirão quatro categorias: (1) Resolução de problemas; (2) Limites e sobrevivência; (3) Sustentabilidade; (4) Radicalismo verde. Porém, porém o autor esclarece que o discurso ambiental pode trazer imbricado nuances das dimensões e alguns mecanismos irão ser mais fortemente marcados. No quadro abaixo, apresentamos a classificação do discurso ambiental conforme Dryzek (2013).

³² “Corporations can stop investing in response to government policies they do not like. Their increasing mobility of capital and finance intensifies the pressure, because businesses can threaten to transfer operations to countries with less stringent environmental policies and practices.” (DRYZEK, 2013, p. 10)

Quadro 3 – Classificação do discurso ambiental

Dimensão	Reformista	Radical
Prosaicas	Resolução de problemas	Limites de sobrevivência
Imaginativas	Sustentabilidade	Radicalismo verde

Fonte: Dryzek (2013, p. 16).

Para Dryzek (2013), na categoria “resolução de problemas”, adota-se como princípio o *status quo* econômico-político, realizando os ajustes nas políticas públicas para se enfrentar os problemas e as questões ambientais. O autor considera que esses ajustes podem se tornar formas de resolução pragmática dos problemas, em virtude de governos liberais, participação de ambientalistas, demandas econômicas e a própria gestão de mercado para tratar da questão ambiental, havendo discordâncias entre os participantes.

No caso dos discursos compreendidos na categoria de “limites de sobrevivência”, podem ser reconhecidos como oriundos da década de 1970, mas que mantêm seguidores até os dias atuais. Em seus discursos utilizam, preferencialmente, os termos “fronteiras planetárias” em detrimento de “limites” e compreendem que a expansão econômica e o crescimento da população poderão exceder a capacidade de recursos naturais para manter a atividade agrícola e industrial humana. Porém, os limites do discurso podem ser considerados radicais, uma vez que buscam o poder na política industrial e a reorientação, a fim de manter o crescimento econômico. Esses discursos também podem ser identificados como prosaicos por procurar soluções no cerne do industrialismo, no intuito de atingir sistemas de controle que poderiam ser apresentados por administradores, cientistas e outros profissionais que o autor denomina de “elites responsáveis” (DRYZEK, 2013, p. 16).

Já no caso dos categorizados como de “sustentabilidade”, que podem ser considerados da dimensão *imaginativas*, esses discursos tiveram ascensão na década de 1980, tendo seu ápice com o Relatório de Brundtland (1987), “Nosso Futuro Comum”. Esses discursos sugerem alternativas para solucionar as questões ambientais e econômicas em uma perspectiva que compreende os conceitos de crescimento e desenvolvimento de maneira que se tornam arcaicas as projeções do discurso dos limites. Já na Europa, eclodem ideias sobre a modernização ecológica, nesse caso, a percepção é de que o crescimento econômico e a proteção ambiental são complementares.

As concepções do “radicalismo verde” seguem vertentes tanto “radical” como “imaginativas”, por rejeitar tanto a estrutura básica da sociedade industrial, quanto a forma como o meio ambiente é conceitualizado de diferentes maneiras pela sociedade humana. Se,

por um lado, há adeptos desse discurso que idealizam que as relações do homem com o meio ambiente podem ser mudadas por meio de novas experiências e sensibilização; por outro lado, os de corrente mais radical defendem que ações mais efetivas e mudanças radicais devem ser aplicadas (DRYZEK, 2013).

Para o autor, os discursos ambientais, com o tempo, “se desenvolvem, se cristalizam, se bifurcam e desaparecem” (DRYZEK, 2013, p. 20, tradução nossa). No entanto, os seus efeitos podem ser identificados nas políticas da legislação governamental, na mudança de estilos de vida das pessoas, a fim de reduzir o impacto ambiental. O autor afirma que, para além das instituições, os discursos podem ser incorporados aos entendimentos informais que fazem parte do contexto de interação social, passando a compor a trama discursiva que contextualiza as informações formais das organizações.

Diante disso, Dryzek (2013) afirma que há disputas nas fronteiras que delimitam os diferentes discursos, particularmente, entre o discurso ambiental e o do industrialismo.

A forma de abordagem de Dryzek (2013) coaduna com a visão de Corbett (2006)³³. Ao abordar aspectos das ideologias ambientais, a autora afirma que quando se discute a comunicação sobre o meio ambiente, frequentemente, se utilizam as palavras “preservação” e “conservação”, sendo possível ter a noção dos significados, mas nem sempre das ideologias que estão imbricadas nos discursos.

Corbett (2006) afirma que as ideologias ambientais estão presentes em vários processos das relações humanas com o meio ambiente, embora possam ter vários rótulos, uma forma de ancoragem é o antropocentrismo e o ecocentrismo. Segundo a autora, alguns sistemas de crenças atraem mais adeptos que outros, porém em todos há processos ideológicos subjacentes. Corbett (2006) considera que, mesmo aquelas pessoas que afirmam ser ou não ambientalistas, têm seus discursos pautados nesses processos e que, ao longo da vida, irão utilizar para justificar algumas atitudes em sua relação com o meio ambiente natural.

Para Corbett (2006), as mensagens ambientais são formadas a partir da perspectiva de relações e de experiências pessoais, sendo utilizadas para justificar palavras e ações sobre o meio ambiente. A autora considera que a formação ideológica é influenciada pelas experiências na infância, pelo sentido de lugar e pelo contexto histórico e cultural.

³³ Julia Corbett na obra *Communicating Nature – How We Create and Understand Environmental Messages*, também faz uma leitura pragmática da ideologia como ocultação e do sujeito como “origem do dizer”. No entanto, a autora é uma referência na discussão da temática ambiental, particularmente em aspectos da comunicação ambiental. Diante disso, traremos uma síntese do pensamento da autora, mas não utilizaremos a classificação proposta pela autora para análise de nosso *corpus*.

Segundo Corbett (2006), as experiências com a natureza são como bagagens que as crianças carregam auxiliando na formação do presente e do futuro. A autora acrescenta que existem maneiras distintas de se ter experiência com a natureza, são elas: “direta” e “indireta”. A primeira consiste no contato físico com o ambiente natural e com espécies não humanas, normalmente, esse tipo de experiência não é planejada. As “indiretas” também envolvem o contato direto com o ambiente natural, porém são planejadas e direcionadas. Nesses casos, a natureza é o produto de experiências deliberadas, tais como: visitas aos zoológicos, ao jardim botânico, contato com animais domesticados, convívio com animais domésticos.

Para a autora, as experiências intensas, “vicária ou simbólica” – embora não existindo o contato físico, uma vez que ocorre por meio de representações, como o acesso a vídeos, filmes de animação, livros, entre outros, são importantes para o desenvolvimento das crianças em distintas fases da vida, porém, alerta que, na atualidade, as experiências diretas estão ficando cada vez mais escassas em detrimento das experiências vicárias.

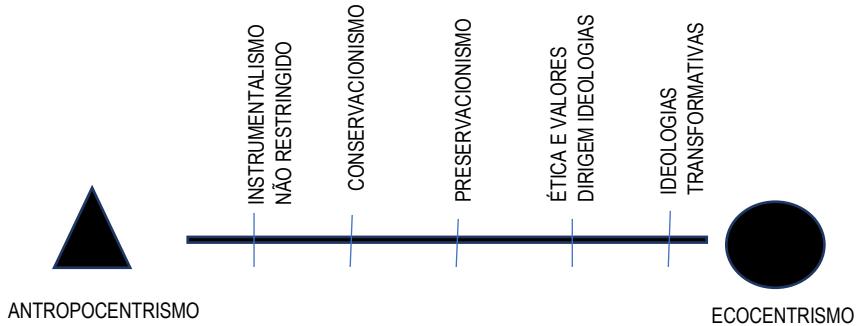
Quanto ao “sentido de lugar”, Corbett (2006) conceitua como a sensação que o lugar oferece de segurança e estabilidade, um ambiente que tem limites físicos e identidade, ou seja, esse ambiente é fonte de enraizamento das vivências e conforto. O apego ao lugar pode significar ter dificuldades em vê-lo degradado. Para a autora, “sentido de lugar” é muito importante para o desenvolvimento dos sistemas de crenças e de proteção ao meio ambiente.

Corbett (2006) considera que os sistemas de crenças atuais mantêm uma relação direta com o contexto histórico e cultural no qual vivemos. Nesse sentido, as organizações, os líderes, as leis e as práticas culturais refletem o sistema que o homem domina.

Na obra citada, a autora apresenta um quadro que explana a maneira como o pensamento ideológico sobre o meio ambiente pode ser visualizado.

A figura, a seguir, apresenta a concepção de Corbett (2006) das ideologias ambientais imbricados nos discursos (como já explicamos a autora comprehende as ideologias como ocultação):

Figura 1 – “Espectro” das ideologias ambientais



Fonte: Corbett (2006, p. 29).

Corbett (2006) comprehende que os sistemas ideológicos apresentam ideologias ambientais que variam numa escala que vai do espectro antropocêntrico ao ecocêntrico. O primeiro pode ser compreendido como uma perspectiva que tem como o centro o ser humano; o homem é considerado dominante diante dos demais organismos vivos e não-vivos. Essa relação entre o homem com o meio ambiente poderia ser representada em um desenho de uma pirâmide na qual o homem estivesse no topo e os demais organismos na base da pirâmide. Já o ecocentrismo, também chamado de biocentrismo, pode ser pensado na perspectiva de um círculo, possibilitando uma relação não hierárquica de relacionamento. Segundo ela, o ecocentrismo pauta-se na visão de que os humanos são interdependentes, compõem o sistema biológico e não são nem mais nem menos importantes que os demais seres (CORBETT, 2006).

Segundo Corbett (2006), alguns pesquisadores conjecturam que o dualismo antropocentrismo e ecocentrismo são apenas uma das questões de crenças ambientais. Na obra citada, a autora afirma que utiliza os termos de forma mais ampla, a fim de demonstrar que o relacionamento que os humanos têm com o mundo natural é global, envolvendo perspectivas de crescimento e progresso e com outras entidades (vivas e não vivas).

Por outro lado, Corbett (2006) orienta que, embora, a distinção possa ser identificada como um processo menor, as diferenças ideológicas são descomunais e guiam as formas do relacionamento com o meio ambiente.

Na figura 1 – “Espectro” das ideologias ambientais, Corbett (2006, p. 26-41, grifo da autora) ao fazer a explanação dos processos ideológicos apresenta as seguintes orientações:

a) *Industrialismo desenfreado*: no cerne desta ideologia, existe a crença de que o ser humano é a entidade mais importante e dominante em relação aos demais seres; os recursos naturais estão à disposição para uso ilimitado, não devendo seu uso ser restrinido. Essa

ideologia identifica os recursos naturais como “instrumentos” com objetivo de ser utilizado pelos seres humanos;

b) *Conservacionismo*: esse processo ideológico reconhece que os recursos naturais devem ser utilizados pelos seres humanos, com restrições, de forma que não sejam esgotados ou danificados permanentemente. Trata-se de uma ideologia com menor concentração no ser humano que o industrialismo;

c) *Preservacionismo*: as ideologias dessa natureza estão próximas às conservacionistas, apoiam a utilização dos recursos naturais para uso dos seres humanos tanto no presente como no futuro. A preservação dos recursos naturais vai além da questão instrumental, trata-se do valor utilitário e econômico, ou seja, na relação do homem com o ambiente esses “valores” estão conectados em distintos aspectos, tais como: científico ou ecológico, estético e religioso;

d) *Ética e valores dirigem ideologias*: esses processos ideológicos reconhecem que as entidades não humanas têm valor inerente além do utilitário, econômico, científico, estético e religioso, admite que cada ser da comunidade biótica é único e importante. Essas ideologias adotam perspectivas morais e éticas na orientação do comportamento humano, difundindo a responsabilidade do homem sobre os demais seres não-humanos e que eles (não-humanos) têm o direito de existir;

e) *Ideologias transformativas*: o conjunto final de ideologias é considerado transformativo por questionarem os outros aspectos ideológicos ambientais dominantes e reclamar grandes mudanças sociais. Essas consideram que as ideologias atuais do industrialismo, conservadorismo e preservação são causadoras da atual crise ecológica, bem como são consideradas ineficientes no interior de um processo de degradação ambiental crescente.

Corbett (2006) orienta que o “espectro” de ideologia mais presente, particularmente no seu país de origem, é o antropocentrismo, uma vez que o conjunto de leis e regulações, bem como a pouca disponibilidade para compreender as outras formas de ideologia e de relacionamento com o mundo natural, tornam os Estados Unidos um lugar propício para acomodar pontos de vista desse “espectro” ideológico.

No entanto, a autora esclarece que há lugar para os seres humanos em todas as ideologias, sendo necessário apontar que existe uma forma equivocada de se identificar os ambientalistas, por serem, em muitos casos vistos, como aquelas pessoas que têm a intenção de afastar o homem do mundo natural.

Realizando uma análise do discurso ambiental, no cenário brasileiro, Medeiros (2017) considerou esse tipo de discurso como heterogêneo e hegemônico. Concordamos com a autora quanto à heterogeneidade do discurso ambiental, por razões que já explicitamos anteriormente, porém discordamos em considerá-lo hegemônico, por considerá-lo um discurso heterogêneo e de resistência (explicitaremos durante as análises).

Para Medeiros (2017) o discurso ambiental surge como uma forma de contra hegemonia³⁴ aos discursos que sustentavam a percepção de progresso. A autora considera que o discurso ambiental passou por várias reformulações e por distintos processos de ressignificação para se efetivar no que se tem hoje, tanto em termos de abrangência como em termos de utilização.

A nossa compreensão é de que os discursos sobre o meio ambiente, sobre a natureza e os discursos ambientais são heterogêneos, porém, levando em consideração as Formações Ideológicas nas quais as Formações Discursivas se inscrevem e os sujeitos enunciam, esses discursos poderão se configurar como discursos heterogêneos e de resistência, uma vez que deverão, no embate das formações discursivas, romper com o silenciamento, no caso desta tese, na Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora.

3.2.2 O discurso ambiental na sociedade de risco

O discurso ambiental tem seu ápice entre as décadas de 1960-1970 e surge na denegação dos ideais propostos pela sociedade moderna-colonial de progresso e desenvolvimento. A visão apregoava que sempre haveria uma solução técnica para tudo, mas ignorava que, por trás de cada processo técnico, estavam imbricados nele (processo) os sistemas da sociedade que o criou e, em seu bojo, ancorava suas próprias contradições (PORTO-GONÇALVES, 2013). De outra parte, o autor afirma que não existe sociedade sem técnica, uma vez que todas as sociedades se realizam a partir de procedimentos práticos, a fim de realizar seus fins.

Santos (2010) afirma que as técnicas são como famílias, considerando que não estão isoladas entre si e nunca aparecem uma isolada da outra, ou seja, o que se instala são grupos

³⁴ A autora fundamenta o conceito de Hegemonia adotado por Williams (2005, p. 217): “um corpo completo de práticas e expectativas; implica nossas demandas de energia, nosso entendimento comum da natureza do homem e de seu mundo. É um conjunto de significado e valores que, vividos como práticas, parecem se confirmar uns aos outros, constituindo assim o que a maioria das pessoas na sociedade considera ser o sentido da realidade, uma realidade absoluta porque vivida, e é muito difícil, para a maioria das pessoas, ir além dessa realidade em muitos setores de suas vidas”.

de técnicas. Para o autor, esses grupos formam uma família e transportam uma história, cada sistema técnico irá representar uma época.

O autor considera que, no momento atual, é chegada a técnica da informação, por meio da cibernetica, da informática, da eletrônica. Assim, ao surgir uma família de técnicas, as outras continuam coexistindo, porém um novo conjunto de instrumentos passa a ser utilizado pelos atores hegemônicos enquanto os demais atores continuarão utilizando instrumentos menos poderosos, ou seja, têm menor importância.

O autor acrescenta que as técnicas características da atualidade, muito embora presentes em um só ponto do território, possuem uma influência marcante sobre o resto do país. No entanto, a técnica da informação atinge a totalidade de cada país de forma direta ou indireta.

Diante disso, Porto-Gonçalves (2013) afirma que o debate sobre o desafio ambiental tanto aponta para os riscos que a sociedade contemporânea vivencia, como são, em grande medida, resultados das ações dessa sociedade no planeta, ou seja, os riscos são (reflexividade), particularmente, derivados das intervenções técnico-científico.

Beck (2010), no que concerne, à modernização reflexiva faz as seguintes considerações:

O processo de modernização torna-se ‘reflexivo’, convertendo-se a si mesmo em tema e problema. Às questões do desenvolvimento e do emprego de tecnologias (no âmbito da natureza, da sociedade e da personalidade) sobrepõem-se questões do ‘manejo’ político e científico – administração, descoberta, integração, prevenção, acobertamento – dos riscos de tecnologias efetiva ou potencialmente empregáveis, tendo em vista horizontes de relevância a serem especificamente definidos (BECK, 2010, p. 24, grifo do autor).

Ainda discutindo a temática da reflexividade, Beck (2010, p. 31-32) afirma que os riscos da modernização reflexiva são como riquezas, portanto, objetos de distribuição constituindo-se de posições, ou seja, posições de ameaça e de classe. Porém, para o autor, tanto em um caso como no outro, referem-se a um bem distinto e uma controvérsia em torno de sua distribuição.

Assim, as riquezas sociais são bens de consumo, renda e oportunidades de educação, propriedades e assim por diante. Já as ameaças são consideradas subproduto de uma abundância a ser evitada, cabendo erradicá-las ou negá-las, reinterpretando-as.

Ao discutir o teor de risco, Beck (2010, 40) afirma que os riscos não se esgotam, porém, considerando os efeitos e danos já ocorridos, há neles um componente futuro. Assim,

os riscos têm uma relação com a antecipação, com catástrofes que não ocorreram, mas são iminentes, em virtude disso, tornam-se reais. O autor acrescenta que, em um sentido decisório, os riscos são, simultaneamente, irreais e reais, entretanto, algumas das ameaças e destruições já são reais, tais como: “rios poluídos ou mortos, destruição florestal, novas doenças, entre outros”.

Nesse aspecto, concordamos com Beck (2010), e retomamos a nossa pesquisa para citar recortes textuais de uma notícia publicada em um jornal de circulação no estado de Pernambuco que discute o replantio de uma área de Mata Atlântica.

Recorte 1:

O governador de Pernambuco Eduardo Campos aproveitou o Dia do Meio Ambiente, ontem, para assinar o decreto que cria a maior área de **replantio** de Mata Atlântica do Estado, a Unidade de Conservação – Estação Ecológica de Bita e Utinga. Mudas de cerca de 70 espécies do bioma vão ocupar 2,5 mil hectares dentro da área do Complexo Industrial Portuário de Suape. ‘Estamos **recompondo o conjunto de danos causados durante anos**, devolvendo a Mata Atlântica onde só havia cana. Suape deseja mostrar que é **possível aliar crescimento e sustentabilidade**, destacou Campos’ (NOTARO, 2012, grifo nosso).

Recorte 2:

Para o economista e ambientalista Clóvis Cavalcanti é ‘muito estranho’ que se fale em ‘zerar passivo ambiental’ quando se fala de um **problema acumulado ao longo de 30 anos**. ‘Você não vai conseguir resolver assim. **As espécies que foram destruídas ali não vão reaparecer** nunca mais. Você pode dizer que houve uma compensação, mas só até certo ponto’, contrapôs. ‘As plantas são apenas um ponto. **Compensação envolve solo, água, espécies animais**, explicou (NOTARO, 2012, grifo nosso).

Os recortes (1) e (2) evidenciam o que Beck (2010, p. 40) afirma com relação à força social do argumento do risco, ou seja, *nas ameaças projetadas no futuro*. Nesse caso, quando esses riscos surgem, refletem destruições de tal proporção que uma ação ou conjunto de ações para solucioná-los se torna impossível, no entanto, como suposição, ameaça futura adquire relevância ativa.

Diante disso, o argumento do autor é que a produção social da riqueza mantém uma relação direta com a produção de risco, ou seja, “a miséria é hierárquica, o smog é democrático” Beck (2010, p. 43). Nesse sentido, o efeito *bumerangue* não atinge, necessariamente, a vida, refletindo-se em outras relações de mediações, tais como: dinheiro,

propriedade, legitimação, não atingindo apenas o causador, mas afetando todos globalmente e por igual.

Entretanto, o autor adverte que a distribuição de riscos também estabelece uma distinção de classes, porém de maneira inversa, ou seja, as riquezas se concentram na camada superior e os riscos na inferior. Dessa forma, os ricos (em termos de renda, poder, educação etc.) podem adquirir segurança e se afastar do risco. Já os pobres (pouco acesso à educação, moradia, renda etc.) permanecem próximos aos riscos.

Nesse sentido, os pobres executam os trabalhos que exigem menor qualificação e maior risco, residem nas localidades vizinhas aos centros de produção industrial, aterros sanitários, em localidades atingidas, ao longo do tempo, por poluentes da água, do solo e do ar.

Ao nos debruçarmos sobre esses aspectos da distribuição desigual dos riscos, retornamos ao *corpus* de nossa pesquisa para trazer um recorte textual que retrata a situação de moradores das áreas circunvizinhas ao Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

As marés foram assoreadas e os peixes, siris, aratus e mariscos, desapareceram das águas. A população migra para as cidades e sobrevive da venda de lixo. Queremos uma ajuda de custo de R\$ 380,00 por mês para cada família prejudicada com a construção do complexo e vamos lutar pela causa na Justiça Federal (ENTIDADES, 2007, grifo nosso).

Na nossa compreensão, o recorte textual representa o que Beck (2010) discute quanto à distribuição do risco. Os moradores das áreas circunvizinhas ao Complexo de Suape foram atingidos tanto no seu sustento (alguns viviam, exclusivamente, da pesca) quanto nas suas residências (no caso das desapropriações) e também no impacto ao meio ambiente natural: “peixes, siris, aratus e mariscos desapareceram das águas”. Em grande parte, as violações de direitos dos cidadãos vêm a se configurar como parte do processo de dominação da natureza por haver, na sociedade atual, uma prática antropocêntrica de tratar alguns grupos sociais como ‘mais humanos’ que outros.

De outra parte, Beck (2010, p. 138) afirma que a pobreza fica escondida no interior das paredes das casas, permanecendo oculta, não deixando claro, “se o pior é – ser descoberto ou não o ser – precisar receber auxílio ou continuar a prescindir dele”.

A afirmação do autor pode ser confirmada no recorte textual “Queremos uma ajuda de custo R\$ 380,00 por mês para cada família prejudicada com a construção do complexo [...]”.

Discutindo a dinâmica política dos riscos da modernização reconhecidos, Beck (2010, p. 94, grifo do autor) afirma que, quando os riscos da modernização passam com êxito pelo

processo social de seu (re)conhecimento, altera-se a ordem mundial porque se transforma o conhecimento *coletivo* em relação a eles “a crença neles e a exposição política das cadeias de causa e efeitos com eles associadas”. Assim, para o autor, o reconhecimento de riscos da modernização forma-se diante da pressão de perigos constantes.

Diante disso, Beck (2010, p. 98-99) afirma que os riscos da modernização são um acordo conceitual, o “enquadramento categorial” no qual as degradações à natureza oriundas da civilização são socialmente construídas e, a partir delas, são tomadas as ações de “eliminação/manejo”.

Para o autor, como consequência, a sociedade e os seus subsistemas (política, economia, família, cultura), na modernidade tardia, deixam de ser autônomos em relação à natureza, ou seja, os problemas e questões ambientais não são, meramente, demandas do meio ambiente, mas “na origem e no resultado” do ser “humano, da história de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política”.

Separar o homem da natureza é parte da constituição do capitalismo que tudo mercantiliza, determinando o valor de um bem pela sua escassez. Dessa maneira, pela máxima da escassez e da propriedade privada, há o controle da sociedade capitalista e de suas teses liberais na apropriação dos recursos naturais. Por outro lado, a lógica mercantil tem dificuldade em identificar a natureza e sua riqueza como um bem comum, tratando-a como: “a natureza, tornada propriedade privada, será objeto de compra e venda, e, assim, por todo lado, temos mercantilização” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 288-289).

Retornando ao nosso objeto, se essa relação capitalismo e a mercantilização da natureza é uma das lógicas que comandam a sociedade atual, ao compreendermos as condições de produção do *discurso sobre o CIPS*, assim como as formações ideológicas e formações discursivas, identificaremos em qual(is) formações discursivas os sujeitos enunciaram sobre o complexo, bem como poderemos estabelecer a relação entre o que pode ser “dito” e o que foi silenciado na mídia impressa pernambucana, diante das condições de produção estabelecidas.

Sobre essa questão, Porto-Gonçalves (2013) afirma que é ilusória a noção de que informação e conhecimento estejam globalizados. Para o autor, a informação pode ter seu fluxo estimulado através das tecnologias da informação, mas o mundo está polarizado entre conectados e isolados. No entanto, para o autor, a democratização do acesso à informação é crucial para enfrentar o desafio ambiental.

Desse modo, consideramos que um dos caminhos para a conscientização é se buscar construir uma informação de qualidade, particularmente tencionando o jornalismo no seu papel de noticiar, mas também de questionar os discursos sobre a temática postos em circulação.

Diante disso, na próxima seção, nos debruçaremos para uma discussão sobre a Comunicação Ambiental, o Jornalismo e o Jornalismo Ambiental. A nossa compreensão é de que, para se democratizar o acesso à informação e para que a informação ambiental cumpra o seu papel de levar o cidadão ao exercício da cidadania haverá, a necessidade de compreender tanto o campo da Comunicação Ambiental como o processo de produção da notícia sobre meio ambiente.

4 COMUNICAÇÃO AMBIENTAL, JORNALISMO E JORNALISMO AMBIENTAL

Nesta seção, trazemos alguns esclarecimentos sobre a Comunicação Ambiental. Apresentamos um breve percurso do surgimento do campo, a sua relação de interdisciplinaridade e a sua relevância na democratização da informação para que o cidadão possa exercer sua cidadania. Acreditamos que a cidadania só pode ser exercida com informação de qualidade, com a discussão aprofundada das temáticas ambientais. Posteriormente, discutiremos os aspectos do Jornalismo e o Jornalismo Ambiental, o que os aproxima e se há pontos de afastamento.

Finalizamos essa seção apontando a nossa filiação à Comunicação Ambiental explicando nossas escolhas.

4.1 A COMUNICAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES

O termo comunicação ambiental teve sua primeira inserção, na literatura acadêmica, no ano de 1969, no *Journal of Environmental Education*, no artigo de C. Schoenfeld, intitulado *What's New about Environmental Education?*

Segundo Jurin at al (2010, p. 5-6), inicialmente, Educação Ambiental e Comunicação Ambiental eram consideradas sinônimas. Posteriormente, ficou estabelecido que a Educação Ambiental conceitua-se enquanto o processo que promove a cidadania, informando e auxiliando na compreensão e na resolução de questões pertinentes à relação dos humanos com o meio ambiente. Já a Comunicação Ambiental é todo um complexo que envolve uma gama de significados na relação do homem com o ambiente natural. Porém, os autores acrescentam que, no período, havia uma maior preocupação em dissociar o meio ambiente de “conservação” e “natureza” do que fazer a distinção entre educação e comunicação.

De outra parte, estudando o campo da comunicação ambiental, Cox (2010) traça o percurso do crescimento e relata que, no final do século XX, em meados da década de 1970, os estudos dos pesquisadores foram ampliados com discussões sobre a função da ciência, da mídia e da indústria; as ameaças à saúde humana e ao meio ambiente, bem como estudos iniciais sobre como a indústria utilizava as relações públicas e as revistas de circulação na construção de imagens de ecologia; pesquisadores de jornalismo e comunicação de massa iniciaram as investigações sobre as representações de meio ambiente criadas pela mídia; a comunicação de risco com os estudos de experiências com o DNA, entre outros.

No ano de 2011, pesquisadores e profissionais lançam o *The International Environmental Communication Association*, entidade sem fins lucrativos, com a finalidade de coordenar as pesquisas e as atividades no mundo. O interesse pelo campo não estava restrito aos Estados Unidos, expandia-se para Europa, Ásia, África do Sul e América Latina (COX, 2010).

Com base nas informações dos autores Jurin et al (2010) e Cox (2010), elaboramos o quadro a seguir que sintetiza o panorama de desenvolvimento do campo da comunicação ambiental.

Quadro 4 – Panorama de desenvolvimento do campo da Comunicação Ambiental³⁵

Ano	Produção	Autor/Entidade
1949	Publicação do livro em brochura <i>A sand Country Almanac</i>	Aldo Leopold
1957	Publicada a primeira edição da obra <i>Interpreting Our Heritage</i>	Freeman Tilden
1958	Publicada a primeira edição da obra <i>Environment</i> ;	Cientistas do <i>Institute for Public Information</i>
1962	Publicada a obra <i>Silent Spring</i>	Rachel Carson
1968	Registro das fotos da Terra a partir do espaço	Astronautas da Apollo 8
1969	O termo “Comunicação Ambiental” é utilizado pela primeira vez no <i>Journal of Environmental Education</i>	C. Shoenfeld
1970	Comemoração do primeiro Dia da Terra	ONU
1971	Publicação do livro <i>Natural Resources and Public Relations</i>	Douglas Gilbert
1972	Fundado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.	ONU
1973	Publicado <i>Mass Media and man's relationship to his environment.</i>	Gerhart Wiebe no <i>Journalism Quarterly</i>
1981	Publicação do ensaio sobre o livro de John Muir <i>Yosemite and sublime response.</i>	Christine Oravec publica no <i>Quarterly Journal of Speech</i>
1988	Publicado o <i>Reporting on the Environment: a handbook for journalists.</i>	Sharon e Kenneth Friedman

³⁵ Elaboramos o quadro com base nos autores Jurin et al (2010) e Cox (2010). De nossa parte, compreendemos que existe a necessidade de uma pesquisa mais direcionada para apresentar as últimas atualizações, em termos das produções, dos eventos dos últimos anos.

1989	Fundada a <i>Environmental Media Association</i> – entidade que tem como objetivo utilizar o entretenimento para criar consciência ambiental.	Celebridades
1990	Fundada a <i>Society of Environmental Journalists</i> .	Repórteres Norte-americanos
1991	Fundada a primeira Scholarly Conference on <i>Communication and Our Environment</i> (O nome inaugural da conferência foi <i>Conference on the Discourse of Environmental Advocacy</i>).	Christine Oravec
1994	Lançado o <i>Electronic Green Journal</i> , publicação online com conteúdo aberto a consulta e a submissão de artigos.	
1995	Lançado o <i>Environmental News Network</i> , serviço de notícias online.	
2001	Início da aplicação de Educação e Comunicação Ambiental.	
2004	Lançado <i>The Environmental Communication Yearbook</i> , em três volumes.	
2007	Lançamento do <i>Environmental Communications: A journal of Nature and Culture</i> , sucedendo o anuário e em formato quadrimestral.	
2011	Lançamento da <i>The International Environmental Communication Association</i> , entidade sem fins lucrativos, com a finalidade de coordenar as pesquisas e as atividades no mundo.	Pesquisadores e profissionais do campo da comunicação.

Fonte: a autora (2019)

No quadro acima, podemos observar que o campo da Comunicação Ambiental (CA) teve seu marco no ano de 1949 do século XX, porém estabelecendo um avanço gradual a partir de 1962 com o lançamento da obra de Rachel Carson, *Silent Spring*. O referido livro é considerado um divisor de águas no cenário ambiental (conforme já informamos). Um outro aspecto a ser considerado é que, entre 1960 e 1970, surgiram vários movimentos, dentre eles o movimento negro, de mulheres, quilombola e ambientalista, que poderíamos denominar de ‘vozes dissonantes’ ao discurso capitalista-industrialista que estava imbricado na prática discursiva. Esses movimentos ao lutarem por suas causas apontando as vulnerabilidades sociais e as violências às quais estavam sendo submetidos utilizavam a comunicação como forma de produzir sentidos para a sociedade sobre as suas demandas.

Dentre esses movimentos estava o movimento ambiental fazendo chegar à agenda pública os riscos aos quais estávamos submetidos diante das catástrofes ambientais já vividas (riscos como reflexividade) e daquelas que podem vir a acontecer.

Diante disso, nas décadas seguintes, o campo de Comunicação Ambiental se estabelece como um *lócus* para discussão, socialização, orientação e alerta da nossa relação com o meio ambiente natural, fato que pode ser comprovado nos eventos apontados nas décadas seguintes, entre os anos de 1980 e 2000 (ver o quadro 4).

No cenário brasileiro, também foi identificado o crescimento da CA³⁶. Essa expansão se refletiu no surgimento, por exemplo, das disciplinas de Comunicação Ambiental e Jornalismo Ambiental³⁷ tanto nos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo como em outros cursos e áreas. Além disso, nas universidades brasileiras, aumentou também o número de pesquisas e núcleos de estudo sobre a temática.

No cenário internacional, um dos autores com reconhecido trabalho no campo da Comunicação Ambiental é Cox (2015; 2010). O autor considera a CA como uma disciplina de crise e de “cuidado”³⁸.

Para Cox (2015, 2010), a Comunicação Ambiental pode ser compreendida como um campo de ação simbólica implícita nas nossas práticas cotidianas. Dessa forma, ao se discutir as questões ambientais, a exemplo da mudança climática, da poluição tóxica, da ameaça de extinção de espécies, mobiliza-se um diálogo para uma ética de preocupação ou cuidado. O autor comprehende que é essa ética de preocupação ou cuidado que irá propiciar o engajamento para se identificar e recomendar práticas e princípios que possam levar a sociedade a ter a capacidade de responder aos problemas e questões ambientais relevantes para o bem-estar coletivo. O que de fato consideramos como a parte constitutiva e pragmática da Comunicação Ambiental, conforme Pezzullo e Cox (2015); Cox (2010).

Ao se debruçar sobre o campo da CA, Cox (2010, p. 14-17) apresentou uma descrição das áreas de pesquisa com os temas abordados pelos estudiosos:

³⁶ Na Universidade de Sergipe funciona o Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental, criado em 2011, tendo como um dos objetivos, mapear o campo da Comunicação Ambiental no Brasil, particularmente na Região Nordeste, com o intuito de identificar as temáticas estudadas, perspectivas metodológicas e profissionais com produção contínua no campo.

³⁷ Segundo Girardi (2018), no ano de 1989 a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) promoveu um Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, no período de 27 a 30 de novembro de 1989, com o intuito de preparar os profissionais para a cobertura da Rio-92. O evento sinalizou a recomendação de se criar núcleos de Jornalismo Ambiental nos Estado. O Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul – NEJ-RS ainda permanece em funcionamento.

³⁸ PEZZULLO, Phaedra C. (2015).

a) retórica ambiental e “construção” social-simbólica da natureza: tem como objeto de estudo a retórica das organizações e campanhas ambientais. O interesse dos pesquisadores consiste em compreender como a linguagem contribui para a construção ou a representação da natureza. Esses estudos possibilitam investigar o poder constitutivo da comunicação na formação de significados e ideias sobre o meio ambiente;

b) a participação pública em decisões sobre o meio ambiente: esses estudos têm como foco identificar como a participação do cidadão pode melhorar os resultados e legitimar as decisões sobre o meio ambiente nas comunidades nas quais estão inseridos;

c) colaboração ambiental e resolução de conflitos: os pesquisadores investigam a colaboração como um modo de comunicação que leva os *stakeholders* a agirem na resolução de conflitos;

d) mídia e jornalismo ambiental: identificam a forma como as notícias, a publicidade e os programas comerciais retratam o meio ambiente e os diferentes efeitos das mídias no público;

e) representações da natureza em instituições de publicidade e cultura popular: investigam como as imagens circulantes nos meios de comunicação sustentam atitudes de dominância e exploração do mundo natural;

f) campanhas de sensibilização e construção de mensagens: os estudiosos utilizam várias abordagens para investigar como o uso das campanhas de sensibilização e do marketing social mobilizam e influenciam atitudes do público;

g) ciência e comunicação de risco: as questões ilustram o interesse em saúde pública e comunicação científica e os possíveis efeitos do risco ambiental sobre eles.

Posteriormente, Pezzullo e Cox (2015) acrescentam novas discussões para as áreas de pesquisa, acima descritas, ou seja, inserção de novas temáticas. Uma ampliação significativa ocorreu na área de ciência e comunicação de risco ampliada para ciência ambiental, tecnologia e comunicação em saúde. Essa área de estudo abrange desde a escolha por tecnologias em ambientes de saúde às interações médico-paciente, passando por campanhas de saúde pública e estudos sobre como os cientistas podem interagir de maneira mais eficaz com o público.

Para os autores, Pezzullo e Cox (2015), a Comunicação Ambiental é uma disciplina de risco e de cuidado. Enquanto disciplina de cuidado, há a necessidade de estabelecer limites mais amplos além daqueles que se constituem como a recuperação de um desastre, mas de restabelecer a esperança e o otimismo. Já, como disciplina de risco, a crise é a justificação

para a Comunicação Ambiental. Nesse sentido, os autores acrescentam que três pilares se constituem como eixo para uma melhor compreensão da Comunicação Ambiental, são eles:

- a) a comunicação humana é uma ação simbólica;
- b) os nossos sistemas de crenças, escolhas e comportamentos sobre o meio ambiente são imaginados, compartilhados e julgados por meio da comunicação;
- c) a esfera pública (ou esferas) é um espaço discursivo no qual as vozes concorrentes se encontram na discussão da questão ambiental como pedra angular na vida democrática.

A partir das considerações iniciais dos autores Pezzullo e Cox (2015) sobre a CA, chegamos ao entendimento de que se trata de um campo interdisciplinar, no qual há o imbricamento de aspectos sociais, ambientais, políticos e culturais, a fim de se promover ações de comunicação para o exercício da cidadania plena.

No cenário brasileiro, Bueno (2007, p. 30-31) apresenta uma conceituação e distinção sobre a Comunicação Ambiental e o Jornalismo Ambiental. O autor afirma:

A Comunicação Ambiental é todo o conjunto de ações, estratégias, produtos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental, enquanto o Jornalismo Ambiental, ainda que uma instância da comunicação tem uma restrição importante: diz respeito exclusivamente às manifestações jornalísticas. Isso significa que a Comunicação Ambiental incorpora todas as atividades voltadas para a divulgação/promoção da causa ambiental (e até mesmo o jornalismo ambiental).

De outra parte, estudando a Comunicação Ambiental, Del Vechio de Lima *et al.* (2015, p. 4) compreendem que os campos da comunicação e do meio ambiente são de natureza interdisciplinares, possibilitando que os pesquisadores de distintas áreas de conhecimento possam conviver de maneira produtiva. Para os autores, a proposta de interdisciplinaridade fomenta o intercâmbio de informações, a fim de compreender fenômenos complexos, denominados “de fronteira”, caso do meio ambiente. Os autores acrescentam que, a partir da década de 1960, além das mudanças ocorridas na sociedade, o campo comunicacional mudou o foco dos trabalhos ora voltados para estudos dos meios de comunicação de massa e da comunicação enquanto instrumento e se voltou para analisar as mediações sociais envolvidas na comunicação enquanto processo, com metodologias qualitativas, ampliando as temáticas.

Para os autores, a comunicação ambiental emerge da articulação dos dois campos, o comunicacional e o ambiental, com a finalidade de se projetar uma comunicação qualificada sobre os problemas socioambientais.

Segundo Del Vechio de Lima *et al.* (2015), a Comunicação Ambiental implica na aplicação dos fundamentos comunicacionais em prol do exercício da cidadania. Essa cidadania só poderá ser plenamente exercida se informações qualificadas sobre problemas e questões ambientais passem a circular, deixando de haver o fluxo de notícias alarmistas e negativas. Nesse sentido, a cidadania ambiental pressupõe o estabelecimento de outras maneiras de relações entre humanos-natureza, diferentemente das relações de dominação da natureza existentes.

Na perspectiva do esclarecimento cidadão, Hannigan (2009, p. 121) expõe que a cobertura da mídia é imprescindível para que um problema ambiental venha a fazer parte da agenda pública ou se torne parte de um processo político. O autor afirma que, na passagem dos problemas ambientais de “condições” a “assuntos” e, posteriormente, para “condicionantes” na elaboração de políticas públicas, é fundamental o papel da mídia: “sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público ou se tornar um processo político, são bastantes reduzidas”.

Cox (2010) estuda as mídias compreendendo-as como esfera pública³⁹ para discussão e difusão das questões sobre meio ambiente. Nesta pesquisa, adotaremos a concepção de Comunicação Ambiental e suas áreas de abrangência, em virtude da relevância e contribuição da temática.

Consideramos, no caso específico desta discussão, a mídia como uma esfera pública em potencial, uma vez que acreditamos que interesses econômicos, organizacionais e políticos podem ofuscar ou silenciar os discursos ambientais que seriam objetos das pautas jornalísticas, particularmente, quando discutimos os impactos ambientais causados por empreendimentos de grande porte.

Assim sendo, coadunamos com o pensamento de Hall *et al.*, (2016, p. 325, grifo nosso):

[...] os ***media*** ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando ativamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados (Hall, 1975), mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio.

³⁹ Para Habermas (1984, p. 14-15): “A própria ‘esfera pública’ se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao público. Conforme o caso, incluem-se entre os ‘órgãos da esfera pública’ os órgãos estatais ou então os mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique”.

Por outro lado, também consideramos as notícias enquanto um produto resultante de um processo que está sendo submetido a distintos filtros. Conforme já havia orientado, Traquina (2016, p. 236, grifo nosso):

As notícias são o resultado de um **processo de produção**, definido como **percepção, seleção e transformação** de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, a **escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícias**, numa palavra – noticiável (*newsworthy*).

Porém, observando o processo de produção da notícia e refletindo sobre a produção de notícias ambientais, Hannigan (2009, p. 127) expõe que: “até certo ponto, a cobertura de questões ambientais na mídia é limitada e moldada pelos mesmos limites de produção que governam o trabalho da mídia em geral”.

De nossa parte, estabelecendo uma relação com este trabalho, observamos que há uma dificuldade, no cenário capitalista, das notícias sobre os impactos ambientais produzidos por grandes empreendimentos romperem com esses filtros e conseguirem levar ao cidadão um produto (notícia) que possa promover sua cidadania plena (notícias aprofundadas sobre a temática, não alarmistas, etc.).

Na próxima seção, traremos uma breve discussão sobre o Jornalismo e o Jornalismo Ambiental, com o intuito de compreender as nuances que envolvem o processo de produção da notícia. O nosso objetivo é ter uma visão geral, assim não nos deteremos nas particularidades, uma vez que, na nossa pesquisa, analisaremos o *corpus* em uma perspectiva discursiva.

4.1.1 Jornalismo e Jornalismo Ambiental: discussões conceituais

O Jornalismo é uma atividade que perpassa o mundo social. Para manter-se informado sobre os assuntos do cotidiano, o cidadão busca a informação através dos produtos jornalísticos (vídeos, notícias, reportagens, dentre outros) e não é diferente em relação à questão ambiental. Logo, a questão e problemas ambientais precisam ser objetos da pauta, da cobertura e se tornarem notícias sobre o meio ambiente.

Assim, partindo para uma breve observação sobre o trabalho do Jornalista Ambiental, percebemos que os pesquisadores, no Brasil, como Bueno (2007), Del Vechio de Lima *et al.*

(2015) e Girardi (2018) tecem considerações tanto em relação ao processo de produção da notícia sobre a temática ambiental como as próprias nuances que envolvem o jornalista.

Discorrendo sobre o Jornalismo Ambiental, particularmente, centrado na pauta ambiental, Bueno (2007) expõe que a “pauta ambiental” deve ser compreendida como uma visão mais ampla, sistêmica, que existem desafios a serem enfrentados e perspectivas de interesses distintos, cabendo ao profissional a função de explicitação. Dessa forma, para o autor, a pauta ambiental decorre de uma militância cívica e não partidária (os partidos políticos e os políticos também buscam se promover com causas ambientais).

Destaca, ainda, Bueno (2007, p. 37-38) que os jornalistas se equivocam quando buscam as fontes apenas no âmbito da Academia, no universo político (autoridades), no mundo empresarial, excluindo do debate a participação do cidadão comum (com suas experiências, conhecimentos e vivência) e considera esse “processo sistemático de exclusão” como uma:

afronta não apenas a democratização do debate, mas o próprio *ethos* do jornalismo ambiental porque marginaliza protagonistas importantes, que são incorporados como objetos ou reduzidos a meros espectadores ou vítimas do processo de degradação do meio ambiente (BUENO, 2007)

O que fica evidente com a citação do autor é que decisões equivocadas podem produzir o efeito contrário na sociedade, ou seja, ao invés de produzir informação ambiental correta podem gerar desinformação e alarmismo, assim como, podem promover maior afastamento do Jornalismo Ambiental de sua função (levar informação ambiental de qualidade para promover o exercício da cidadania plena).

Outro aspecto abordado por Bueno (2007, p. 39) é que, no jornalismo moderno, segmentado em editorias, torna-se mais complicado um trabalho “multi e interdisciplinar” indispensável para a “produção de uma reportagem ambiental”.

Segundo Girardi (2018), ao examinar reportagens sobre o meio ambiente ao longo de anos, constatou dois tipos de cobertura: a) aquelas realizadas por jornalistas com conhecimento na temática e engajamento às causas ambientais; e b) as realizadas por jornalistas com pouco ou sem conhecimento ambiental ou sem engajamento. Para a autora, o segundo tipo de material pode promover um desserviço para a educação ambiental.

Assim, para Girardi (2018, p. 29-20), uma reportagem conceituada como de Jornalismo Ambiental deve apresentar algumas características:

mostrar uma visão sistêmica dos fatos; dar conta da complexidade dos eventos ambientais; contemplar a diversidade dos saberes e não ser refém de fontes oficiais; defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; assumir seu papel educativo, cidadão e transformador.

Por outro lado, Cox (2010), discutindo sobre o Jornalismo Ambiental, averba que os problemas e questões ambientais não surgem, independentemente, eles são “produzidos”, “fabricados” ou “construídos”. O que vem a corroborar com o que Hannigan (2009, p. 122) discutiu sobre rotinas e limites organizacionais: “A notícia é um produto de um sistema fixo de trabalho com o objetivo de impor um senso de ordem e previsibilidade sobre o caos dos múltiplos eventos e matérias geralmente não relacionados”.

Podemos concluir que todos os fatores que envolvem o processo de produção estão presentes na notícia sobre problemas e questões ambientais. Dessa forma, fatores como tempo, linha editorial, constrangimentos organizacionais, dentre outros, fazem parte do contexto do trabalho do profissional de jornalismo, podendo vir a interferir no produto final: a notícia.

Já Gern e Del Vechio de Lima (2018, p. 26) afirmam que há uma distância entre o que é estabelecido como prática de “Jornalismo Ambiental ideal e real, entre o que deveria ser feito e o que realmente é produzido”. Porém, os autores afirmam que o cerne dessa diferença consiste “na necessidade dos jornalistas compreenderem o que, de fato, é entendido como ‘meio ambiente’ e ‘Jornalismo Ambiental’”.

Os autores, ainda, acrescentam que o Jornalismo Ambiental, com exceções, apresenta a questão ambiental de forma fragmentada, pouco contextualizada, marcada por questões mercadológicas, o que vem corroborar com o que Hannigan (2009) afirma sobre a cobertura ambiental estar orientada, ou para os eventos, ou para as tragédias.

Em tal caso, pensamos as notícias sobre as questões e problemas ambientais como textos produzidos dentro de um macro contexto. Nessa perspectiva, acreditamos que a orientação de Franciscato (2014, p. 89-90) pode corroborar com o nosso entendimento:

O produto jornalístico (o seu texto) não é sintético, mas plural. [...] é um recorte, uma colagem ou combinação de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação. [...] O produto jornalístico é um permanente diálogo entre os interlocutores envolvidos na sua produção ou na sua recepção, mesmo que ocorram situações de desigualdade na interlocução. Estar em diálogo não significa apenas o momento da fala, mas também da troca de expectativas e intenções para um público e, ao mesmo tempo, deixar-se influenciar por ele para se adequar a seus interesses.

O autor ainda acrescenta que: “a notícia é resultante de uma combinação complexa de elementos díspares: sua forma e conteúdo final representam a convergência de vários processos sociais [...]” (FRANCISCATO, 2014, p. 91).

Nessa condução, o texto jornalístico apresenta nuances que precisam ser consideradas, que vão desde a sua produção ao seu consumo pelo público final. Dentre esses processos, devemos compreendê-lo como produzido em um contexto socioeconômico, político e cultural.

Hall *et al* (2016) orientam que os *media* utilizam “mapas” culturais do mundo social ao identificar os acontecimentos que podem vir a ser noticiáveis, ou seja, que possam vir a “fazer sentido” na sociedade.

Estabelecendo uma aproximação com a nossa discussão teórica, os sujeitos são sócio-históricos e ideológicos, como Pêcheux (2014) já afirmou: não existe prática discursiva sem sujeito.

Alinhados a esses fatores, estabelecendo um paralelo com o nosso trabalho, ainda, precisamos considerar as condições de produção do discurso, particularmente, aquelas que dizem respeito aos grandes empreendimentos em sociedades capitalistas-industrialistas. Assim, acreditamos que interesses corporativos tendem a silenciar os *discursos sobre* os impactos ambientais na mídia.

Diante disso, só a partir da observação do processo discursivo no qual as discursividades ocorrem é que podemos ter o acesso ao que de fato ocorre quando os jornalistas enunciam sobre o CIPS. O que nos leva a considerar que os jornalistas, ao discursivizarem, irão projetar para o leitor os efeitos de sentido sobre o empreendimento. Esses efeitos farão parte desse mosaico discursivo que iremos observar.

Assim, na próxima seção, apresentaremos o caminho que iremos percorrer, a fim de observar como /se os impactos ambientais provocados pelo Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) são discursivizados na mídia pernambucana.

5 PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

Nesta seção, pretendemos apresentar o *corpus* discursivo da pesquisa. Como já tratamos na seção 2 – *A análise do discurso*, “todo discurso é parte de um processo mais amplo que recortamos e a forma de recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos.” (ORLANDI, 2015, p. 62). Nesse momento, estamos realizando o que a autora conceitua como um “gesto de leitura”, pois trata-se de um olhar do analista, particular e individual (cada analista recorre aos critérios, mobiliza os conceitos e adota os procedimentos que julga mais efetivos para responder as suas questões de pesquisa), tornando cada trabalho único.

Na seção 6, discorremos sobre as condições de produção do discurso. Para Pêcheux (1969, p. 78), a noção irá definir os elementos teóricos que “permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade”. Grigoletto (2005a, p. 109), por sua vez, explica que há “na teoria discursiva, como uma forma de contemplar as questões de exterioridade e das formações imaginárias⁴⁰ no processo de produção de um discurso”.

A autora acrescenta:

As condições de produção estabelecem relações de força, de poder e de sentido no interior do discurso, mantendo com a linguagem uma relação necessária, não apenas aditiva. Portanto, não se trata de elementos simplesmente externos no discurso, mas que, mesmo não estando materialmente inscritos no fio do discurso, estão marcados na constituição pelo viés, sobretudo da memória discursiva e do interdiscurso. Por isso, o discurso é marcado pela incompletude, pela dispersão.

Nesse sentido, o interdiscurso é concebido como “o lugar que o sujeito se relaciona com a história e a ideologia, pelo viés da memória discursiva, identificando-se com determinados saberes e se desidentificando com outros”. Assim, no processo discursivo o sujeito irá enunciar a partir dos dizeres ancorados pelas Formações Discursivas (noção que discutimos na seção 2) com a qual se identifica, silenciando outros dizeres possíveis.

A partir das condições de produção do *discurso sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) conduziremos as nossas análises. O cerne do nosso trabalho é compreender: como os impactos ambientais atribuídos ao Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) foram silenciados na mídia pernambucana?

⁴⁰ Desenvolvemos o conceito de Formações Imaginárias na seção 2.

Diante desse questionamento, o objetivo geral de nossa pesquisa é investigar em quais Formações Discursivas se inscreveram os discursos jornalísticos e determinados por qual(is) Formação(ões) Ideológica(s) ao discursivizarem sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

Os nossos objetivos específicos são:

- a) analisar o funcionamento do processo discursivo diante das condições de produção do discurso sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape CIPS;
- b) analisar como as formações discursivas nas quais os sujeitos se inscreveram silenciaram os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento;
- c) identificar os efeitos de sentido projetados para o leitor sobre o CIPS.

A nossa hipótese de trabalho é que as condições de produção do *discurso sobre o CIPS*, a partir das formações ideológicas e formações discursivas, silenciaram na mídia pernambucana os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento.

A partir dessas considerações, passaremos aos procedimentos utilizados para a análise do *corpus* discursivo da pesquisa. Inicialmente, explicamos como constituímos o arquivo empírico e a partir dele o *corpus discursivo* da pesquisa.

5.1 O ARQUIVO EMPÍRICO E A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS DISCURSIVO*

Inicialmente, constituímos um arquivo empírico com notícias dos jornais: *Jornal da Cidade*; *Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*.

A seguir, apresentamos algumas considerações sobre a constituição desse arquivo empírico e a relevância para os resultados que pretendemos observar.

O Jornal da Cidade publicou, no ano de 1975, a notícia intitulada *Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape, denominado de “Manifesto Suape”*. Consideramos que o referido texto rompe com o silenciamento em torno do planejamento do CIPS na mídia local, uma vez que, na imprensa tradicional, não houve sua publicação.

Posteriormente, o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) teve grande cobertura midiática com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴¹, do Governo Federal, no ano de 2007. Nesse período, o CIPS é objeto das pautas noticiosas,

⁴¹ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado no ano de 2007, com a finalidade de “promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país [...]. Tratava-se de um plano estratégico “de resgate do planejamento e em setores estruturantes [...] contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais” (BRASIL, [SD]).

porém sempre havendo uma associação do empreendimento com os seguintes enunciados: “a locomotiva de Pernambuco”; “maior gerador de emprego e renda”; “Pernambuco cresceu mais que o Brasil”.

Esses discursos, na mídia pernambucana, foram determinantes para que selecionássemos os três jornais de maior circulação no Estado: *Diario de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, no período compreendido entre os anos de 2007 a 2014. Dentre os fatos relevantes desse período, consideramos o apogeu do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com grandes investimentos financeiros destinados ao Estado de Pernambuco e ao CIPS. Já entre os anos de 2008 e 2009 ocorreu a crise mundial, porém ainda havia nos jornais o discurso de que “a crise não nos atingiria”.

No ano de 2011, os signatários do “Manifesto Suape” instituem o Fórum Suape Socioambiental, com a intenção de divulgar e denunciar as violações aos direitos dos cidadãos e ao ambiente natural. Já o ano de 2014 é marcado por paralisações, greves e demissões no CIPS.

As notícias foram selecionadas, utilizando a metodologia da semana montada. O método consiste em, para cada período de 06 meses, constrói-se uma semana com os dias sorteados de forma aleatória (RIFFE; AUST; LACY, 1993). Desse modo, criamos um arquivo com 87 notícias publicadas nos jornais.

5.1.1 O corpus discursivo: a constituição dos blocos e as sequências discursivas

A concepção de corpus mobilizada nesta pesquisa será a de Courtine (2014). Para o autor, o *corpus discursivo* deve ser estruturado de forma planejada e coerente com as hipóteses e objetivos da pesquisa, conforme afirma: “Definiremos *corpus discursivo* como um conjunto de sequências, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso [...]” (COURTINE, 2014, p.54, grifo do autor).

O campo de discurso de referência para Courtine (2014) refere-se a um tipo específico de discurso, podendo ser representado por um discurso particular inserido em determinado campo. É do campo discursivo de referência, legitimado pelas condições de produção (CP) de onde serão retiradas as sequências discursivas⁴² (SD) que farão parte do *corpus* da pesquisa.

⁴² Segundo Courtine (2014, p. 55) as sequências discursivas (SD) podem ser conceituadas como: “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”.

No caso de nosso trabalho, o campo discursivo de referência será o *discurso sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape da mídia pernambucana.

5.1.1.1 *Os Blocos e o conjunto de sequências discursivas*⁴³

Feitas essas colocações, definimos 4 domínios, assim qualificados; Domínio 1 – *Jornal da Cidade*; Domínio 2 – *Diario de Pernambuco*; Domínio 3 – *Jornal do Commercio*; Domínio 4 – *Folha de Pernambuco*.

A partir dos domínios, elencamos em blocos de sequências discursivas e, em alguns casos, subdividimos o bloco em recortes.

Os jornais *Diario de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* possuem dois blocos de Sequências Discursivas (SDs). O primeiro conjunto, com notícias do ano de 1975 publicadas após a divulgação, pelo *Jornal da Cidade*, do “Manifesto Suape”. Já, o segundo bloco, é constituído por notícias do período entre 2007 e 2014. No período acima citado a *Folha de Pernambuco* ainda não circulava.

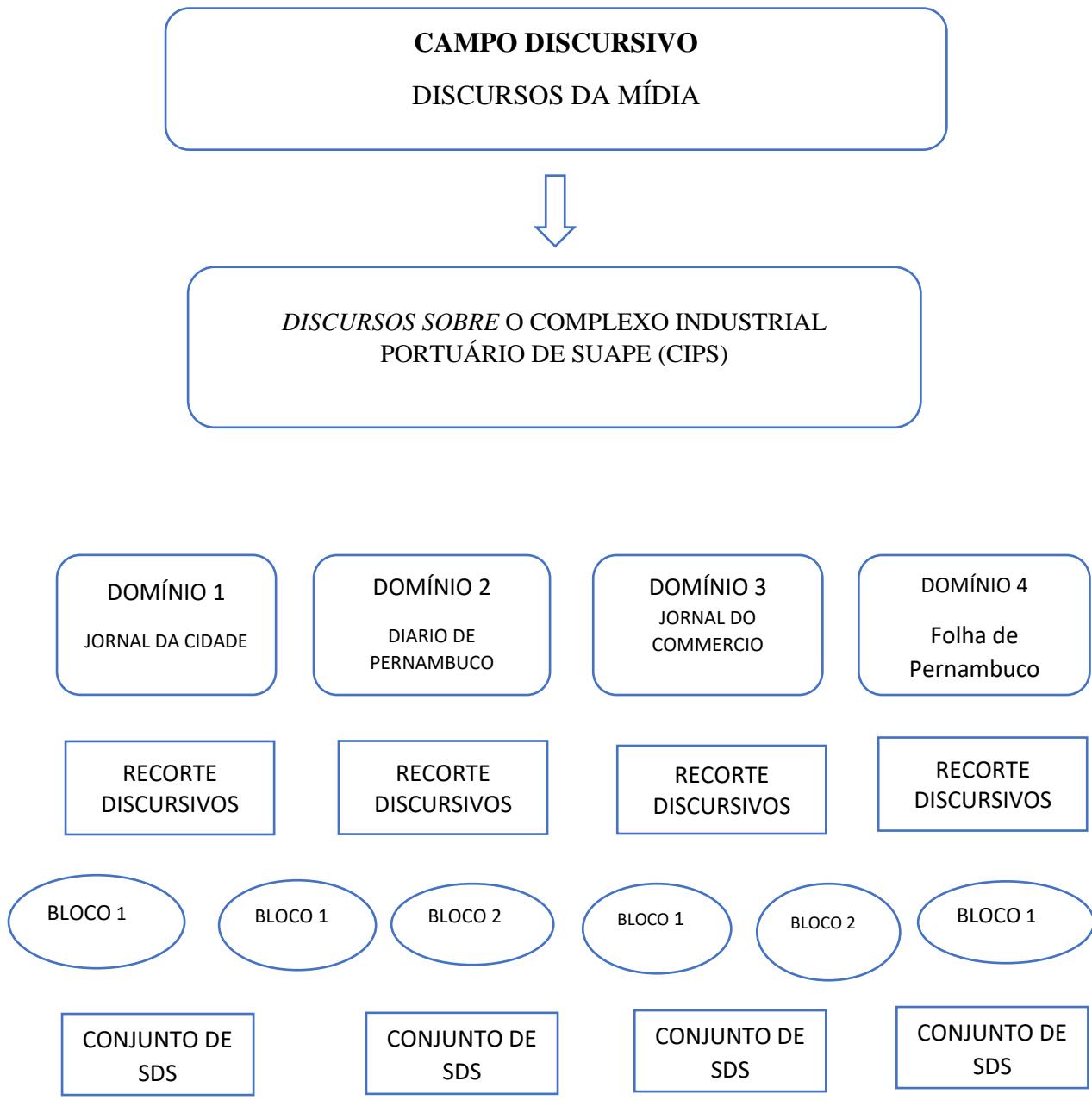
Em cada domínio, selecionamos um bloco de sequências discursivas (SD) que estão numeradas. Para a constituição dos blocos adotamos os critérios: da tematização e do período da publicação. Desse modo, pretendemos com as análises, observar o funcionamento das discursividades a partir das condições de produção do discurso sobre o CIPS.

É a partir da observação do funcionamento discursivo que poderemos ter a compreensão de como os impactos ao meio ambiente produzidos pelo Complexo foram silenciados na mídia pernambucana. Tal fato poderá nos levar a apreensão de como o discurso das mídias pode ser considerado espaço para a difusão da comunicação ambiental.

O diagrama apresentado na próxima página tem como finalidade proporcionar uma melhor visualização do caminho que iremos percorrer durante as análises (ver na próxima página).

⁴³ Para a construção metodológica, seguimos a orientação de Grigoletto (2005a).

Diagrama 1 – Representação do percurso metodológico



Fonte: Adaptado de Grigoletto (2005a).

6 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)

Nesta seção, iniciaremos com a análise do *corpus* discursivo da pesquisa. Como já tratamos na seção 2 – *A análise do discurso*, “todo discurso é parte de um processo mais amplo que recortamos e a forma de recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos.” (ORLANDI, 2015, p. 62). Nesse momento, estamos realizando o que a autora conceitua como um “gesto de leitura”, trata-se de um olhar do analista, particular e individual (cada analista recorre aos critérios, mobiliza os conceitos e adota os procedimentos que julga mais efetivos para responder as suas questões de pesquisa), tornando cada trabalho único.

Como parte de nosso gesto de leitura, faremos o relato dos principais fatos históricos que ocorreram no cenário político, econômico e social do país, no período anterior do planejamento do CIPS, com a finalidade de compreendermos o que levou um grupo de intelectuais e políticos a perceberem o empreendimento como uma alternativa para Pernambuco e para o Nordeste e, posteriormente, no período de seu funcionamento, com a intenção de identificarmos, a partir das condições de produção de discurso, qual(is) formação(ões) ideológica(s) e formação(ões) discursiva(s) poderiam emergir no cenário.

Os discursos sobre o CIPS, na mídia, como parte de um embate discursivo, romperam o silenciamento no ano de 1975 com a publicação do “Manifesto Suape” (voltaremos à questão na próxima seção quando nos aprofundaremos na discussão das formações ideológicas e discursivas), crucial para o estabelecimento de um cenário que possibilite a discussão sobre as questões e problemas ambientais, as crises ambientais e os crimes ambientais no cenário local, particularmente, em contraposição ao discurso dominante do capital.

Já no ano de 2007, no cenário nacional, há o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, programa este que teve forte impacto na economia pernambucana. No ano de 2014, na conjuntura internacional, se instala a crise econômica mundial que vem a impactar a economia local.

Esses fatos contribuíram de forma significativa para as condições de produção do *discurso sobre o CIPS* e, ao repercutiram na mídia, possibilitaram que os efeitos de sentido sobre o empreendimento circulassem na sociedade.

O Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS foi criado pela Lei Estadual Nº 7763, de 07 de novembro de 1978. O empreendimento está localizado na porção sul da Região Metropolitana do Recife, distante cerca de 40 km da capital. A área de influência do Complexo, considerada Território Estratégico de Suape (TES), compreende os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada (BRAGA; LIMA, 2009).

Após as considerações iniciais sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) adentraremos nas condições de produção do discurso. Traremos essas condições a partir de 1970 até os anos 2000.

Segundo Fausto⁴⁴ (2015, p. 466), o Brasil passava por um momento político que havia sido iniciado no movimento de 31 de março de 1964, o qual tinha como discurso “livrar o país da corrupção e do comunismo e restaurar a democracia”. Esses discursos retratam o que Pêcheux (1999, p. 156) afirma da “*mise en scène*” e do “efeito poético que faz assistir à cena”.

Discutindo a “*mise en scène*”, com fundamentos em Pêcheux, (2014), Mariani (1996, p. 67-68), conforme apresentamos na seção 2.1 (*discurso sobre*), afirma que na prática discursiva do jornal, “as evocações e os pré-dados constituem a modalidade ‘como se’, produzindo formas de identificação” do leitor com a narrativa trazida nas páginas dos jornais. Para a autora, os fatos são narrados “como se” o leitor estivesse participando da cena, compartilhando os sentidos produzidos.

Estabelecendo uma relação com os discursos trazidos, inicialmente, “de livrar o país da corrupção e do comunismo”, Mariani (1996, p. 94, grifo da autora) afirma que:

[...] quanto mais se nega o pensamento comunista – o outro – por inseri-lo no campo do Outro – inimigo dos valores ocidentais – mais afirma-se uma identidade brasileira no campo do Mesmo filiada ao imaginário ocidental cristão.

Retornando ao cenário político e econômico local, particularmente, do Estado de Pernambuco, Garcia e Mussalem (2011, p. 20) afirmam que:

O período que vai da instalação do Estado Novo em 1937 até 1959 é considerado desastroso para Pernambuco. Ao longo desses anos, com as quedas sucessivas do preço do açúcar, na época quase que a única produção

⁴⁴ Para apresentar as questões históricas desta tese nos debruçamos sobre a obra do historiador Boris Fausto, professor aposentado do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo. No entanto, ressaltamos que em determinados trechos o autor se refere ao período compreendido entre os anos de 1964-1985 de Regime Militar. Nossa compreensão é de que se tratou de ditadura militar.

industrial do Estado, Pernambuco vinha perdendo poder econômico e, consequentemente, político no país.

Segundo os autores, no Estado, havia a cultura da monocultura canavieira, existindo, além do açúcar, apenas indústrias de tecidos, algumas do setor metal-mecânico e alimentos, o poder político e econômico estadual estava comprometido. Garcia e Mussalem afirmam que o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, fazia promessas de mudar a realidade local. Assim, transformou o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – Condepe, de um órgão de debates acadêmicos a uma agência de desenvolvimento, despertando a atenção de jovens economistas imbuídos da missão de “tirar o Estado da estagnação e modernizá-lo” (GARCIA; MUSSALEM, 2011, p. 20).

Os autores afirmam que, nesse período, os governadores dos Estados da região Nordeste, oposicionistas e com apoio popular, pressionaram o governo federal pela inclusão do Estado nos programas de metas.

Nesse contexto, no governo Federal, tomou posse Jânio Quadros, trazendo as esperanças do povo no futuro, porém, assumindo temáticas que não deviam ser discutidas pelo presidente da República, dentre elas: proibição do lança perfume, do biquíni e da briga de galos. No plano da governança, adotou tanto medidas simpáticas à direita quanto à esquerda, causando desagrado a ambos (FAUSTO, 2015).

Segundo o autor, foi adotada uma política financeira ortodoxa de estabilização, promovendo a desvalorização cambial, contenção dos gastos públicos e da expansão monetária, a retirada de subsídios para a importação do trigo e petróleo, provocando reajuste no preço do pão e dos combustíveis. Em agosto de 1961, Jânio renunciou ao Governo, alegando “forças terríveis” que o levaram ao ato.

Fausto (2015) relata que, no cenário social, houve o avanço de vários movimentos sociais. Um deles foi o movimento de setores do campo que, possivelmente, tiveram como pano de fundo as mudanças ocorridas no país entre 1950 e 1964, caracterizados pelo crescimento urbano e pela industrialização. Isso desencadeou alterações no mercado e nas formas de posse e do uso da terra, levando os proprietários a expulsarem os antigos posseiros, agravando suas condições de trabalho. Um dos movimentos mais importantes do período foram as Ligas Camponesas, tendo como líder o advogado Pernambucano Francisco Julião.

As Ligas começaram a surgir em 1955, tendo como alguns objetivos, dentre outros, proteger os camponeses da expulsão das terras, da elevação dos preços do arrendamento e da prática do cambão (consistia na prática do morador trabalhar um dia da semana de graça para os donos das terras). As ligas se estabeleceram em vários locais do país, porém no Nordeste o

movimento foi mais forte. A luta simbólica mais importante ocorreu em Pernambuco, pela posse do Engenho Galilei, em Vitória de Santo Antão (considerado engenho de “fogo morto”, já que não produzia açúcar e estava arrendado aos camponeses) (FAUSTO, 2015, p. 378).

Esses acontecimentos relatados por Fausto (2015) também são discutidos por Garcia e Mussalem (2011). Os autores afirmaram que havia preocupação em relação às questões econômicas do Estado, a Zona da Mata (a exemplo podemos trazer o município de Vitória de Santo Antão – Engenho Galilei), onde se concentrava a cultura da cana-de-açúcar e que estava fora da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e da Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

Nesse período, o movimento rural conquistou um avanço importante, na esfera legislativa, quando o então presidente João Goulart, em 1963, sancionou a lei que dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Dessa forma, os trabalhadores conquistaram direito à carteira profissional, duração de horário de trabalho, salário mínimo, direitos ao repouso semanal e férias remuneradas (FAUSTO, 2015).

Segundo o autor, outros setores da sociedade também se mobilizaram por mudanças sociais, dentre eles: os estudantes, a igreja e o movimento operário. Os estudantes, sob a representação da UNE, passaram a ser mais enfáticos em suas propostas de mudança social e buscaram intervir no cenário político.

Na igreja católica, ocorreram mudanças importantes, a partir de 1950, quando um grupo de integrantes passou a se preocupar com as camadas mais desassistidas da sociedade que compreendiam os males causados pelo capitalismo e a consequente expansão comunista.

Dessa forma, a igreja ficou dividida em diversas posições, do ultraconservadorismo às aberturas à esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC). Diante da radicalização do movimento estudantil, a JUC passou a adotar posturas socialistas e entrou em choque com a cúpula eclesiástica. Consequentemente, surge, em 1962, a Ação Popular (AP), organização com fins revolucionários, desligada da hierarquia eclesiástica. A AP participou ativamente das lutas políticas e sociais e foi duramente perseguida com a instauração do governo militar em 1964 (FAUSTO, 2015).

Conforme o autor, a Igreja Católica promoveu, no Nordeste, a sindicalização rural, no entanto se opôs às Ligas Camponesas. Em maio de 1961, foi publicada a encíclica *Master et Magistra* do Papa João XXIII, a qual abordava os problemas do mundo subdesenvolvido, considerado um incentivo ao catolicismo reformista, mas não radical. Após a posse de João Goulart, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sob a condução dos reformistas moderados, não colocou em dúvida a legitimidade do novo governo, nem as suas

orientações políticas. Dessa forma, após a publicação da encíclica papal, a *Pacem in Terris*, em 30 de abril de 1963, a comissão central da CNBB valida uma série de propostas de reforma social, com o objetivo de enfrentar os graves problemas de miséria e mortalidade das pessoas em situação de pobreza. Por sua vez, o lado conservador adotou uma postura defensiva, assumindo um papel efetivo na mobilização que precedeu a queda de Jango.

De acordo com Fausto (2015, p. 380-381), o movimento operário, com a posse de João Goulart, representava a volta de um movimento populista mais forte, com mobilizações e pressões sociais maiores que no período de Vargas. Nesse sentido, os “ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema”, que deveria contemplar a colaboração entre o Estado, “oficiais nacionalistas das Forças Armadas”, os “intelectuais formuladores da política do governo”, a “classe operária organizada” e a “burguesia industrial nacional”. O Estado seria o articulador dessa aliança, na qual a “ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas de reformas de base”, cujos eixos centrais consistiam em: reforma agrária, a fim de acabar com os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade; reforma urbana que tinha como finalidade criar condições para que os inquilinos pudessem se tornar proprietários das casas alugadas; estender o direito ao voto para os analfabetos e os cargos inferiores das Forças Armadas, casos do Exército.

Para o autor, essas ações tinham como objetivo fortalecer o governo populista, além de prever uma intervenção maior do Estado nas questões econômicas, particularmente, nacionalizando as empresas concessionárias de serviços públicos, os frigoríficos, a indústria farmacêutica, regulamentando a remessa de lucros para o exterior e estendendo o monopólio da Petrobras. O autor conclui que as reformas de base não tinham como finalidade implantar uma sociedade socialista, era apenas uma maneira de modernizar o capitalismo, reduzindo as graves desigualdades sociais, a partir da ação do Estado.

Conforme Fausto (2015), as tentativas de reformas de base não tiveram êxito, porque tanto os latifundiários como o governo se opuseram às ações; a burguesia nacional, em virtude do clima de mobilização e da incerteza dos investimentos, separou-se do governo. Já as representações sindicais, embora existindo divergências entre eles e Jango, foram fiéis ao esquema populista. O autor acrescenta que foram criadas organizações sindicais paralelas, dentre elas: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962, assumindo, posteriormente, o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Nesse cenário, os sindicatos passam a centralizar mais demandas políticas, porém as questões operárias, embora não esquecidas, passaram a ser de importância secundária.

Na esfera política, há o aumento da mobilização da sociedade, ultrapassando os limites dos partidos. No cenário de definições políticas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) avança, pondo em risco a aliança com o Partido Social Democrático (PSD), ou seja, PTB – PSD. O PTB conseguiu muitos votos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em virtude da ilegalidade do partido comunista e por ter uma dinâmica de atuação no meio urbano, tendo sido beneficiado com o avanço da industrialização, estabelecendo-se como o partido que mais cresceu no período de 1945 – 1964 (FAUSTO, 2015).

Segundo o autor, no lado militar, a mudança mais significativa ocorreu nas Forças Armadas, consistiu na elaboração de uma doutrina pelos militares alinhada aos Estados Unidos e à Guerra Fria, ganhando formas mais nítidas com o avanço de Fidel Castro ao poder. Diante disso, determinados setores militares acreditavam que a vitória da Revolução Cubana seria a implantação, nos países considerados subdesenvolvidos, de uma guerra para a introdução do comunismo, fatos considerados oportunos para o surgimento da doutrina da segurança nacional, evidentemente, que ela tem origem na Escola Superior de Guerra (ESG).

Para Fausto (2015, p. 385), a partir da ESG, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram surgindo as linhas delimitadoras de um regime político com força suficiente para impedir a “subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico”. O autor afirma que, conforme o governo de João Goulart tomava medidas extremas e se tornava mais vulnerável, mais se fortalecia, no âmbito da ESG, IBAD e IPES, a ideia de que só um movimento armado poderia pôr fim à “anarquia popular” e ao “avanço do comunismo”.

Segundo o autor, João Goulart assumiu o governo com poderes restringidos, uma vez que o regime instalado era o parlamentarismo, porém o ato que instituiu o regime previa a realização de plebiscito em 1965, no qual a população deveria escolher a forma de governo. Em 1963, a população votou pela volta do presidencialismo, tendo João Goulart na Presidência do País.

No entanto, Fausto (2015) afirma que o período era complicado, com inflação em torno de 54,8% em 1962. Para enfrentar a crise econômica, foi criado o Plano Trienal, cujo objetivo era aliar o crescimento econômico às reformas sociais e ao combate à inflação. Porém, o plano dependia da colaboração de setores que tinham representatividade na sociedade, o que não ocorreu. Os grupos que eram beneficiados com a inflação não tinham interesse no sucesso do plano; os inimigos de Jango almejavam a ruína e o golpe; o movimento operário se recusava a ter controle nos salários.

Fausto (2015, p. 384) relata que, por volta de 1963, houve a radicalização de diferentes segmentos sociais. No campo, os proprietários rurais antagônicos à reforma agrária se armaram; ganham força o movimento das Ligas Camponesas, a sindicalização rural e as “invasões” de terra; no âmbito militar aumenta o conchavo contra Jango, particularmente, fazendo referência aos excessos governamentais. Nesse período, ocorreu a última paralisação operária, em São Paulo, antes da derrubada de Jango. A denominada “greve dos 700 mil” durou alguns dias, compreendendo os setores metalúrgico, químico, de papel e papelão. O movimento não trouxe vitórias significativas para a classe trabalhadora, em virtude de terem obtido um aumento de 80% e não terem conseguido uniformizar os acordos para os demais grupos de operários, por meio das negociações entre a CNTI e a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp).

Em 1964, o governo de Jango passou a adotar, à revelia do Congresso, por decreto, as reformas de base e, a fim de exibir força governamental, passou a unir grandes grupos em uma série de atos, com o intuito de difundir as reformas. O primeiro grande ato foi realizado no dia 13 de março no Rio de Janeiro, com a presença de 150 mil pessoas, denominado de “comício da Central”, por ter sido realizado na Praça da República próximo à estação da Central do Brasil. No referido evento dois decretos foram assinados, o primeiro, de caráter simbólico, desapropriava as refinarias de petróleo que não estavam sob o poder da Petrobras; o segundo, tornava sujeito à desapropriação de propriedades subutilizadas. Durante o evento, o presidente manifestou as seguintes intenções: a) a intenção de realizar a reforma urbana, causando insatisfação na classe média; b) encaminhar ao Congresso propostas para mudanças na cobrança de impostos e; c) a permissão de voto aos analfabetos e aos grupos inferiores das Forças Armadas (FAUSTO, 2015).

Segundo o autor, o primeiro ato das reformas do presidente marcou o fim de seu governo. Um ato da sociedade civil denominado “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrido em São Paulo, no dia 19 de março de 1964 e organizado pelas associações das senhoras católicas, ligadas à Igreja conservadora; reuniu cerca de 500 mil pessoas, sinalizando que os partidários do golpe tinham uma base de apoio social. Nesse cenário, o último gesto de João Goulart foi discursar no Rio de Janeiro em uma assembleia de sargentos, porém, diante da polarização política, o golpe já estava em andamento.

Sob outra perspectiva, Garcia e Mussalem (2011, p. 22) afirmam que o declínio da monocultura do açúcar no estado de Pernambuco e as indústrias açucareiras transferindo-se para os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, havia a necessidade de buscar alternativas para Pernambuco e para o Nordeste do país. Acrescentam os autores que o pensamento

desenvolvimentista passou a ser um ideário local. Isso também refletiu, diretamente, na imprensa, “os jornais adaptaram-se à nova situação: desaparecem os suplementos literários e surgiram os cadernos de economia”. Nesse período, no Estado buscava-se mobilizar intelectuais, políticos, entre outros, em torno, de um projeto comum para Pernambuco.

O Ato Institucional nº I foi autorizado em 09 de abril de 1964, decretado com vigência até 31 de janeiro de 1965, foi assinado pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, na formalidade manteve a Constituição de 1946, com modificações, bem como o funcionamento do Congresso. Porém, o novo regime passou a descharacterizar as instituições do país, utilizando decretos denominados de Atos Institucionais (AI)⁴⁵. Dentre as ações do Ato estavam: reforçar o poder executivo e reduzir o campo de atuação do Congresso; suspender a imunidade dos parlamentares; cassar mandatos no nível Municipal, Estadual e Federal; criar as bases para a criação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) (FAUSTO, 2015).

Segundo o autor, os referidos inquéritos tinham como objetivo punir os responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária” (FAUSTO, 2015, p. 410). O autor ainda relata que, a partir da instituição desses poderes, passaram a acontecer perseguições, torturas e prisões de pessoas consideradas inimigas do regime. No entanto, no período, o sistema ainda não estava totalmente fechado, sendo possível utilizar o *habeas corpus* nos tribunais. Dessa forma, a imprensa permanecia relativamente livre.

Fausto (2015) relata que, nesse período, o jornal carioca *Correio da Manhã* teve um papel importante denunciando os abusos promovidos pelo regime. Outra vítima do autoritarismo foi a União de Estudantes (UNE), que passou a funcionar de forma clandestina. Já a Universidade de Brasília, considerada subversiva, foi invadida um dia após o golpe.

Segundo o autor, no Nordeste do Brasil, a repressão atingiu fortemente a Liga de Camponeses, houve também intervenção nos sindicatos, federação de trabalhadores e a prisão dos dirigentes sindicais. No caso de Pernambuco, a partir de uma intervenção federal no Estado, o governador Miguel Arraes de Alencar perdeu o mandato.

⁴⁵ Segundo Fausto (2015) o AI-1 foi decretado em 09 de abril de 1964, com vigência até 31 de janeiro de 1966, formalmente, manteve a Constituição de 1946, com modificações, dentre essas o funcionamento do Congresso. Para Fausto (2015), embora sendo notória a violação aos princípios básicos da democracia, não ficou expresso seu perfil autoritário. No AI-1 ficou estabelecido que o mandato para presidente da República seria por votação indireta do Congresso Nacional, em 15 de abril de 1964 o general Humberto Castello Branco foi eleito presidente, o mandato perdurou até 1967.

Fausto (2015, p. 399-400) afirma que em 1964, no mês de junho, o regime militar adotou o Serviço Nacional de Informação (SNI), que, na verdade, consistia em um controle dos cidadãos, tendo como objetivo, “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna”. O supracitado serviço tornou-se um centro de poder similar ao Executivo, agindo na “luta contra o inimigo interno”, posteriormente, o general Golbery do Couto e Silva, um dos idealizadores e primeiro chefe do SNI, reconheceu que “sem querer criou um monstro”.

De acordo com o autor, no que diz respeito às questões da economia, o (AI-1) tinha como meta: reconstruir o sistema econômico capitalista, modernizando-o, a fim de controlar a ameaça comunista. Para atingir essa meta, era necessário, para tanto, combater a difícil situação econômica e financeira gerada nos últimos meses do governo de Goulart; reprimir os trabalhadores do campo e da cidade e mudar o “aparelho do Estado”.

O autor acrescenta que, para sanar as situações acima descritas, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)⁴⁶ com os seguintes objetivos: diminuir o déficit do setor público; adquirir crédito do setor privado; reduzir salários; limitar o crédito dos Estados; criar instrumentos para monitorar as despesas dos Estados. Para atingir os resultados previstos, ainda, aumentou as tarifas dos serviços de energia elétrica, água, telefone, o preço do gás de cozinha, da gasolina e do pão.

O efeito dessas ações, segundo Fausto (2015), impactou diretamente na vida dos cidadãos, uma vez que os salários passaram a ter reajuste inferior à inflação, assim como, foram adotadas medidas proibitivas de greve, a fim de aumentar a rotatividade de pessoal nas empresas.

De outra parte, o governo também acabou com a estabilidade após 10 anos de serviço, garantida pela Consolidação de Leis do Trabalho (CLT). A situação ocorreu de forma gradual e, em setembro de 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), teoricamente, substituindo a estabilidade do trabalhador. Na prática, a adesão não era obrigatória, mas sem a opção pelo FGTS era impossível conseguir emprego (FAUSTO, 2015).

Na questão econômica, Fausto (2015) afirma que o PAEG atingiu seus objetivos. O corte nas despesas e o aumento da arrecadação fizeram com que o Produto Interno Bruto (PIB) saísse do déficit público anual de 4,2%, voltando a crescer a partir de 1966.

⁴⁶ O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) era de responsabilidade dos ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões. Bulhões havia sido ministro no governo Café Filho sendo reconhecido “por suas posições ortodoxas” (FAUSTO, 2015).

Quanto às questões políticas, o AI-1 não alterou o calendário das eleições estaduais. No ano de 1965, houve eleições diretas em onze estados. Por sua vez, o discurso do fim da corrupção já não surtia o mesmo efeito para os adeptos e a classe média havia perdido o poder de compra. Diante disso, alguns candidatos tiveram suas candidaturas vetadas pelas forças armadas, mas nos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso a oposição ainda conseguiu ganhar as eleições. Esse fato levou a uma pressão maior no governo de Castelo Branco, ocasionando a implementação do AI-2, em 17 de outubro de 1965, após as eleições estaduais (FAUSTO, 2015).

Segundo Fausto (2015), o AI-2 determinava que a eleição para o cargo de presidente e vice-presidente da República seria conduzida pelo Congresso Nacional, em sessão pública, com votação nominal, evitando dissidências. Dentre as ações do citado ato, estavam: aumentar o poder do presidente da República, estabelecendo que o mesmo poderia baixar atos complementares e decretos-leis de segurança nacional. A ação mais efetiva do referido ato foi a extinção dos partidos políticos pela alegação que tal pluralidade gerava crises políticas.

No cenário Pernambucano, relatam Garcia e Mussalem (2011, p. 28) que, havia sido implementado pelo ministro do planejamento, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND). O referido documento promoveu a implantação de grandes projetos, dentre eles: o Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Dessa forma, gerando certa insatisfação, uma vez que a Bahia, ao ter seus representantes políticos melhor posicionados junto ao governo dos militares, estava conseguindo tirar o polo petroquímico do eixo Rio-São Paulo. Esse empreendimento “mudaria o perfil econômico daquele Estado, até então baseado em produtos agrícolas de exportação, em especial o cacau, o fumo e o algodão”.

Sobre a questão, acrescentam os autores:

Desde o Brasil Colônia, Pernambuco e Bahia disputam a liderança do Nordeste, disputa que se acentuou após a criação da Sudene. Nos anos 60 e 70 do século passado, os meios de comunicação do Recife eram porta-vozes da **frustração pernambucana** face o **rápido crescimento** do Estado vizinho. Havia um **sentimento de derrota, como se desclassificado no campeonato**, há séculos em disputa. Com a consolidação do polo petroquímico na Bahia, julgávamos perdida a tão aspirada refinaria de petróleo, carro chefe das nossas principais reivindicações aos sucessivos governos da República desde a criação da Petrobras (GARCIA; MUSSALEM, 2011, p. 28, grifo nosso).

Conforme a citação acima destaca, havia no cenário local a busca por um projeto para salvar a economia do Estado.

Retornando ao cenário nacional, em fevereiro de 1966, o AI-3 determinou a eleição indireta para os governadores dos Estados, escolhidos pelas Assembleias Estaduais. O governo Castelo Branco instituiu as demais mudanças nas instituições do país, “fazendo aprovar” a Constituição de 1967 – segundo Fausto (2015), a expressão pode ser considerada em sua literalidade, uma vez que o Congresso estava fechado, foi convocado pelo AI-4 para, excepcionalmente, aprovar o texto constitucional.

O texto constitucional ampliava os poderes do Executivo, particularmente nas medidas de segurança nacional, mantendo os dispositivos que permitiam perda de mandatos e cassação de direitos políticos (FAUSTO, 2015).

Nesse período, segundo Garcia e Mussalem (2011, p.28-29), Pernambuco é governado por Nilo Coelho, governador biônico, no período de 1967-1971. Sua administração teve como metas a construção de rodovias, fazendo a ligação entre a capital e o sertão do São Francisco e do Araripe. Para os autores, além do esforço para integrar o interior à capital também se buscou atrair novos investimentos com apoio da Sudene. Para atingir esses objetivos, foi criada a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – Diper cuja missão “era administrar áreas para instalações fabris, a promoção de incentivos fiscais e econômicos do Estado e a atração de investimentos em novas indústrias”.

Quanto à questão de Suape, os autores relatam que, no primeiro momento, não houve o interesse do governador de Pernambuco em se engajar para construir um porto no Estado. Posteriormente, com a apresentação dos documentos “Subsídios para a localização de uma refinaria de petróleo no Nordeste” e “Indústrias de Exportação, novo fator de desenvolvimento para o Nordeste”. Nilo Coelho, em 1971, designou uma comissão para supervisionar a elaboração de um estudo de viabilidade econômica, de localização e do projeto de engenharia do Complexo Distritos Industriais.

Segundo Garcia e Mussalem (2011, p. 31), a ideia de um novo porto industrial para o Estado foi abraçada pelo próximo governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros. Comentam os autores: “Dessa vez comandados por um governador que estava determinado a tomar o projeto como prioridade de sua administração, por entender ter encontrado a real missão econômica de Pernambuco”.

No que concerne à cobertura da mídia pernambucana, os autores expõem: “Pelo noticiário e pronunciamentos divulgados pela mídia notava-se que o debate se ampliava, com nítida maioria favorável à ideia” (GARCIA; MUSSALEM, 2011, p.33-34).

E acrescentam o trecho da entrevista de Anchieta Hélcias:

Da ação isolada, solitária da minha coluna ‘Nordeste Dia a Dia’, no Jornal do Commercio, do Recife – diz ele – o tema passou a ser quase campanha institucional, objetivando **influenciar a opinião pública**, prepará-la para **pressionar o novo governador** que seria escolhido em 1970 e, como tal, **induzi-lo a tornar a construção de Suape** como prioridade em sua administração (GARCIA E MUSSALEM, 2011, p. 33-34, grifo nosso).

E em outro trecho da entrevista:

No Diario de Pernambuco foi fundamental a participação de Joesil Barros **para convencer os colegas da redação e os diretores do jornal**, uma vez que **seu principal jornalista de Economia**, que exercia forte influência no empresariado, **não acreditava ser possível** conseguir apoio político do governo federal e, em consequência, os recursos para empreendimento de tamanho porte (ANCHIETA, 1975, grifo nosso)

Nos trechos que sinalizamos, a mídia pernambucana, ao *discursar sobre* o CIPS, ancorou os enunciados na formação discursiva desenvolvimentista-redentora. (discutiremos na próxima seção).

O nosso ponto de vista é que houve uma divulgação positiva do empreendimento, uma vez que várias personalidades influentes, dentre eles: políticos, empresários, profissionais liberais e os editores dos cadernos de economia dos dois principais jornais em circulação, à época, abraçaram a proposta de construção do Complexo.

Na perspectiva pecheuxtiana, os sujeitos discursivizaram a partir da formação discursiva que os domina. Isso nos faz considerar o que Mariani (1996, p. 122), “a parte que cabe ao discurso jornalístico é seu assujeitamento a um já dito, embora os jornais se julguem livres para informar”.

No cenário nacional, Fausto (2015) expõe que, em 1968, foi instituído o AI-5, garantindo poderes absolutos ao regime militar. O momento político do país era difícil, uma vez que havia sido criado o Departamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI, funcionando em vários estados. Os citados departamentos foram considerados os principais centros de tortura do “regime militar”. No entanto, o autor afirma que, embora o país estivesse vivendo um período político sombrio, estava alcançando êxito nas questões econômicas.

Menciona o autor que, nos anos de 1968 e 1969, o Brasil registrou um alto desempenho econômico, sendo esse período denominado de “milagre econômico”, perdurando até 1973. O reflexo dessa época foi constatado pela inflação baixa e aumento do

Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁷. Nessa época, os países em desenvolvimento passaram a buscar empréstimos externos e, no Brasil, aumentou também o investimento do capital estrangeiro.

Diferentemente dos demais Atos Institucionais, o AI-5 não tinha prazo de vigência e suas ações perduraram até o início de 1979. No entanto, em meados de 1969, Costa e Silva, sofre um AVC, ficando impossibilitado de permanecer no governo. Desse modo, o AI-12 foi estabelecido dando poderes a uma junta militar. Esses poderes consistiam em: estabelecimento de várias medidas formais de repressão, além de tortura à escalada da esquerda radical. Radicalizando a situação, foi imposto o AI-13, que dentre as ações incluía a expulsão de solo nacional de todo brasileiro que “se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. Posteriormente, foi estabelecido o AI-14 que incluía a pena de morte para os casos de “guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”. (FAUSTO, 2015, p. 410).

O autor acrescenta que, formalmente, a pena de morte nunca foi empregada, mas foram realizadas execuções sumárias ou nos corredores de torturas, e as mortes decorrentes dessas práticas eram retratadas como resultados de choques entre os subversivos e as forças militares ou como desaparecimentos sem explicações.

Já discorrendo sobre as questões sociais, muito embora o país estivesse sob os reflexos do período do “milagre econômico”, os programas sociais foram descontinuados ou retardados. Esse aspecto levou o Brasil a ser reconhecido internacionalmente pelo seu potencial industrial em contraste com seus indicadores sofríveis em saúde, educação e habitação. Esses índices sinalizam a qualidade de vida do povo (FAUSTO, 2015).

O autor expõe que os sindicatos foram reprimidos pelo “regime militar”, mas não foram desmontados. Isso possibilitou que, no campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag) incentivasse a organização de sindicatos rurais no país. Diante da influência da Igreja católica por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgem as lideranças combativas dos movimentos sociais do campo, cujo objetivo era a luta pela posse da terra e/ou a ampliação dos direitos trabalhistas para o trabalhador do campo.

O movimento operário ressurge com uma roupagem distinta da anterior, ou seja, dissociado do Estado, organizado nas comissões de fábrica, deslocando-se das empresas públicas para a indústria automobilística, sendo sua maior concentração no eixo do ABC Paulista (FAUSTO, 2015).

⁴⁷ Fausto (2015) e Porto-Gonçalves (2013) compactuam da mesma visão em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) por acreditarem que esse índice não exprime, efetivamente, a distribuição de renda da população sem considerar os diferentes ganhos dos grupos sociais.

Segundo Fausto (2015), os indicadores apontaram que entre, os anos de 1950 e 1980, ocorreram grandes mudanças no país, tanto na urbanização como nos elevados índices de crescimento econômico, reverberando em melhorias no plano social. E a partir de 1980, segundo relato do autor, os índices de crescimento decaíram e houve vários anos de crescimento negativo. A década de 1980 foi denominada de década perdida. O período tornou mais pobre a classe trabalhadora, em virtude dos altos índices de desemprego.

No que concerne à abertura política, Fausto (2015, p. 429) afirma que o caminho para a abertura política havia sido iniciado no governo Geisel e continuou com o de Figueiredo. Uma das ações de Figueiredo foi retirar das mãos da oposição a luta pela anistia, ou seja, “ao anistiar crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, a lei abrangia também os responsáveis pela prática da tortura”. O autor acrescenta que, de qualquer forma, possibilitou o retorno dos exilados do país, sendo considerado um grande avanço nas liberdades públicas.

Segundo o autor, esse processo não passou sem perturbações no governo de Figueiredo pela ação da linha-dura, ou seja, aconteceram atos de violência no Rio de Janeiro, bombas explodiram em jornais da oposição e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, uma carta-bomba destinada ao presidente da OAB matou sua secretária, e figuras da igreja ou ligadas à igreja foram vítimas de sequestro.

Quanto à questão das modificações eleitorais e políticas, Fausto (2015) relata que o governo conseguiu no Congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos, sendo extintos a partir dela o MDB e a Arena, determinando que, a partir de então, as novas organizações partidárias deveriam conter a palavra “partido”. A Arena que trazia um nome impopular passou a ser Partido Democrático Social (PDS), já o MDB inseriu apenas a palavra “partido”, convertendo-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O cenário é também o de surgimento de outros partidos. A partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da igreja e da classe média profissional surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). Brizola, por sua vez, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), por último surge o Partido Popular (PP), tendo como fundadores adversários conservadores do governo, dentre eles Tancredo Neves e Magalhães Pinto.

Conforme Fausto (2015), a década de 1990 trouxe mudanças significativas no cenário nacional. No aspecto econômico, o Brasil, no início da década, era uma das economias capitalistas mais fechadas. Diante disso, o país estava à beira da hiperinflação, com graves desigualdades sociais em contraste com os dispositivos preconizados pela Constituição de 1988. Nesse cenário, houve o aumento da pobreza e, consequentemente, da desigualdade

social. Acrescenta o autor que, neste período, o país cresceu pouco e a modernização da economia veio acompanhada por aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho.

Nos anos 2000, para aqueles que estavam junto a Fernando Henrique Cardoso cumprindo a agenda econômica, o governo deixaria para o sucessor um país preparado para crescer, porém sem abrir mão das ações econômicas já realizadas. Para a narrativa da oposição, o governo de Luís Inácio Lula da Silva receberia uma “herança maldita”, resultado de uma agenda “neoliberal” (FAUSTO, 2015, p. 521).

Segundo o autor, nos anos de 2003-2008, a economia mundial esteve em ampla ascensão, fato só comparado ao período de 1968-1973. Dessa forma, há uma influência direta na redução da pobreza e da ascensão da classe média, particularmente, com a implantação e o surgimento de políticas públicas, tais como: lançamento do programa Todos pela Educação, o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Estabelecendo uma relação com a nossa pesquisa, no período, há o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no ano de 2007. Nessa época, a mídia Pernambucana divulgava a presença de Lula cumprindo a agenda presidencial no Estado, particularmente, nas obras do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

Como vimos na discussão apresentada, as condições de produção do discurso sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), em momentos distintos, projeta o empreendimento como o grande impulsionador da economia do estado de Pernambuco e do Nordeste.

Diante disso, percebemos que os discursos sobre o CIPS são os ditos permitidos pela formação discursiva desenvolvimentista-redentora. Já, os impactos ambientais que poderiam vir a ser causados pelo CIPS seriam discursivizados a partir de momentos de falha no processo discursivo, ou seja, quando o silenciamento é rompido.

Partindo dessa constatação, compreendemos que emergiu das condições de produção sobre o CIPS filiada à Formação Ideológica Capitalista-Industrialista à Formação discursiva desenvolvimentista-redentora.

Alguns esclarecimentos se fazem necessários, o rompimento do silêncio das discussões sobre o CIPS ocorreu no contexto do momento histórico sob a égide do “milagre econômico”, memória da ditadura militar, ecoam os discursos do desenvolvimentismo e do industrialismo. Assim, consideramos a FI capitalista-industrialista emergindo desse momento percebido na prática discursiva como de desenvolvimento econômico e industrial.

A Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora carrega os discursos do capitalismo-industrialismo em que a palavra “desenvolvimento” torna-se sinônimo de “industrialismo”, de “crescimento”, de “emprego”, de “renda”, de “investimento de capital financeiro”. Nessa FD, os *discursos sobre* o CIPS projetam a imagem do empreendimento como “a locomotiva do Nordeste”, o grande investimento para livrar o Estado da mendicância.

Já, na falha do processo discursivo encontramos os ditos que negam os discursos da Formação discursiva, quais sejam: a negação do “desenvolvimento” como relação sinônima de “industrialismo” e de “crescimento” de “emprego e renda” e de “qualidade de vida”. Percebemos que, no ritual de falha, os sujeitos ao discursivizarem projetam a palavra “desenvolvimento” como “bem-estar social”, “moradia”, “meio ambiente”, “educação”.

Na próxima seção, iremos proceder às análises dos processos discursivos que circundaram os discursos da imprensa escrita pernambucana sobre o CIPS.

6.1 AS ANÁLISES DO BLOCO 1 – ANO DE 1975

Para esse recorte, denominados de Grupo 1, apresentaremos as análises das Sequências Discursivas (SDs) do Domínio 1 – (*Jornal da Cidade*), bloco 1; do Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), bloco 1; e do Domínio 3 - (*Jornal do Commercio*), bloco 1.

No conjunto de SDs do Domínio 1, compondo o *corpus* discursivo, dentre outras notícias está “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape” (faremos algumas explicações que julgamos importante sobre o referido texto).

O texto foi publicado apenas no *Jornal da Cidade*, em abril de 1975, veículo da imprensa alternativa, denominado de “Manifesto Suape”. Consideramos que a notícia rompe o domínio da formação discursiva desenvolvimentista-redentora quando o citado jornal rompe o silenciamento instalado, até então, ao publicar o citado documento. A partir disso, os demais órgãos da mídia repercutiram os discursos sobre o empreendimento.

Posteriormente, no ano de 2011, os autores-signatários do “Manifesto Suape” juntaram-se a outros membros da sociedade civil e criaram o Fórum Suape Socioambiental tendo como missão “promover uma cultura democrática de participação social e justiça ambiental contribuindo para a garantia dos direitos das populações tradicionais atingidas pelo CIPS” (FÓRUM SUAPE SOCIAMBIENTAL, 2011). A atuação do Fórum tem fortalecido as comunidades da circunvizinhança do CIPS tanto na orientação quanto no que se refere às

questões das violações dos direitos humanos e ao meio ambiente nas áreas de influência do complexo, bem como denunciando junto aos órgãos competentes essas práticas delituosas.

Em 2016, com o objetivo tanto de divulgar as ações do Fórum, bem como denunciar as violações produzidas pelo CIPS foi criado o boletim Fórum em Ação⁴⁸, mídia digital, com periodicidade mensal.

Na próxima, subseção daremos início às análises do Domínio 1 – (*Jornal da Cidade*), bloco 1.

6.1.1 Análise do processo discursivo do Domínio 1 (*Jornal da Cidade*)

O recorte que analisaremos, a seguir, faz parte do Domínio 1 (*Jornal da Cidade*), bloco 1. Como já afirmamos anteriormente, a partir das condições do *discurso sobre o CIPS* emerge a Formação Ideológica (FI) – capitalista-industrialista e determinada por essa (FI) emerge a Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora na qual os sujeitos se inscreveram e passaram a discursivizar *sobre o CIPS*.

No entanto, dada a heterogeneidade do sujeito, ora movendo em uma direção ora em outra (diante de sua condição de assujeitamento), percebemos que a partir desse movimento, consequentemente, os efeitos de sentido deslizam para o sujeito leitor.

Diante disso, nesse recorte, pretendemos observar: quais(qual) posições-sujeito emergem dessa Formação Discursiva? Quais sentidos foram possíveis sobre o CIPS a partir da inscrição dos sujeitos na FD? A formação discursiva silenciou os impactos ao meio ambiente que poderiam advir com o funcionamento do CIPS?

Apresentamos abaixo as Sequências Discursivas que serão observadas nesse Domínio.

Sequência Discursiva 1:

Sete cientistas recifenses das mais diversas especialidades – todos técnicos de **renome nacional e internacional** – assinaram, ontem um **manifesto condenando a construção do complexo portuário de Suape** e denunciando “a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e renda per capita” (CIENTISTAS, 1975^a, grifo nosso).

⁴⁸ Os boletins fizeram parte da composição do arquivo empírico da pesquisa, porém não entraram na composição do *corpus discursivo*, em virtude de existir a necessidade de ampliar o período de coleta das notícias dos jornais e ainda estabelecer algumas alterações nos objetivos. No entanto, consideramos a possibilidade de realizar uma pesquisa futura.

Sequência Discursiva 2:

Tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico – que se entende como aumento da renda *per capita* -, o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa, que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada. Esta é uma regra quase universalmente seguida, cuja validade não tem sido – a não ser em casos excepcionais – posta em dúvida. Isto não impede, todavia, que pessoas interessadas e grupos de indivíduos manifestem sua opinião a respeito de tais projetos e empreendimentos, reagindo contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática de não fazer a confecção de grandes projetos ser precedida de consulta às aspirações da coletividade (CIENTISTAS, 1975a, grifo do autor).

Sequência Discursiva 3:

A divulgação, semana passada, de um manifesto assinado por sete intelectuais – alguns de notório renome – criticando a construção do complexo industrial e do superporto na Bahia de Suape, provocou intensos debates, nos últimos dias, envolvendo autoridades, políticos, técnicos e intelectuais. A partir do manifesto, foram feitos pronunciamentos de deputados do Governo e da oposição, na Assembléia: houve uma resposta oficial do Palácio do Governo; entraram em cena novos intelectuais, esclarecendo posições: os dois jornais diários de maior importância do Estado dedicaram editoriais ao assunto (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Sequência Discursiva 4:

Enquanto os cientistas afirmam textualmente no novo documento – intitulado “Ainda a propósito de Suape” – que – “estão dispostos ao diálogo construtivo” e que “desejam que se discutam méritos e desvantagens da iniciativa”, o Sr. José Francisco de Moura Cavalcanti declara: “Quanto às discussões não há nada demais em tudo isso, desde que o diálogo seja a nível que o assunto exige, com as vistas voltadas para o interesse do Estado, só há vantagem em debater” (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Sequência Discursiva 5:

Filho de uma geração de “projetos de impactos”, o Complexo Portuário de Suape, após estar comprometido durante dez meses com investimentos da ordem de Cr\$ 8,4 bilhões – alguns já negociados – e com uma proposta de redenção industrial para Pernambuco, passa a ser debatido publicamente (ENFIM, 1975, grifo nosso).

Sequência Discursiva 6:

Esperava que o economista Clóvis Cavalcanti viesse trazer mais contribuições para o debate – replicou Anchieta Hélcias - mas, em relação ao pouco ou nada que acrescentou a discussão foi já destacada pelo sociólogo **Gilberto Freyre**, em artigo para o Diário de Pernambuco, que disse **devemos acabar com a virgindade absoluta das paisagens e das mulheres** (ENFIM, 1975, grifo nosso).

Sequência Discursiva 7:

Por isso. [...] **Embora tardia**, não deixa de ser saudável essa iniciativa que, somada a comissão formada pelo governador Moura Cavalcanti, contribuiu para definir concretamente o projeto. “Me cansei de pedir a presença do sr. Anchieta Hélcias na Assembléia, durante a legislatura passada”, comenta o deputado oposicionista Manoel Gilberto. **“Lamento que** nos últimos cinco anos tudo o que se fez ou está em fase de execução tenha sido planejado **longe da opinião pública, foi isso o que aconteceu com o Projeto de Suape**, somente **depois que a imprensa** (veja o Jornal da cidade nº 24) publicou um documento, o “Manifesto dos Cientistas” é **que o povo está tomando conhecimento** de forma concreta sobre o projeto, declarou, durante o debate, o oposicionista Marcus Cunha (ENFIM, 1975, grifo nosso).

Na SD1, tomamos como observação inicial, o título da notícia “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape”. Os enunciados do título ratificam o que, na prática do jornalista, é considerado a proteção de posicionamento. Quando o jornalista, se orientando pelas noções de “imparcialidade” e “objetividade”, busca se salvaguardar de possíveis sanções profissionais, recorrendo às “fontes dignas de crédito”, conforme afirma Tuchman (2016).

Nos trechos da SD1, o título, “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo”. O cientista, na prática discursiva da sociedade, é aquela pessoa cujo perfil denota conhecimento técnico e científico, possuindo legitimidade e autoridade para fazer contestações, podendo fornecer informações científicas sobre determinado campo do saber. No entanto, podemos perceber que há uma movimentação do jornalista, muito embora, de forma inconsciente, de buscar na deontologia do jornalismo aspectos de proteção de sanções na prática profissional.

No entanto, podemos afirmar que se trata de um gesto de interpretação do jornalista a afirmação de que “são técnicos de renome nacional e internacional” para sinalizar a credibilidade das pessoas que serão trazidas para ancorar o seu dito nas páginas do jornal, atribuindo a credibilidade e cumprindo com o ritual da objetividade.

Essa questão da imparcialidade e da objetividade também é objeto do olhar de Hall *et al.*, (2016, p. 316), quando os autores afirmam que os *media*, ao buscarem regras para salvaguardar a imparcialidade, acabam por definir a realidade social inserindo nos textos as suas “fontes acreditadas”, os “porta-vozes”. No caso da SD1, o gesto de interpretação do jornalista, o aproxima da formação discursiva desenvolvimentista-redentora.

Ainda na SD1, o jornalista expõe que os cientistas “assinaram, ontem um manifesto condenando a construção do complexo portuário de Suape e denunciando”, voltamos ao que já foi afirmado no trecho acima por Tuchman (2016) e Hall *et al.*, (2016). Os enunciados referem-se ao discurso do jornalista e projetam, novamente, o seu posicionamento em relação ao planejamento e à construção do CIPS. Os efeitos de sentido projetados para o sujeito leitor é de que os cientistas não estavam a favor da construção do CIPS e o “manifesto” repercute essa situação. Nesse momento, o jornalista, ao apresentar o seu posicionamento, creditou a responsabilidade pelo dizer aos cientistas.

No entanto, no trecho seguinte “[...] a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e renda per capita”, o jornalista, em um gesto de interpretação, na tentativa de projetar para o leitor o discurso da “imparcialidade”, projeta os discursos da FD e os saberes nela ancorados.

Já na SD2 encontramos um diferencial em relação à SD1. Enquanto a SD1 tem o conjunto de enunciados elaborados por um jornalista, na SD2, os enunciados são atribuídos aos cientistas que assinam o “Manifesto Suape”.

Nos trechos iniciais da SD2 encontramos, “tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o *desenvolvimento econômico* – que se entende como aumento da renda per capita”. Ao enunciarem os cientistas discursivizam a partir de um lugar social de cientista, mas que coincide com o lugar discursivo. Podemos considerar que a discursivização dos sujeitos-cientistas é parte da falha no ritual do processo discursivo (Pêcheux, 2014). A falha no processo discursivo permite que os cientistas enunciem os discursos que consideramos de resistência aos ditos ancorados na formação discursiva. Na discursivização os cientistas mobilizam os efeitos de sentido que emergem da resistência ao ritual de assujeitamento à FD desenvolvimentista-redentora, negando sentidos nela ancorados e enunciando os discursos possíveis e discursivizando, os discursos da resistência.

Porto-Gonçalves (2013) também apresenta uma crítica ao se associar o desenvolvimento econômico ao aumento da renda per capita. Para o autor, outros fatores precisam ser levados em consideração.

Ainda na SD2, nos trechos seguintes “o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa”, neles os cientistas demandam que não estava havendo uma discussão pública sobre os impactos da obra, mas havia os interesses governamentais em impor à população os projetos considerados por eles (governo) viáveis para o Estado. No trecho seguinte, há a crítica, “julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada”. Ressaltamos que estava instalada no país a ditadura militar, conforme já apresentamos nas condições de produção do discurso. Diante do fato, não havia no país o interesse político em discutir o alcance dos projetos e suas consequências na vida da população afetada.

Nesse caso, estamos diante do que Orlandi (2007, p. 106-107) denominou de *interdição*, trata-se de uma característica da censura local, ou seja, a responsabilidade pelo dito é do autor (sujeito ao enunciar). Nesse ponto, a censura se instala na relação entre o sujeito com sua “identidade social e com o Estado”, ou seja, “a função enunciativo-discursiva do autor é a mais sujeita às coerções sociais”, ou seja, o sujeito é responsabilizado pelos seus atos.

Um fato a ser considerado é que as condições de produção do discurso apontam que o país estava sob a ditadura militar, o AI-5 já havia sido baixado (ver seção 6.1), além disso, o governador do Estado de Pernambuco, à época, era biônico.⁴⁹ Portanto, havia um alinhamento governamental com o discurso industrialista.

Na SD2 podemos identificar que os cientistas apresentam a contra-identificação com a formação discursiva desenvolvimentista-redentora, os posicionamentos apresentados tanto sinalizam que não mantêm uma relação de proximidade com a FD desenvolvimentista-redentora como, ainda, se inserem como legitimados ‘porta-vozes’ de um discurso contrário ao instalado na FI – capitalista-industrialista, quando afirmam que é um modelo de desenvolvimento pautado no aumento da renda per capita, deixando implícito que deveria haver outros indicadores a serem considerados.

Nos trechos iniciais da SD3, “Suape a hora da discussão”, o jornalista retoma para o leitor a divulgação do “Manifesto”. Na notícia da publicação do “Manifesto” (verificar na SD1) os profissionais foram denominados de “cientistas”. Na semana seguinte, o jornalista, ao enunciar, o faz de forma a contestar o lugar social dos profissionais, ao relatar: “sete intelectuais alguns de notório renome”, colocando em dúvida a competência técnica de parte

⁴⁹ O cargo biônico é aquele no qual o titular foi escolhido sem consulta pública, tendo sido indicado pelas autoridades em Brasília, situação recorrente no período da ditadura militar.

deles. Após contestar a competência profissional de *alguns* dos signatários do “Manifesto”, relata que eles estavam “criticando a construção do complexo industrial e do superporto na Bahia de Suape”.

Destacamos, ainda, na SD3, que um “dito” silencia outros sentidos possíveis, como afirma Orlandi (2015), quando o jornalista afirma que “entraram em cena *novos intelectuais*”, trata-se de maneira de, no discurso, silenciar os ‘velhos’, ‘anteriores’. Para a autora, toda denominação apaga outros sentidos possíveis.

Voltando à SD3, o jornalista, ao enunciar percebemos, no gesto de interpretação do jornalista e no fio discurso, projeta os discursos da memória da ditadura militar, quando as decisões governamentais eram adotadas sem chegar à discussão pública, alegando o interesse público. Percebemos o posicionamento ao enunciar a divulgação do “Manifesto” que “provocou intensos debates, nos últimos dias, envolvendo autoridades, políticos, técnicos e intelectuais”, e conclui relatando que houve o pronunciamento oficial do governo. Na verdade, é *como se* estivesse explicando ao leitor que todo o burburinho causado pela divulgação do “manifesto” já houvesse sido contornado com a nota oficial do governo e com a explicação dos ‘novos intelectuais’. Ao finalizar o recorte, o faz afirmando que até os jornais de grande circulação, fazendo referência ao *Diario de Pernambuco* e ao *Jornal do Commercio*, publicaram editoriais sobre o assunto. Resta-nos trazer que os editoriais representam a linha de pensamento dos jornais e que, nas condições de produção (ver seção 6.1) já trouxemos o alinhamento dos jornais à situação governamental da época.

Na SD4, o jornalista, enuncia que “Enquanto os cientistas afirmam textualmente no novo documento [...] estão dispostos ao diálogo construtivo” e que “desejam que se discutam méritos e desvantagens da iniciativa”, concluindo com a declaração, do então governo de que: “desde que o diálogo seja a nível que o assunto exige, com as vistas voltadas para o interesse do Estado”. Nesse caso, o gesto de interpretação é materializado quando o jornalista, no enunciado, projeta uma imagem do discurso da imparcialidade, ou seja, trazendo o discurso atribuído ao governador. Isso de fato, pode nos remeter as condições de produção do discurso, projetando tanto à FI capitalista-industrialista, bem como a determinação da Formação desenvolvimentista-redentora.

Desse modo, o funcionamento das posições-sujeito tem nos permitido observar que os discursos da FD, no caso desta tese, têm silenciado, neste momento, os possíveis impactos ao ambiente natural que a construção do CIPS e, posteriormente, o seu funcionamento poderia trazer para a área de circunvizinhança do empreendimento.

Nesse ponto, concluímos que o jornalista é sujeito da FD e, os gestos de interpretação que mobilizou, projetou para os leitores os ditos ancorados na formação discursiva, inclusive, da valorização do CIPS para a economia do estado de Pernambuco, ou seja, o empreendimento poderia vir a se tornar um “superporto”.

Na SD5, tomamos como observação inicial, o título da notícia, “Enfim um debate sobre SUAPE”, e percebemos que o jornalista antecipa que a notícia a ser discutida apresentava um debate que já deveria ter sido submetido ao crivo público. Nesse momento, é possível observarmos que o jornalista adota o posicionamento de definidor da relevância do tema a ser proposto à discussão, conforme afirma Tuchman (2016), ao apontar que os *media* indicam para a população os acontecimentos considerados relevantes. De outra parte, percebemos que o sujeito discursiviza os discursos da resistência à FD, projetando para o leitor o efeito de sentido de que, aquele debate tão necessário para a formação da opinião pública enfim havia chegado às páginas do jornal.

No trecho seguinte da SD5, o jornalista a partir de seu posicionamento de sujeito da FD, materializa um gesto de interpretação ao enunciar sobre o CIPS: “Filho de uma geração de projetos de impactos”. Na sua discursividade resgata os ditos da Formação discursiva de que projetos de impactos são aqueles que podem gerar “crescimento”, “desenvolvimento” propostas alinhadas com o momento vivido no país, ou seja, ainda sob a égide do “milagre econômico”.

Nos próximos enunciados da SD5, “proposta de redenção industrial para Pernambuco”, o sujeito-jornalista, mais uma vez, enquanto “bom sujeito” da FD repercute o “já dito”, o CIPS foi idealizado como uma proposta de redenção para o estado de Pernambuco e o Nordeste, conforme já haviam afirmado Garcia e Mussalem (2011).

Na SD5, um dos efeitos de sentido possíveis para o sujeito-leitor é de que o Complexo Industrial Portuário de Suape, por ser uma obra de porte robusto financeiramente, poderia trazer para o estado de Pernambuco a salvação econômica.

Na SD6, como já observamos acima, o jornalista inscrito na Formação discursiva desenvolvimentista-redentora, enuncia da posição de bom-sujeito dessa FD, no fio do discurso afirma: “Esperava que o economista Clóvis Cavalcanti viesse trazer mais contribuições para o debate”, nesse momento, se identifica com a voz de Anchieta Hélcias, ao recorrer ao discurso citado⁵⁰, projeta para o leitor uma expectativa em relação à contribuição

⁵⁰Tuchman (2016, p. 11), apresentando um estudo sobre a *Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*, afirma que o jornalista trabalha com o intuito de reduzir as pressões com

que deveria ser dada por um “economista”, desmerecendo as informações trazidas pelo profissional. No campo do jornalismo, atribuímos que utiliza a proteção do posicionamento elencado por Tuchman (2016).

Em seguida, enquanto “bom sujeito” da FD, apresenta sua tomada de posição, ao considerar que o discurso de um economista deveria, possivelmente, apresentar informações técnicas que pudessem consubstanciar os estudos do projeto do CIPS, e acrescenta, ainda, que “viesse trazer mais contribuições ao debate”. Portanto, na sequência, os efeitos de sentido produzidos são de que um profissional daquele campo do saber (economista) deveria contribuir com discussões coerentes com sua formação e com a proposta desenvolvimentista para o Estado.

O jornalista conclui trazendo o recorte, mas o faz, trazendo a voz que refuta o discurso dos cientistas, afirmando: “em relação ao pouco ou nada que acrescentou”. Essa afirmação, também atribuída a outro enunciador, mais uma vez, ratifica a posição de bom-sujeito da FD que o jornalista incorpora, além de marcar no fio do discurso os efeitos de sentido trazidos para o texto, ancorados nos ditos autorizados pela formação discursiva desenvolvimentista-redentora.

No trecho seguinte da SD6, o jornalista se coloca no texto como se o “dizer” lhe pertencesse, enuncia: “a discussão foi já destacada pelo sociólogo Gilberto Freyre”, mas, ao trazer o enunciado no qual não fica marcada a autoria do outro enunciador, deixa o entendimento de que aquele “dito” é de sua autoria, e ratifica o enunciado recorrendo ao discurso da autoridade científica do campo da sociologia, afirmando ser o enunciado de autoria de Gilberto Freyre, “devemos acabar com a virgindade absoluta das paisagens e das mulheres”. Esses ditos também podem ser considerados com um gesto de interpretação, ou seja, nesse trecho, o jornalista, sob a ilusão do domínio do dizer, ratifica o seu posicionamento, tornando-se sujeito do discurso ao trazer os enunciados que sinalizam a prática discursiva e a prática social da dominação das mulheres e da natureza, conforme sinalização de Porto-Gonçalves (2013), ao afirmar que a dominação da natureza também é semelhante a outros grupos minoritários, dentre esses, as mulheres.

Ao trecho acima destacado na SD6 ainda cabe, ao menos, duas considerações: primeira, ao trazer os enunciados atribuídos ao sociólogo, o jornalista ratifica o entendimento

prazos e as possibilidades de responder a processos de difamação. Na situação acima destacada, a autora orienta que: “Os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os “fatos” falar. [...] Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa”.

de Tuchman (2016) e Hall *et al.*, (2016), de que ele (jornalista) atribui a outro enunciador “o dito”, utilizando essa estratégia como mecanismo de proteção contra possíveis sanções na sua prática de trabalho, muito embora, no texto, figure como um definidor da realidade social ao trazer os temas que julga relevantes à discussão na agenda pública.

Nesses enunciados, ainda é possível constatar o que Pêcheux e Fuchs (2014) denominaram como superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito, ou seja, o que se caracteriza como o discurso do “bom sujeito”.

Na SD7, o conjunto de enunciados, recortados pelo sujeito-jornalista e apresentado como de outro autor, traz a seguinte pontuação: “Embora tardia, não deixa de ser saudável essa iniciativa”. No primeiro momento, é possível percebermos que há uma contra-identificação do sujeito-jornalista com a Formação discursiva desenvolvimentista-redentora e, na falha do ritual do processo discursivo, enuncia os discursivos da resistência ao assujeitamento, discursivizando que, embora tardiamente, a discussão começou. Retornamos ao já anteriormente trazido por Tuchman (2016) e Hall *et al.* (2016), no que se refere ao posicionamento no texto.

Já nos trechos seguintes, “[...] Me cansei de pedir a presença [...] Lamento [...] longe da opinião pública, foi isso o que aconteceu com o Projeto de Suape [...]”, podemos identificar com os enunciados recortados da SD, o que Pêcheux (2014, p. 200) denominou de contra-identificação do sujeito com a FD, ou seja, o efeito do Interdiscurso, projeta um efeito de sentido o qual o sujeito rejeita.

Nos trechos seguintes da SD7, o sujeito-jornalista adota o posicionamento de definidor da realidade para sociedade, conforme observa Hall *et al.* (2016), ao trazer nos enunciados a informação de que “somente depois que a imprensa” publicou a Manifesto Suape, os cidadãos tiveram acesso à informação sobre o projeto. Muito embora, ao trazer seu posicionamento, o faz a partir do uso da fonte para se proteger de possíveis sanções no que concerne à sua prática profissional.

A partir das análises procedidas, no domínio 1 (*Jornal da Cidade*), bloco 1, conseguimos observar que os jornalistas discursivizaram sobre o CIPS a partir da falha no ritual processo discursivo no assujeitamento à FD desenvolvimentista-redentora. Nesse caso, tanto os sujeitos-jornalistas quanto os cientistas (signatários do Manifesto Suape), discursivizaram os discursos da resistência, ou seja, enunciaram os possíveis impactos ambientais e socioambientais que o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) poderia gerar na sociedade Pernambucana e na circunvizinhança do empreendimento.

Dessa forma, observamos que efeitos de sentido distintos sobre o CIPS circularam. Os jornalistas, ao se filiarem a formação discursiva desenvolvimentista-redentora, projetaram para o leitor os efeitos de sentido do empreendimento como uma alternativa econômica para o desenvolvimento do estado de Pernambuco. Porém, reconhecemos que houve falhas no ritual do processo discursivo no assujeitamento do sujeito à formação discursiva desenvolvimentista-redentora, possibilitando que o *Manifesto Suape* fosse publicado, na íntegra, no *Jornal da Cidade*.

Já observando as questões do silenciamento, os impactos que poderiam vir a ser causados pelo CIPS foram silenciados tanto no plano do silêncio constitutivo como no plano local, ou seja, a discussão sobre o CIPS para ser projetada para os leitores precisou romper os embates de forças que regem a formação discursiva.

Dessa forma, consideramos que o *Jornal da Cidade*, ao publicar o “*Manifesto Suape*”, teve um papel fundamental ao romper o silenciamento sobre o planejamento do CIPS, uma vez que possibilitou que essa discussão se tornasse pública, passando a compor a agenda midiática.

As nossas próximas análises serão do Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*) – bloco 1.

Temos como interesse observar: Se os sujeitos-jornalistas ao discursivizarem ancoram os seus discursos na formação discursiva desenvolvimentista-redentora? Quais efeitos de sentido foram projetados sobre o CIPS para o leitor? Em virtude das notícias, ora analisadas, repercutirem a discussão sobre o planejamento do CIPS, fato que se tornou de discussão pública, após a publicação do “*Manifesto Suape*”, iremos observar se, nas falhas do ritual do processo discursivo de assujeitamento do sujeito à formação discursiva desenvolvimentista-redentora, os jornalistas irão projetar os impactos que podem vir a ser produzidos pelas atividades do Complexo.

6.1.2 A análise do processo discursivo do Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*)

A seguir, listamos as Sequências Discursivas que serão analisadas.

Sequência discursiva 1:

Suape extinguirá miséria, diz Hélcias. Durante cinco horas, assessorado pelos técnicos Benito Bruno e Ailton Henrique da Costa, da Trasncon, o secretário de Indústria e Comércio, Sr. Anchieta Hélcias, debateu ontem, com os deputados integrantes da Comissão de finanças da Assembleia Legislativa, o projeto Suape, quando afirmou que seu resultado “**será mais emprego, maior poder aquisitivo, melhor índice alimentar, mais**

educação, mais saúde, numa evolução constante até a extinção das faixas de miséria ainda existentes” no Estado (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Sequência discursiva 2:

O sr. Anchieta Hélcias, que **igualmente enfatizou a preocupação do projeto em preservar o caráter histórico e ecológico** da área, informou aos deputados ter Suape, no momento, “**viabilizados empreendimentos dinamizadores do desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste** que atingem investimentos da ordem de Cr\$ 8,4 bilhões alguns negociados, outros em processo de negociações” (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Sequência discursiva 3:

Ao responder a uma pergunta do deputado Marcus Cunha sobre **se o Governo estadual objetivava com o Projeto Suape salvar da miséria população do Estado**, responde: “A preservação histórica e ecológica da área foram devidamente estudadas e em nada será modificada, há(sic) não ser no aspecto **da urbanização e progresso industrial**” (ANCHIETA, 1975, grifo nosso).

Sequência discursiva 4:

Ainda na primeira etapa de funcionamento do Complexo de Suape, contaremos com terminais especializados para exportação de melaço, de cimento (já solicitado pelos grupos produtores de Pernambuco e de Alagoas) e instalações para importação de trigo. Desenvolvem-se estudos para um terceiro terminal de exportação de açúcar, com base no fator dinâmico que Suape propiciará à agroindústria canavieira (ANCHIETA, 1975).

Sequência discursiva 5:

Por seu turno, o deputado Severino Cavalcanti declarou ter sido muito proveitoso, o debate, “**pois serviu para convencer os derrotistas**”. Na opinião do Antônio Corrêa, debates deste tipo só engrandecem o poder Legislativo. “Deputados e técnicos, com melhores propósitos, procuraram se esclarecer e esclarecerem sobre o assunto “Suape” de interesse de toda coletividade pernambucana” (ANCHIETA, 1975, grifo nosso).

Antes de nos determos em uma análise individual das Sequências Discursivas desse bloco, julgamos importante tecer algumas considerações. O jornal *Diario de Pernambuco* não circulou o “Manifesto Suape” e as notícias ora analisadas foram publicadas dias após as publicações das notícias observadas no Domínio 1 – (*Jornal da Cidade*).

Na SD1, o título da notícia “Suape extinguirá miséria, diz Hélcias” marca, no fio do discurso, o posicionamento do jornalista, ou seja, o alinhamento em relação à formação

discursiva desenvolvimentista-redentora que ancora os discursos “desenvolvimentistas” e de Suape como o empreendimento que irá acabar com a ‘dita’ miséria do estado e da Região Nordeste. Em outro trecho da SD1, na posição-sujeito de “bom sujeito” da FD, atribui a outro enunciador os trechos do discurso “o projeto Suape”, quando afirmou que seu resultado “será mais emprego, maior poder aquisitivo, melhor índice alimentar, mais educação, mais saúde”, numa evolução constante até a “extinção das faixas de miséria ainda existente”. Esse posicionamento ancora-se no que, nas teorias do jornalismo, Tuchman (2016) e Hall *et al.* (2016) argumentam ser uma maneira do jornalista creditar a um outro enunciador o que tinha intenção de pronunciar.

Muito embora não estejamos trabalhando com o sujeito como origem do dizer, a própria heterogeneidade do sujeito pode levá-lo a mover-se projetando efeitos de sentido para o leitor sobre o CIPS.

Já na SD2, o jornalista afirma “o sr. Anchieta Hélcias, que igualmente enfatizou a preocupação do projeto em preservar o caráter histórico e ecológico da área”, ou seja, o jornalista projeta para o leitor o efeito de sentido da preocupação com o meio ambiente natural. Nesse sentido, discursiviza sobre o CIPS dando explicações sobre as demandas do projeto do empreendimento, na verdade, é *como se* ratificasse o discurso de um outro enunciador. No trecho seguinte, atribui os enunciados a outro enunciador, citando sobre o CIPS: “viabilizados empreendimentos dinamizadores do desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste [...].” Nesse trecho, podemos observar que há o alinhamento do sujeito à FD projetada pelas condições de produção do discurso, na qual os discursos permitidos são os discursos do capitalismo-industrialista, amplamente difundidos, no período da notícia.

Com as análises das SD1 e SD2, observamos que o jornalista, ao se filiar à FD desenvolvimentista-redentora produz um gesto de interpretação ao explicar, por exemplo, que, no projeto do CIPS, havia a preocupação em preservar o caráter histórico e ecológico da área (compreendemos que o campo de saber do jornalista não lhe permite trazer o trecho com a devida explicação para o leitor). A nossa compreensão é que esse gesto de interpretação parte da heterogeneidade do sujeito, no fio discurso, projeta os efeitos de sentido sobre o CIPS para o leitor. Nesse caso, os discursos projetados sobre o CIPS são de que o empreendimento irá livrar o estado e a região Nordeste da miséria. No entanto, o posicionamento do jornalista, silenciou para o leitor os impactos ambientais que o CIPS poderia gerar para a sociedade.

Na SD3, o jornalista marca no fio do discurso o seu posicionamento ao recortar os trechos que afirma ser de outro enunciador: “Ao responder a uma pergunta do deputado Marcus Cunha sobre se o Governo estadual objetivava com o Projeto Suape salvar da miséria

população do Estado”. Nesse caso, se posiciona como “bom sujeito” da FD projetando os “ditos” nela ancorados para o sujeito leitor. Com esse gesto de interpretação do jornalista, um dos efeitos de sentido que pode ser recebido pelo leitor é de que o Estado está na miséria e o Projeto será para livrar a sociedade da mendicância. Essa posição é confirmada quando, nos enunciados seguintes, o sujeito-jornalista ratifica os discursos da FD que o domina: “A preservação histórica e ecológica da área foram devidamente estudadas e em nada será modificada, há [sic] não ser no aspecto da urbanização e progresso industrial”.

Já na SD4, o jornalista se posiciona na FD e discursiviza, projetando efeitos de sentido de explicação sobre como acontecerá as obras do empreendimento: Ainda na primeira etapa de funcionamento do Complexo de Suape, contaremos com terminais especializados para exportação de melaço, de cimento (já solicitado pelos grupos produtores de Pernambuco e de Alagoas) e instalações para importação de trigo.

Tal conjunto de enunciados remete ao que Pêcheux (2014) denominou da “*mise en scène*”, uma forma do sujeito se identificar com o objeto de sua narração. O posicionamento do jornalista na cena alude às situações do cotidiano do contexto local do estado de Pernambuco, ou seja, a crise da indústria canavieira (ver condições de produção do discurso), a busca por um produto novo para o estado e para o Nordeste.

A SD5 ratifica o posicionamento do jornalista na FD, nos trechos: “por seu turno, o deputado Severino Cavalcanti declarou ter sido muito proveitoso, o debate, ‘pois serviu para convencer os derrotistas’. Muito embora o conjunto de enunciados seja atribuído a outro narrador, como já observamos, trata-se de uma maneira do jornalista se colocar nos enunciados, atribuindo a outro sujeito a responsabilidade pelo “dito”.

Observamos que, no trecho em questão, “serviu para convencer os derrotistas”, é possível compreender que, se há “derrotistas”, é porque existem “vencedores”. Consideramos que os “derrotistas” são aqueles que discursivizam os riscos, os impactos ambientais e socioambientais que poderiam ser gerados com as atividades do Complexo de Suape. Já os “vencedores” são os que estão alinhados à formação discursiva desenvolvimentista-redentora. Neste caso, cabe a orientação de Orlandi (2007) que, ao tratar do silêncio constitutivo, considerou que toda denominação é uma forma de apagar um outro sentido possível. Isso, deveras, nos levou a observar que, por parte do jornalista, houve o interesse (lembrando que não estamos tratando do sujeito empírico) em afastar qualquer aproximação do título da notícia com a discussão levantada pelo *Jornal da Cidade*, ou seja, com a publicação do “Manifesto”, uma vez que o título da notícia convida o leitor para uma análise de aspectos, meramente, técnicos sobre o CIPS.

Nos trechos seguintes da SD5, “Deputados e técnicos, com melhores propósitos, procuraram se esclarecer e esclarecerem sobre o assunto ‘Suape’ de interesse de toda coletividade pernambucana”, há também um posicionamento do jornalista ao trazer o conjunto de enunciados para o sujeito leitor. O jornalista se coloca como o “bom sujeito” da FD, recortando no fio do discurso os “ditos” nela ancorados. Assim sendo, Suape era de interesse de toda coletividade. O fato remete ao que Pêcheux (2014, p. 160) esclarece sobre a *tomada de posição*, a qual não se trata de um “ato originário do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso”, ou seja, consiste no efeito da “exterioridade” e do “real-ideológico-discursivo”.

Após as análises das SDs publicadas no domínio 2 – (*Diario de Pernambuco*), bloco 1, observamos que o sujeito-jornalista na posição-sujeito de “bom sujeito” da formação discursiva desenvolvimentista-redentora, discursivizou os discursos do cotidiano (senso comum). Esses discursos faziam parte dos interdiscursos ancorados na FD, projetados pelas condições de produção do discurso sobre o CIPS. Ao fazer esse gesto de interpretação, o jornalista projetou para o leitor os efeitos de sentido de que o empreendimento era uma oportunidade econômica para o estado de Pernambuco.

Dessa forma, podemos considerar que, nos embates discursivos, os discursos sobre os impactos ambientais e socioambientais que poderiam ser provocados tanto pelas obras de construção como, posteriormente, com o funcionamento do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), foram silenciados nos discursos da mídia pernambucana.

No próximo bloco, analisaremos um conjunto de SDs que fazem parte do Domínio 3 (*Jornal do Commercio*) – bloco 1. O nosso objetivo consiste em observar se os jornalistas, ao discursivizarem sobre o CIPS, projetaram seus discursos na posição de “bom sujeito” da formação discursiva desenvolvimentista-redentora? Se os discursos dos impactos ambientais projetados pelo CIPS foram discursivizados? E quais os efeitos de sentido foram projetados para o leitor sobre o CIPS? Nos embates das forças que regem a formação discursiva desenvolvimentista-redentora os impactos ambientais que poderão ser provocados pelo CIPS foram silenciados?

6.1.3 Análise do processo discursivo do Domínio 3 (*Jornal do Commercio*)

Sequência discursiva 1:

Durante quase cinco horas o **Projeto Suape** foi debatido hoje na Comissão....da Assembleia Legislativa do Estado tendo ficado esclarecido que o **Plano Diretor do empreendimento** prevê a preservação histórica e ecológica da área e que plano se constitui numa **opção para Pernambuco crescer mais**. A preservação histórica e ecológica foram os pontos mais discutidos de **SUAPE** nos últimos tempos, a partir da posição assumida por intelectuais pernambucanos coube aos representantes do Executivo mostrar que o **Projeto significa além de uma opção econômica** para o Estado a **valorização de uma das mais bonitas áreas do** (HÉLCIAS, 1975, grifo nosso).

Sequência discursiva 2:

Cientistas não foram convidados para o debate. Com relação à exposição do secretário de Indústria e Comércio do Estado, sr. Anchieta Hélcias, na Assembleia Legislativa na quarta-feira última, os professores Renato Duarte e Roberto Martins ambos signatários dos dois manifestos “A propósito de Suape”, declaram que não compareceram à reunião na Assembleia Legislativa, com o objetivo de participar de debate em torno da problemática de Suape, **por não terem recebido convite oficial neste sentido** (CIENTISTAS, 1975b, grifo nosso).

Sequência discursiva 3:

Mesmo que o convite lhes tivesse sido feito – e se foi não lhes chegou às mãos até o momento marcado para início da reunião – **em vista de posição assumida e expressa no segundo manifesto, infelizmente, não publicado na integra por toda a imprensa local**, à exceção do JORNAL DO COMMERCIO, os dois professores afirmaram que não teriam participado dos debates, **já que entendem ter alcançado os seus objetivos de suscitar a polêmica e provocar ainda** oportuna ocasião de se refletir sobre tema de grande relevância para o Estado de Pernambuco (CIENTISTAS, 1975b, grifo nosso).

Sequência discursiva 4:

O deputado Ferreira Lima, líder emedebista na Assembleia Legislativa, informou ontem ao JORNAL DO COMMERCIO que o seu partido está aguardando a conclusão dos estudos que estão sendo **levados a efeito em torno da viabilidade econômica** do Complexo Industrial Portuário de Suape, **só após é que firmará uma posição** definitiva em relação ao que foi explanado pelo secretário de indústria e comércio, sr. Anchieta Hélcias, na quarta-feira última, diante da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa. Entretanto, o líder oposicionista faz votos para que a construção do porto de Suape seja viável, embora não veja – como afirmou – **nenhuma razão para que a construção do Complexo seja a única opção de desenvolvimento para a região** (MDB, 1975, grifo nosso).

Antes de particularizar as análises desse bloco, faremos algumas considerações que julgamos procedente para uma melhor compreensão do conjunto ora em evidência. As notícias aqui expostas foram publicadas no *Jornal do Commercio* dos dias 08 e 09 de maio de 1975, após a divulgação do “Manifesto Suape” no *Jornal da Cidade*. A notícia que o jornalista faz referência na SD2 não foi disponibilizada para a análise nesse bloco, uma vez que o jornal estava indisponível para consulta pública, em decorrência do seu estado de conservação.

Na SD1, iniciamos nossa observação a partir do título da notícia “Hélcias explica Suape”. O título é um convite ao leitor para que obtenha informações sobre o projeto do Complexo de Suape. Isso, verdadeiramente, é como se colocasse que o texto traria as explicações necessárias para que o leitor pudesse se manter informado sobre o empreendimento. Porém, vale ressaltar que, seria exposto o ponto de vista do Estado, em virtude de se tratar do lugar de fala do secretário estadual. No trecho seguinte, o jornalista se posiciona no texto, discursivizando, projetando os discursos do cotidiano (senso-comum) afirmando: “tendo ficado esclarecido que o Plano Diretor do empreendimento prevê a preservação histórica e ecológica da área”. Essas afirmações atestam como o sujeito se relaciona como a forma-sujeito histórica, recortando os “ditos” da exterioridade.

O fato de o jornalista não ter conhecimento técnico para opinar sobre questões históricas e ecológicas e, ainda assim, enunciar a afirmação refere-se ao seu posicionamento no texto. Porém, esse deslizamento do jornalista acontece porque está afetado pelo inconsciente e pelo seu assujeitamento à formação discursiva desenvolvimentista-redentora. Esse posicionamento é materializado quando na sequência seguinte discursiviza o “plano se constitui numa opção para Pernambuco crescer mais”. Esses discursos estão ancorados na FD que deriva das condições de produção sobre o CIPS, na qual os discursos do capitalismo-industrialismo estão alinhados. Portanto, o jornalista, no seu assujeitamento, acreditando ser a origem do dizer apenas enuncia os ditos ancorados na formação discursiva que o domina.

Por outro lado, percebemos que esse gesto de interpretação, mobilizado pelo jornalista, tanto projetou para o leitor o efeito de sentido de que o CIPS era a alternativa econômica para o Estado, “opção para Pernambuco crescer mais”, assim como o efeito de que a área na qual o empreendimento deveria ser instalado seria preservada tanto nos aspectos históricos como ecológicos, ocasionando o silenciamento da discussão sobre os impactos ambientais que as atividades do empreendimento poderiam causar. Para Orlandi (2007) o silêncio trabalha no entremeio das formações discursivas, determinando os limites do dizer.

No trecho seguinte da SD1, o jornalista discursiviza: “a preservação histórica e ecológica foram os pontos mais discutidos de SUAPE nos últimos tempos”. O discurso do jornalista nos fez observar o que Orlandi (2007, p.73-74) já havia sinalizado, apontando para o fato de que “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído.” Porém, a autora acrescenta que são apagados os sentidos que se deseja evitar, os sentidos que poderiam vir a constituir uma outra Formação Discursiva. Portanto, na SD1 nos trechos acima relatados, os sentidos apagados são os dos discursos dos impactos ambientais e socioambientais que poderiam vir a ser gerados por Suape. Nesse sentido, inferimos que os discursos silenciados são os da resistência à formação discursiva desenvolvimentista-redentora.

Ainda na SD1, no trecho seguinte, o jornalista afirma que “a partir da posição assumida por intelectuais pernambucanos coube aos representantes do Executivo mostrar que o Projeto significa além de uma opção econômica para o Estado”. Nesse trecho, mais uma vez, observamos o posicionamento do jornalista, na condição de sujeito da FD, projetando os discursos nela ancorados. Por outro lado, que convém ser observado, é que ao afirmar “a partir da posição assumida por intelectuais pernambucanos”, posição que ficou apagada, uma vez que não foi expressa no discurso, complementa o jornalista “coube aos representantes do Executivo mostrar o que o Projeto significa[...]”. Os trechos remetem ao que Orlandi (2007) explanou sobre dizer “x” para apagar “y”, ou seja, para apagar os sentidos trazidos pela resistência à formação discursiva desenvolvimentista-redentora.

Ao finalizar esse conjunto de enunciados, o jornalista na posição de “bom sujeito” da FD, enuncia: “o Projeto significa além de uma opção econômica para o Estado a valorização de uma das mais bonitas áreas do [...] (trecho incompreensível)”. Nesse caso, é possível identificar que, no fio do discurso, há o interdiscurso da época do “milagre econômico”, ou seja, período compreendido entre os anos de 1969 e 1973 considerados de grande desenvolvimento econômico também conhecido como “anos de chumbo”.

Já na SD2, o jornalista, na apresentação da notícia, mobiliza os efeitos de sentido para o leitor, uma vez que o título é uma forma de convocá-lo à leitura. Dessa forma, o gesto de interpretação de afirmar “cientistas não foram convidados para o debate”, se materializa nos trechos seguintes ao enunciar que os signatários dos dois manifestos: “A propósito de Suape”, declaram que não compareceram à reunião na Assembleia Legislativa, com o objetivo de participar de debate em torno da problemática de Suape, “por não terem recebido convite oficial neste sentido”. Como já mencionamos, anteriormente, a atribuição de trechos sinalizados como de autoria de outrem, na literatura do jornalismo, pode ser configurado

como utilização de mecanismos para proteção de sanções profissionais, questões já trazidas por Hall *et al.* (2016) e Tuchman (2016).

Na SD3, o jornalista retoma as discussões levantadas na SD2 com relação ao convite para a participação dos cientistas no debate, o que de fato observamos ser um posicionamento, projetando para o leitor à dúvida com relação ao convite direcionado aos cientistas, afirmando: “mesmo que o convite lhes tivesse sido feito – e se foi não lhes chegou às mãos até o momento marcado para início da reunião – em vista de posição assumida e expressa no segundo manifesto”. No trecho, observamos que o jornalista, com o seu gesto de interpretação, marca sua presença na FD colocando que os cientistas, provavelmente, independente do convite, não iriam comparecer ao debate por serem contrários a instalação de Suape, e projeta os seguintes enunciados: “em vista de posição assumida e expressa no segundo manifesto”. No relato do jornalista o comentário reforça a situação de seu posicionamento, é como se enunciasse para os leitores que, diante da posição assumida pelos cientistas, eles não foram convidados.

E se posiciona discursivizando: “infelizmente, não publicado na integra por toda a imprensa local, à exceção do JORNAL DO COMMERCIO”. Nesse relato do jornalista é conveniente observar que há um gesto de interpretação tanto no que se refere à não publicação do citado documento pela imprensa local, “infelizmente”, como pela publicação no jornal do qual faz parte e grafia o nome do veículo em letras maiúsculas, ou seja, esse gesto convida o leitor à adesão ao jornal.

Ainda na SD3, o jornalista conclui o seu pensamento, relatando que os cientistas afirmaram “que não teriam participado dos debates, já que entendem ter alcançado os seus objetivos de suscitar a polêmica e provocar ainda oportuna ocasião de se refletir sobre tema de grande relevância para o Estado de Pernambuco”. Convém observar que o jornalista se coloca nos enunciados, mas os atribui aos cientistas, ou seja, se inscreve discursivamente, mas a partir do discurso dos cientistas se posiciona na notícia.

Na SD4, no intertítulo “MDB aguarda conclusão de parecer”, o jornalista inicia o relato sobre a posição do MDB – partido oposicionista ao governo na Assembleia Legislativa. Nesse momento, observamos que o jornalista enuncia, a partir da falha no processo do ritual discursivo, ou seja, discursiviza os discursos da resistência aos ditos ancorados na FD desenvolvimentista-redentora. Nesses momentos, enuncia os impactos ambientais e socioambientais gerados pelo Complexo. Nos trechos seguintes, vejamos o enunciado do jornalista sobre o posicionamento do líder emedebista: “o seu partido está aguardando a conclusão dos estudos que estão sendo levados a efeito em torno da viabilidade econômica do

Complexo [...], só após é que firmará uma posição". Percebemos que, nos enunciados discursivizados pelo jornalista, há uma atribuição dos enunciados a outro autor, ou seja, ao líder do MDB. Porém, em um gesto de interpretação, o jornalista afirma que, após o estudo do projeto, é que o partido tomará uma posição. Nesse caso, podem ser projetados para os leitores os efeitos de sentido de que não há um consenso em torno da viabilidade econômica de Suape. Esse gesto é materializado nos trechos seguintes: "entretanto, o líder oposicionista faz votos para que a construção do porto de Suape seja viável, embora não veja – como afirmou – nenhuma razão para que a construção do Complexo seja a única opção de desenvolvimento para a região".

Convém-nos observar que o jornalista enuncia os discursos da resistência, ou seja, rechaça a ideia do projeto do CIPS como única opção de desenvolvimento para a região, possibilitando que os efeitos de sentido sobre os impactos ambientais que o empreendimento poderia causar circulassem.

No próximo tópico, explicaremos como aconteceu o funcionamento discursivo com as análises do Grupo 1, bloco 1, das Sequências Discursivas – SDs dos três Domínios analisados.

6.1.4 Os discursos sobre o CIPS na imprensa escrita Pernambucana no ano de 1975

No conjunto de SDs analisadas do Domínio 1 – (*Jornal da Cidade*), bloco 1, observamos que na SD1, o título da notícia "*Cientistas lançam manifesto contra o complexo de Suape*" e os trechos seguintes nos quais há a apresentação do que seria discutido na notícia são enunciados do jornalista. Consideramos que, muito embora, o jornalista esteja sob o domínio da formação discursiva desenvolvimentista-redentora, a partir da falha do ritual do processo discursivo, enunciou os discursos da resistência, explanando os possíveis impactos ambientais que seriam gerados com as obras de planejamento do CIPS.

Na SD2, o conjunto de enunciados é atribuído aos signatários do "Manifesto" e enunciam da posição de "mau-sujeito" da Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora. Nos enunciados dos cientistas, há a materialização dos posicionamentos contrários à decisão da implantação do Complexo sem que haja uma discussão plena com a sociedade. Enquanto "mau-sujeito" da FD os cientistas projetam para o leitor os efeitos de sentido de que é preciso questionar um planejamento baseado, unicamente, no aumento da renda per capita.

Já as demais SDs refletem os enunciados de jornalistas e nelas observamos, ainda, que eles (jornalistas), frequentemente, mobilizaram gestos de interpretação, a fim de projetando

para os leitores efeitos de sentido de explicações, comparações e até emitindo opiniões sobre o planejamento do Complexo Industrial Portuário de Suape, sobre aspectos econômicos, históricos e ecológicos.

Esses gestos de interpretação mobilizados pelos jornalistas tiveram como finalidade produzir um discurso de aproximação com o leitor. Compreendemos, ainda, que os jornalistas estavam dominados pela formação discursiva desenvolvimentista-redentora e enunciaram os discursos nela ancorados.

Ao finalizar as análises das sequências desse domínio, convém ressaltar que a formação discursiva desenvolvimentista-redentora, na qual os jornalistas ancoraram os seus discursos e enunciaram sobre o CIPS, silenciou os impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo Complexo na mídia pernambucana. No entanto, em virtude do assujeitamento consistir em um ritual sujeito às falhas, a partir dos deslizamentos e em movimentos de resistência esses impactos foram projetados para o leitor, notadamente, no *Jornal da Cidade*, Domínio 1 – bloco 1.

Essa situação nos levou a constatação que os discursos sobre os impactos ambientais e socioambientais que poderiam ser gerados pelo Complexo de Suape podem ser considerados, no Domínio 1 (*Jornal da Cidade*), um tipo de discurso heterogêneo e de resistência. A sua heterogeneidade tem a origem marcada pelo o fio do discurso que circunda, ou seja, a memória dos discursos dos eventos ambientais que haviam ocorrido no período, conforme já discutimos na seção 3.2 (A emergência do discurso ambiental). Quanto à resistência, consiste em ser enunciado a partir da falha no ritual do processo de assujeitamento do sujeito. Diante desses aspectos, julgamos a relevância do *Jornal da Cidade* como espaço para os discursos da resistência, projetando para os leitores os impactos ambientais, socioambientais e os riscos que poderiam ser produzidos pelas atividades do Complexo de Suape.

No Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), observamos com as análises que os jornalistas se inscreveram na formação discursiva desenvolvimentista-redentora e, a partir dos discursos nela ancorados, discursivizaram sobre o CIPS, o que levou ao silenciamento dos discursos sobre os impactos ambientais e socioambientais que poderiam ser provocados pelas atividades de instalação e de funcionamento do empreendimento.

Um outro aspecto a ser considerado é que os jornalistas estavam dominados pelo discurso da formação discursiva, ou seja, enunciaram os discursos do “bom-sujeito” da FD, em alguns casos, projetando gestos de interpretação que produziram efeitos de sentidos no leitor de explicações e avaliações positivas do empreendimento. Sendo assim, silenciaram os discursos sobre os impactos ambientais que poderiam vir a ser causados pelo CIPS.

Já no Domínio 3 (*Jornal do Commercio*), observamos que tanto há jornalistas que enunciam se filiando à FD como há jornalistas que resistem ao processo de assujeitamento, ou seja, a falha do ritual. Como já destacamos nas explanações acima, quando os jornalistas se filiaram a FD que os dominava, projetaram considerações e avaliações sobre o empreendimento. Observamos que essa movimentação discursiva do jornalista pode produzir efeitos de sentido para o leitor sobre o CIPS, ou seja, a imagem que o empreendimento era a única salvação para o Estado e para a região Nordeste.

Ainda no Domínio 3, também observamos que, em alguns casos, os jornalistas, pela falha no ritual do processo discursivo, na resistência ao assujeitamento à FD, projetaram para o leitor, ao mobilizarem os gestos de interpretação, os impactos ambientais que poderiam ser provocados pelo empreendimento. Diante disso, evidenciamos que os impactos ambientais e socioambientais nesse Domínio também foram discursivizados pela falha no ritual, configurando-se como discursos de resistência.

No próximo bloco de análises, o qual denominamos de Grupo 2, iremos analisar o conjunto de SDs do Domínio 2 – (*Diario de Pernambuco*), bloco 2; Domínio 3 – (*Jornal do Commercio*), bloco 2 e Domínio 4 (*Folha de Pernambuco*), bloco 1.

Como vimos, observamos que, nos Domínios 1, Domínio 2 e no Domínio 3 os jornalistas se inscreveram para enunciar sobre o CIPS a partir da Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora que emergiu da Formação Ideológica capitalista-industrialista, em consoante com as condições de produção do discurso sobre o CIPS.

No que concerne à Comunicação Ambiental, ela está imbricada no processo discursivo, sendo materializada nos enunciados dos sujeitos ao discursivizarem sobre o CIPS a partir do assujeitamento à FD; na falha no ritual do processo discursivo quando os sujeitos resistem ao assujeitamento e enunciam os discursos da resistência e no silenciamento dos impactos ambientais produzidos pelos CIPS quando estão assujeitados à FD que os domina, uma vez que o silêncio é permeado de sentidos e projeta os seus efeitos nos interlocutores do processo discursivo.

Por conseguinte, podemos considerar ainda que os *discursos sobre* os impactos ambientais produzidos pelo CIPS são um tipo de discurso heterogêneo (conforme já definimos) e de resistência. Consideramos, nesta tese, discursos de “resistência” aqueles discursos que, nos embates das forças que regem as Formações Discursivas, conseguem, nos deslizamentos dos sujeitos, romper o silenciamento e projetar os efeitos de sentido sobre os impactos ambientais e socioambientais que as atividades do empreendimento poderiam gerar na sociedade.

Neste momento, nosso intuito, é observar se essas situações se repetiram anos depois. Compreendemos que as condições de produção do discurso sobre o CIPS continuam abrigando a Formação Ideológica capitalista-industrialista. Porém, uma condição presente na década de 1975 era a ditadura militar, limitando as liberdades individuais na sociedade brasileira e repercutindo nas atividades das mídias impressa, radiofônica e televisiva, assim como, nas instituições em geral. Já, no conjunto de SDs que serão observadas no Grupo 2, as condições de produção do discurso se estabelecem em um momento de regime democrático, possibilitando tanto uma imprensa livre, como a restauração das liberdades individuais na sociedade civil.

6.2 AS ANÁLISES DO BLOCO 2 – PERÍODO DE 2007 A 2014

Como já afirmamos, anteriormente, as condições de produção do discurso sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape - CIPS projetou a Formação Ideológica capitalista-industrialista da qual emergiu a Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora.

No Grupo 2, observaremos: Se os jornalistas projetaram os seus discursos a partir da formação discursiva desenvolvimentista-redentora ao enunciarem sobre o CIPS? Quais os efeitos de sentido foram projetados sobre o CIPS que os discursos dos jornalistas projetam para o leitor? Os discursos sobre os impactos ambientais produzidos pelo CIPS podem ser considerados discursos heterogêneos e de resistência?

6.2.1 Análises das Sequências discursivas do Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*)

As Sequências Discursivas que passaremos a analisar fazem parte do Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), bloco 2.

Sequência discursiva 1:

Refinaria em Suape é viável. A construção e Implantação da Refinaria Abreu e Lima, no Complexo Industrial e Portuário de Suape, é **viável do ponto de vista ambiental**. Foi o que concluiu o relatório apresentado ontem, no mesmo local onde será erguido o projeto da Petrobras. O Relatório de Impacto do Meio Ambiente, o Rima, foi exigido pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fade). **Cerca de trinta doutores da Federal participaram do estudo de duas mil páginas que, além do impacto na região, aponta também soluções ambientais a serem geridas com os cerca de R\$ 45 milhões que a estatal brasileira terá de gastar**

com o setor (no projeto original, 0,5% do total investido) (COSTA, 2007, grifo nosso).

Sequência discursiva 2:

Térmicas perdem prazo e natureza lucra. O atraso nos projetos de termelétricas a óleo, considerado altamente poluente, pode livrar o Nordeste do impacto ambiental dessas usinas. A previsão era que trinta térmicas movidas ao combustível fóssil fossem construídas na região para entrar em operação até o próximo ano. [...]. O descumprimento dos contratos, neste caso, tem um lado positivo. Essas usinas a óleo são contratadas para operar apenas em situação emergencial. Mas quando funcionam, além do impacto ambiental gerado pela queima de óleo, encarecem a conta de luz, visto que é cobrado um adicional pelo uso do combustível (FALCAO, 2012).

Sequência discursiva 3:

“Queridinho” da nova economia pernambucana, o Complexo Industrial Portuário de Suape, contudo, mesmo entrando quase na quarta década com anúncios de mega investimentos, como o **Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima, fez pouco pelo meio ambiente, apesar de ter como “cláusula pétrea”, a preservação de 50% da mata nativa da região**. Seu passivo ambiental já beira os R\$ 16 milhões. E ainda há problemas importantes a serem resolvidos, como a destinação final de seus resíduos sólidos (RESÍDUO, 2015, grifo nosso).

Sequência discursiva 4:

Crescimento chinês? – Pernambuco já foi a locomotiva nordestina. Mas estudo da Ceplan mostra que economia local desacelerou. O discurso de que Pernambuco é o estado que cresce no Nordeste acima dos índices da região e do país não condiz mais com a realidade. De acordo com a 14^a análise Ceplan, divulgada ontem pela consultoria econômica e de planejamento, a economia local encerrou o primeiro semestre com expansão de 1,8%. No mesmo período, Brasil e Nordeste teriam crescido 2,9% e 4,2%, respectivamente. [...] A desaceleração da construção civil e da indústria de transformação é um dos principais motivos deste cenário, justamente com a inflação alta, endividamento das famílias e taxas de juros crescente. “Existe uma real desmobilização dos trabalhadores na construção civil, principalmente no Complexo de Suape (CLEMENTE, 2013, grifo nosso).

Sequência discursiva 5:

Parques eólicos em Suape – Características de Pernambuco estão sendo estudadas. Complexo Industrial é forte candidato, onde a fábrica de aerogeradores vai gerar 1,5 mil empregos. Torres eólicas poderão fazer parte da paisagem de Suape futuramente. No último sábado, durante a inauguração da Impsa, fábrica argentina de aerogeradores, diretores da empresa

anunciaram que estão estudando os ventos de Pernambuco para a instalação de parques eólicos. Entre os prováveis locais está Suape, onde a indústria foi instalada. O grupo Impsa pretende investir R\$ 2,6 bilhões no Brasil nos próximos três anos e gerar 1.5 mil empregos em Pernambuco (FALCAO, 2008, grifo nosso).

Nas Sequências Discursivas que iremos analisar, do Grupo 2, Domínio 2, bloco 2 – *Diario de Pernambuco*, pretendemos observar o processo discursivo no qual os discursos sobre o CIPS foram enunciados, buscando compreender o seu funcionamento e ter respostas aos questionamentos que apontamos anteriormente.

Na SD1, iniciamos a análise observando o gesto de interpretação do jornalista ao intitular a notícia, “Refinaria em Suape é viável”, por considerarmos que tal gesto possibilita ao menos dois efeitos de sentido para o leitor, o primeiro, poderia ser considerado uma indagação, sob qual perspectiva a Refinaria é viável? Já o segundo efeito de sentido, poderia ser um questionamento sob a perspectiva econômica ou ambiental? Esse gesto é materializado, no trecho seguinte ao enunciar: “A construção e Implantação da Refinaria Abreu e Lima, no [...], é viável do ponto de vista ambiental. Foi o que concluiu o relatório apresentado ontem, no mesmo local onde será erguido o projeto da Petrobras”.

Os trechos acima sinalizados podem provocar no leitor os efeitos de sentido de que existe a viabilidade ambiental, uma vez que o profissional jornalista relata uma afirmação e, considerando, no âmbito da prática profissional, esses profissionais possuem a legitimidade do discurso da “objetividade e da imparcialidade”, o que Mariani (1996, p. 63) ao discorrer acerca do discurso *sobre* afirmou que, “falar sobre é tornar objeto aquilo que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento [...]. Isso vem a corroborar a nossa compreensão nos trechos seguintes quando o jornalista esclarece ao leitor que o Relatório de Impacto Ambiental foi uma “exigência” do Ministério de Meio Ambiente e foi elaborado por uma instituição de respaldo público.

Consideramos, ainda, que os discursos das instituições de ciência e tecnologia são corriqueiramente citados nos discursos das mídias, a fim de dar legitimidade aos discursos desses profissionais, no caso desta tese, discursos dos jornalistas sobre o CIPS.

No trecho seguinte da SD1, o jornalista utiliza, o que no jornalismo, se denomina por citar as fontes primárias Hall *et al.* (2016) (pessoas, instituições creditadas), nesse caso, informa ao leitor que o RIMA foi elaborado por um grupo de trinta doutores da Universidade Federal de Pernambuco, ou seja, a ratificação de seu discurso pela academia. Vejamos o trecho: “cerca de trinta doutores da Federal participaram do estudo de duas mil páginas”, outro aspecto a ser considerado é a atribuição de relevância ao aspecto quantitativo.

Compreendemos que houve um gesto de interpretação do jornalista com os seus enunciados produzindo para o leitor os efeitos de sentido de que, por se tratar de um o estudo elaborado por pessoas com vasto conhecimento técnico-científico, resultando na produção de um documento de duas mil páginas não tem como não se referendar os ditos naquele instrumento público, ou seja, o RIMA.

Ainda na SD1, no trecho seguinte, o jornalista ao enunciar mobiliza um gesto de interpretação e relata para o leitor: “além do impacto na região, aponta também soluções ambientais a serem geridas com os cerca de R\$ 45 milhões”. No fio do discurso do jornalista, podemos observar que há um “já lá” projetado pela Formção ideológica capitalista-industrialista da qual emergiu a FD desenvolvimentista-redentora do qual o jornalista é sujeito. Nesse sentido, os impactos ambientais são tratados enquanto “soluções ambientais”. Podemos considerar que, esse olhar para o meio ambiente a partir de uma perspectiva da complexidade do mundo e das decisões humanas, configura-se como uma visão do capitalismo e do industrialismo, tendo sido discutido por Dryzek (2013). Nesta tese, abordamos essa concepção na seção 3.2.1 – a heterogeneidade do discurso ambiental.

Na SD1, podemos observar, nos discursos sobre o Complexo do Suape, os impactos ambientais produzidos ao meio ambiente não são silenciados pelos discursos que estavam ancorados na FD, por reconhecermos que houve uma preocupação na discussão sobre a elaboração do RIMA, das questões técnicas de sua elaboração e da aplicação de recursos nos impactos ambientais advindos com as atividades do empreendimento. Por conseguinte, os discursos do jornalista rompem os ditos da FD que o domina. Identificamos, ainda, que esses discursos sobre o CIPS, particularmente, os ancorados na FD partem de um “já-dito” que despontaram das condições de produção do discurso.

Na SD2, iniciamos a nossa análise a partir do título da notícia “Térmicas perdem prazo e natureza lucra”. Como já afirmamos, anteriormente, consideramos os títulos como um gesto de interpretação do jornalista, na verdade, se constitui em uma forma de produzir efeitos no leitor. No caso específico da SD2, percebemos a falha no ritual do processo discursivo no assujeitamento do sujeito à FD, por identificarmos que o jornalista discursiviza os discursos da resistência, projetando para o leitor os impactos ambientais projetados para as obras e o funcionamento do empreendimento.

Nos trechos seguintes, vejamos: “O atraso nos projetos de termelétricas a óleo, considerado altamente poluente, pode livrar o Nordeste do impacto ambiental dessas usinas”, identificamos no relato que o jornalista, mobiliza um gesto de interpretação, a fim de explica ao leitor os danos ao meio ambiente que as termelétricas podem trazer, ratificado pelo título

da notícia, “[...] a natureza lucra”. Com esse gesto, o jornalista, lança para o leitor os efeitos de sentido sobre a instalação de termelétricas no Estado, materializando no texto, os malefícios que tal empreendimento poderá provocar.

Ainda, na SD2, no próximo trecho, o jornalista enuncia: “O descumprimento dos contratos, neste caso, tem um lado *positivo*. Esse trecho materializa o posicionamento do jornalista, o gesto de interpretação é materializado quando o jornalista desliza para trazer explicações ao leitor sobre os danos ao meio ambiente provocado pelas térmicas, observemos, “Essas usinas a óleo são contratadas para operar apenas em situação emergencial. Mas quando funcionam, além do impacto ambiental gerado pela queima de óleo, encarecem a conta de luz [...]”. Os efeitos de sentidos produzidos para o leitor são tanto dos impactos ao meio ambiente como os sociais que tal tipo de empreendimento pode acarretar à vida das pessoas.

Portanto, na SD2, percebemos há falha no processo discursivo do assujeitamento do jornalista à FD. A falha permitiu que o jornalista enunciasse os impactos ambientais que podem ser provocados pelo funcionamento do CIPS. Observamos, ainda, que o jornalista apresenta explicações para o leitor. No caso da SD2, consideramos que a jornalista, ao enunciar os impactos ao meio ambiente, discutiu os discursos da resistência, projetando para o leitor os efeitos de sentido dos danos ao meio ambiente (natural) e social tanto para a comunidade circunvizinhança (os riscos da reflexividade) do empreendimento para toda sociedade.

Na SD3, a nossa observação inicial foi para os trechos, “‘Queridinho’ da nova economia pernambucana o Complexo Industrial Portuário de Suape [...]”, acreditamos que o jornalista faz um gesto de interpretação no qual projeta alguns efeitos de sentido no leitor, dentre eles, ao recorrer a uma ironia para enunciar que o “queridinho” não vem cumprindo com os acordos para mitigar os impactos de suas ações ao meio ambiente. Observamos que o jornalista enuncia os discursos da resistência ao assujeitamento à FD. Nos trechos seguintes, o jornalista mobiliza um gesto de interpretação, apontando uma crítica aos investimentos no Complexo em detrimento dos parcos resultados, enunciado: “contudo, mesmo entrando quase na quarta década com anúncios de mega investimentos, como o Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima [...]. Esse posicionamento do jornalista é ratificado nos trechos seguintes, “fez pouco pelo meio ambiente, apesar de ter como “cláusula pétreas”, a preservação de 50% da mata nativa da região”. O gesto de interpretação mobilizado pelo jornalista projetou para o leitor o efeito de sentido que o Complexo Industrial Portuário de Suape, ao longo dos anos, descumpriu cláusulas contratuais e produziu impactos no meio ambiente, o que fica ratificado nos trechos seguintes: “seu passivo ambiental já beira os R\$ 16

milhões. E ainda há problemas importantes a serem resolvidos, como a destinação final de seus resíduos sólidos”.

Na SD3, observamos que, com o título da notícia “crescimento chinês?”, o jornalista faz um gesto de interpretação e recorre a uma figura de linguagem para levar a informação ao leitor. Esse gesto produz efeitos de sentido, dentre eles, podemos citar primeiro: há um questionamento do real crescimento da economia de Pernambuco e a China tem uma relação paradoxal entre sua relação econômica e os problemas socioambientais que enfrenta. Nos trechos seguintes, “Pernambuco já foi a locomotiva nordestina”, percebemos, na discursivização do jornalista o “já dito”, pertencente ao interdiscurso alardeado tanto na década de 1970 momento no qual se projetava o empreendimento como alternativa para o Estado, bem como, posteriormente, com o lançamento das obras do PAC, período de ampla divulgação na mídia dos investimentos que aportariam com a instalação do Complexo (conforme as condições de produção do discurso – seção 6).

Ainda na SD3, observamos que o jornalista materializa o seu posicionamento ao enunciar respaldado por um estudo científico, “mas estudo da Ceplan mostra que economia local desacelerou”. E, explica para o leitor “o discurso de que Pernambuco é o estado que cresce no Nordeste acima dos índices da região e do país não condiz mais com a realidade”.

Nos trechos acima apresentados, podemos identificar que o gesto de interpretação produzido pelo jornalista projeta o questionamento à visão de desenvolvimento pautado apenas em dados quantitativos, ancorando sua informação em um estudo científico, a fim de respaldar o seu discurso. Nesse sentido, podemos acrescentar que a literatura do jornalismo define essa situação como o uso das fontes creditadas, com o objetivo de passar credibilidade e objetividade à informação, conforme Tuchman (2016) e Hall *et al.* (2016). Assim sendo, não confirma que há uma liberdade plena do sujeito no dizer. O sujeito não é livre.

Nos trechos seguintes, percebemos que o jornalista, com um gesto de interpretação, retoma ao que havia sinalizado na comparação do crescimento de Pernambuco com o crescimento da economia chinesa e relata alguns dos problemas decorrentes desse tipo de crescimento, vejamos nos trechos a seguir: “[...] inflação alta, endividamento das famílias [...]”, por outro lado, projeta para o leitor que o fato também está ligado à desmobilização das atividades do Complexo de Suape, vejamos: “Existe uma real desmobilização dos trabalhadores na construção civil, principalmente no Complexo de Suape”. Ao observamos a SD4, identificamos que os discursos do jornalista sobre esses impactos ambientais e socioambientais são projetados pela resistência ao assujeitamento. E, nesse caso, o jornalista mobiliza gestos de interpretação para se contrapor aos modelos desenvolvimentistas

preconizados pela FD desenvolvimentista-redentora. Identificamos que, no fio do discurso, há o “já-dito” dos discursos sobre meio ambiente, particularmente, difundindo o impacto socioambiental com “desmobilização dos trabalhadores” do CIPS.

Na SD5, podemos observar que o jornalista inicia narrando sobre a instalação de parques eólicos no Estado. Nos trechos iniciais, “Complexo Industrial é forte candidato, onde a fábrica de aerogeradores vai gerar 1,5 mil empregos”. O gesto de interpretação mobilizado pelo jornalista projeta para o leitor alguns efeitos de sentido, dentre eles: existe uma disputa na qual o CIPS é um forte candidato; os discursos da competitividade que fazem parte da prática discursiva; Suape como o gerador de empregos do Estado, nesse caso, o “já-dito” ancorado na FD desenvolvimentista-redentora. Portanto, é possível constatarmos a identificação do jornalista com os discursos ancorados na FD, discursando os discursos da forma-sujeito.

Ainda na SD5, nos trechos seguintes, observamos que o jornalista no seu assujeitamento à FD enuncia: “o grupo Impsa pretende investir R\$ 2,6 bilhões no Brasil nos próximos três anos e gerar 1.5 mil empregos em Pernambuco”. Percebemos que existe, no fio do discurso, um “já-lá” da Formação ideológica Capitalista-Industrialista da qual emergiu à FD desenvolvimentista redentora e nela o jornalista ancora seus discursos, projetando na discursividade os efeitos de sentido para o leitor de que o empreendimento promoverá acesso à empregos e a renda no Estado. A discursivização do sujeito jornalista, ambicionando a ilusão do dizer, projeta os ditos ancorados na FD que o domina. A nossa conclusão é de que o jornalista é o “bom-sujeito” da FD dominante.

Nesse caso, para os impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo CIPS são silenciados para o leitor.

6.2.2 Análise das Sequências discursivas do Domínio 3 (*Jornal do Commercio*)

Sequência discursiva 1:

Diante das comunidades do entorno de Suape, interessadas em informações sobre os processos de desapropriação das áreas onde será instalada não só a refinaria, mas também o estaleiro, e dos investimentos em infraestrutura urbana, Eduardo explicou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai priorizar regiões onde serão implantados empreendimentos estruturadores, a exemplo de Suape. O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Fernando Bezerra Coelho, adiantou que [...] {TRECHO INCOMPREENSÍVEL} estudo a construção de um habitacional para abrigar as famílias que serão deslocadas da ilha de

Tatuoca. A ideia é que as casas sejam construídas no município de Ipojuca, com previsão de investimento de R\$ 13 mil por unidade (OBRAS, 2007).

Sequência discursiva 2:

Criado em 2008 para fomentar a implantação de um polo de bens e serviços para as indústrias de petróleo, gás, naval e offshore em Pernambuco, o **Projeto Suape Global** será apresentado hoje a empresários, políticos e profissionais da imprensa. [...]. Considerado o melhor porto do Brasil, Suape se destaca como o maior polo de atração de investimentos do Brasil na atualidade. O complexo tem realizado pesados investimentos em infraestrutura para garantir a chegada de empreendimentos estruturadores, a exemplo do Estaleiro Atlântico Sul, da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape. O porto também está ampliando os números de cais e reforçando a infraestrutura viária (DESENVOLVIMENTO, 2010).

Sequência discursiva 3:

O tortuoso caminho para Suape. Todos os dias a mesma cena se repete no fim do expediente, na saída do Complexo de Suape. Ônibus, carros, caminhões se enfileiram em congestionamentos na PE-60, BR 101 e na Estrada do Paiva, fazendo o trânsito beirar o caos. Chegar e voltar ao trabalho se transforma numa *via-crucis* para 55 mil profissionais que fazem a engrenagem do maior polo de investimentos de Pernambuco funcionar. Se por um lado os engarrafamentos simbolizam a ebulação econômica da região, por outro, acende o sinal amarelo sobre a necessidade de acelerar os investimentos em infraestrutura (GUARDA, 2011, grifo nosso).

Sequência discursiva 4:

Em visita ao Recife, a nova embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Liliana Ayalde, 57 anos, **ressaltou o interesse das empresas americanas em investir no Complexo de Suape.** A diplomata sobrevoou a região e, ontem, em entrevista pontuou como prioridade a aproximação das relações comerciais entre os dois países. [...] **Impressionada com a estrutura do Complexo Portuário e Industrial de Suape**, a diplomata mostrou-se otimista com os investimentos americanos na região (AMERICANOS de olho em Suape. *Jornal do Commercio*, Economia, 30 de outubro de 2013, grifo nosso).

Sequência discursiva 5:

O governador Eduardo Campos **entrega um conjunto expressivo de empreendimentos estruturadores** e também companhias de classe mundial, mas o desafio que deixa para seu sucessor em termos de infraestrutura vai exigir forte mobilização, **sob pena de não ser possível se pensar num novo ciclo de crescimento** sobre o que foi obtido até agora e nos levar à nova estagnação de nossa economia. **Três desses projetos**

tornaram-se estratégicos para Pernambuco continuar a andar: a construção do Arco Metropolitano, os dois terminais para o Porto de Suape e a Ferrovia Transnordestina. O problema é que, por força de modificação na legislação e de atitudes do governo Federal, os três não dependem mais da articulação do governador junto a investidores, mas de instituições públicas de segundo escalão que atuam nacionalmente, o que coloca numa lista de prioridades que não são as de Pernambuco (CASTILHO, 2014, grifo nosso).

Antes de procedermos às análises das SDs desse domínio, observamos que os discursos ainda emergem da Formação ideológica capitalista-industrialista projetada pelas condições de produção do discurso sobre o CIPS e a partir desse contexto a formação discursiva desenvolvimentista-redentora ancora os sujeitos enunciam.

Na SD1, observamos que o jornalista intitula a notícia, “Obras da refinaria atraem 10 interessados”. O título é sempre um convite ao engajamento do leitor com o que será abordado no texto, especificamente, neste caso, o gesto de interpretação do jornalista pode projetar um efeito de sentido para o leitor (de que há uma disputa para as obras do empreendimento), um outro efeito de sentido para o sujeito leitor é o da valorização da relação comercial, se o empreendimento não fosse “economicamente viável” não haveria uma disputa para a realização das obras. No trecho seguinte, o jornalista mobiliza um gesto de interpretação, a fim de narrar para o leitor o cenário, “diante das comunidades do entorno de Suape, interessadas em informações sobre os processos de desapropriação das áreas onde será instalada não só a refinaria, mas também o estaleiro, e dos investimentos em infraestrutura urbana”, e completa: “Eduardo explicou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai priorizar regiões onde serão implantados empreendimentos estruturadores, a exemplo de Suape”. Nesse trecho, observamos o deslizamento do jornalista, elaborando explicações sobre as possíveis ações do PAC na vida dos moradores da circunvizinhança do CIPS, esse gesto de interpretação que o discurso do jornalista produz para o leitor é o efeito de sentido do “como se” o PAC fosse a solução para as questões demandadas pelos moradores.

Diante disso, nos trechos da SD1, acima recortados, observamos que o jornalista silenciou tanto as comunidades do entorno de Suape como as suas demandas, ou seja, disse “x” para não dizer “y”, conforme Orlandi (2007). Diante disso, percebemos que os discursos dos impactos ambientais e socioambientais produzidos por Suape só são discursivizados quando o jornalista resiste ao processo de assujeitamento à FD. Neste caso, o jornalista projetou com seu gesto de interpretação tanto o silenciamento desses impactos como silenciou as consequências na vida das comunidades circunvizinhas ao empreendimento.

Ainda na SD1, nos enunciados seguintes os quais o jornalista atribui a outro enunciador, “O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Fernando Bezerra Coelho, adiantou que “[...] {TRECHO INCOMPREENSÍVEL} estudo a construção de um habitacional para abrigar as famílias que serão deslocadas da ilha de Tatuoca”. Ao trazer os enunciados atribuídos ao secretário, observamos que o jornalista desliza da posição-sujeito, desidentificando-se dos saberes ancorados na FD que o domina.

Já na SD2, no trecho inicial o jornalista apresenta informações sobre o Projeto Suape Global. No trecho inicial da SD discursiviza: “Considerado o melhor porto do Brasil, Suape se destaca como o maior polo de atração de investimentos do Brasil na atualidade”. O jornalista enuncia os discursos do cotidiano a partir desse posicionamento promove avaliações e acrescenta explicações sobre o Complexo. Ainda nesse gesto, acrescenta que “o complexo tem realizado pesados investimentos em infraestrutura para garantir a chegada de empreendimentos estruturadores, a exemplo do Estaleiro Atlântico Sul, da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape”. Na verdade, conseguimos identificar que da forma-sujeito o jornalista enunciou os discursos ancorados na FD desenvolvimentista-redentora, silenciando os outros discursos possíveis sobre o CIPS.

Já na SD3, com o título, “o tortuoso caminho para Suape”, o jornalista inicia mobilizando um gesto de interpretação que pode projetar, no mínimo, dois efeitos de sentido sobre o CIPS. No primeiro, os sentidos podem sugerir que os caminhos para o desenvolvimento são similares a uma estrada sinuosa, porém como toda estrada há um destino, no caso do texto, Suape é o caminho para o desenvolvimento. Já, no segundo, retrata como o fluxo do desenvolvimento é intenso, sinalizando que há um grande tráfego de veículos em uma *via crucis* para fazer as engrenagens do desenvolvimento funcionar.

Nos trechos seguintes, observamos a filiação do jornalista à FD desenvolvimentista-redentora, ao discursivizar: “todos os dias a mesma cena se repete no fim do expediente, na saída do Complexo de Suape. Ônibus, carros, caminhões se enfileiram em congestionamentos na PE-60, BR 101 e na Estrada do Paiva, fazendo o trânsito beirar o caos”. Esses discursos fazem parte da FD na qual o jornalista ancora seus discursos. Nessa FD, os discursos do capitalismo-industrialismo são sinônimos de desenvolvimento, emprego, renda, entre outros. Ainda, é possível observar que o jornalista faz um gesto de interpretação e nos remete ao que Pêcheux (2014, p.156) denominou de “o poder da *mise en scène* efeito ‘poético’ que faz assistir à cena”, ou seja, assim ao enunciar “todos os dias a mesma cena se repete no fim do expediente”, nesse momento, o leitor é levado a viver a cena relatada pelo jornalista.

Ainda na SD3, o jornalista materializa a nossa compreensão de seu assujeitamento à FD desenvolvimentista, ao enunciar “chegar e voltar ao trabalho se transforma numa via-crucis para 55 mil profissionais [...]. A metáfora da *via-crucis*, (cena bíblica na qual há a descrição do sofrimento de Cristo no caminho do calvário), é ratificada no trecho seguinte, “para 55 mil profissionais que fazem a engrenagem do maior polo de investimentos de Pernambuco funcionar”. Compreendemos que o gesto de interpretação do jornalista permite considerar que, se os trabalhadores fazem parte das engrenagens do “maior polo de investimentos” não deveriam passar pela *via-crucis*, mas ter um acesso mais rápido com destino ao empreendimento. Assim, compreendemos que na SD3, o jornalista ao enunciar os discursos ancorados na FD silenciou os impactos produzidos pelo funcionamento do CIPS.

Já na SD4, observaremos inicialmente o título da notícia: “Americanos de olho em Suape”. O título tem uma importância fundamental para o envolvimento do leitor, em virtude disso, compreendemos que o jornalista ao enunciar no fio do discurso materializou o “já-dito” das discursividades sobre o CIPS. Esse interdiscurso resgata a memória das condições de produção do discurso sobre o Complexo nos remetendo ao momento no qual havia a disputa entre os Estados do NE para a instalação do equipamento. Ainda na SD4, o jornalista inicia o relato discorrendo sobre a visita da embaixadora americana ao CIPS e relata sobre o interesse dos americanos em investir no complexo. No trecho seguinte, discursiviza, na posição de “bom-sujeito” da formação discursiva, os seguintes enunciados: “Impressionada com a estrutura do Complexo Portuário e Industrial de Suape, a diplomata mostrou-se otimista com os investimentos americanos na região”. Além do posicionamento do jornalista na condição de seu assujeitamento à FD, no fio do discurso materializa o “já-dito” sobre o CIPS, ou seja, o empreendimento sempre sinônimo de investimentos e retornos financeiros. Diante disso, observamos que na SD4 os impactos ao meio ambiente provocados pelo empreendimento são silenciados, em virtude do assujeitamento do jornalista à FD desenvolvimentista-redentora.

Já na SD5, a jornalista projeta, com um gesto de interpretação, os seguintes enunciados: “O governador Eduardo Campos entrega um conjunto expressivo de empreendimentos estruturadores e companhias de classe mundial, mas o desafio que deixa para seu sucessor em termos de infraestrutura vai exigir forte mobilização, [...]. Esse gesto produz no leitor os seguintes efeitos de sentidos: primeiro, que há uma preocupação em o sucessor não ter a habilidade de gerenciar de forma eficiente os recursos. Já, o segundo é de que, o mau gerenciamento poderá provocar uma inércia nos rumos da economia de Pernambuco. E, acrescenta: “sob pena de não ser possível se pensar num novo ciclo de crescimento sobre o que foi obtido até agora e nos levar à nova estagnação de nossa

economia". Observamos que os discursos da Formação Ideológica capitalista-industrialista da qual emergiu a FD desenvolvimentista-rendedora se materializam nas palavras do jornalista, particularmente, quando ele projeta os enunciados “um novo ciclo de crescimento” e “nossa economia”. O que de fato, ratifica a nossa compreensão de que os discursos sobre os impactos ambientais foram e são silenciados a partir do assujeitamento do sujeito discursivo à FD.

No Domínio 2, observamos que os sujeitos nas SD1, SD2, SD3, SD4 e SD5 se filiaram à Formação Discursiva desenvolvimentista-redentora. Ao enunciarem os jornalistas ancoravam os seus discursos nessa FD, projetando os efeitos de sentido sobre o CIPS para o leitor como o grande impulsionador da economia pernambucana, gerador de crescimento, aglutinador de investimentos etc. Dessa forma, depreendemos que essa filiação acabou silenciando para o leitor os impactos ambientais e socioambientais provocados pelo empreendimento. Por outro lado, ao se filiarem à FD os sujeitos ao discursivizarem sobre o CIPS silenciaram para o leitor os impactos ambientais e socioambientais provocados pelo empreendimento.

6.2.3 Análise das Sequências discursivas do Domínio 4 (*Folha de Pernambuco*)

Sequência discursiva 1:

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico pretende apresentar, dentro de 60 dias, o projeto executivo para reformulação do acesso viário à **Ilha de Tatuoca**. O local, situado no município de Ipojuca, é onde está sendo construído o **Estaleiro Atlântico Sul (EAS)**, cujo impacto ambiental da obra tem sido alvo de críticas recorrentes de entidades civis e habitantes da área. A proposta de **uma nova via** foi a resposta dada pelo gestor da Pasta e presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Fernando Bezerra Coelho, aos **apelos de intervenção** feitos ontem durante a audiência pública na Assembleia Legislativa (ESTALEIRO, 2008, grifo nosso).

Sequência discursiva 2:

Workshop discute impacto do Porto em PE. Hoje, no auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai - PE), haverá o Workshop Estratégico Suape – 2030. A **finalidade é discutir o desenvolvimento gerado pelo Complexo Industrial Portuário e os impactos que serão causados em Pernambuco**. Serão nove palestras relacionadas ao **desenvolvimento industrial, desenvolvimento de recursos humanos e social, meio ambiente e infraestrutura**. [...] o Suape global. Criado em 2000, o projeto visa consolidar Pernambuco como polo provedor de bens e

serviços da indústria de petróleo, gás, offshore e naval (MARINHO, 2010, grifo nosso).

Sequência discursiva 3:

O terminal de contêineres do Porto de Suape terminou o ano de 2010 acima das nove toneladas de cargas e prevê que, em 2011, chegue a dez milhões de toneladas. **“Isso vai nos transformar em um porto maior que o de Paranaguá no Paraná (um dos maiores do País)”,** disse o vice-presidente de Suape, Frederico Amâncio. **Os índices mostram os trilhos pelos quais seguem o desenvolvimento do Estado e, principalmente, previsões otimistas.** No entanto, ainda se lida com **déficit de mão de obra e de escolaridade, que estão do outro lado do crescimento de Pernambuco: os números e previsões astronômicas de Suape versus as dificuldades de acompanhar a velocidade como as cifras crescem por aqui** (NOTARO, 2011, grifo nosso).

Sequência discursiva 4:

A implantação da petroquímica no Complexo Industrial de Suape, a Refinaria Abreu e Lima, o polo farmacoquímico e a instalação da montadora da Fiat foram alguns dos investimentos citados por Guedes. “Para se ter uma ideia do quanto o mercado de gás está em expansão em Pernambuco, de seis a oito meses para cá, a Companhia triplicou a quantidade de combustível para empresas automobilísticas”, destacou o presidente, ressaltando que quando a Refinaria Abreu e Lima entrar em operação, ela deve consumir até 1,9 milhões de metros cúbicos por dia. **“Além disso, Suape vai ganhar sua primeira termelétrica a gás, o que vai estimular uma maior concorrência com a Petrobras e, com isso, o insumo vai sofrer uma queda no preço.** Agora, a **CNI não enxergar essa quantidade de investimentos que vem sendo feito no Estado,** só pode ser falta de informação e embasamento”, opinou Aldo Guedes (COSTA, 2014, grifo nosso).

Sequência discursiva 5:

Petrobras repassa R\$ 45mi para meio ambiente em PE. Intertítulo – Desapropriações e vagas em discussão. A audiência pública foi marcada para discutir o impacto ambiental da Refinaria Abreu e Lima, mas as questões sociais foram as que mais apareceram nas intervenções do público durante o evento. Associações comunitárias e moradores da região questionaram as desapropriações de Suape e o acesso dos moradores da região aos empregos que serão criados pela refinaria. O presidente da Associação de Moradores do Engenho Massangana, Moisés Santos, afirmou que 161 famílias retiradas da área, entre 2006 e 2007, estão planejando entrar na justiça contra o governo para serem indenizadas pelas desapropriações. **“Famílias receberam indenizações muito baixas, entre R\$ 5mil e R\$ 7 mil, algumas nem chegaram a receber”** (CRISTO, 2007, grifo nosso).

Antes de iniciar as análises desse Domínio, cabe-nos considerar que as SDs foram constituídas a partir do arquivo empírico. O jornal *Folha de Pernambuco* é o mais recente em circulação no estado, foi fundado no ano de 1998. Diante disso, esse será o único bloco desse veículo a ser analisado. Nesse caso, iremos observar se os jornalistas discursivizaram ancorando os seus discursos na FD desenvolvimentista-redentora; os efeitos de sentidos projetados para o leitor sobre o CIPS; e se os impactos ambientais e socioambientais gerados pelo empreendimento circularam.

Na SD1, observamos, inicialmente, o título da notícia de que o “Estaleiro – acesso viário terá novo projeto executivo”. Um aspecto que chamou a nossa atenção foi a denominação, ou seja, ao enunciar o “novo projeto executivo” o jornalista com seu gesto de interpretação apagou para o leitor os outros efeitos de sentido possíveis, por exemplo: qual seria o projeto executivo ‘anterior’ o ‘velho’? Inferimos que havia um projeto executivo anteriormente e que no texto foi apagado com a denominação do “novo”. Essa situação refere-se ao que Orlandi (2007) afirma: que a denominação apaga outros sentidos.

Ainda, na SD1, no trecho seguinte, o jornalista traz a informação sobre a reformulação do acesso viário à Ilha de Tatuoca. Nesse momento, observamos que o jornalista produz um gesto de interpretação para projetar explicações sobre o complexo, vejamos: “O local, situado no município de Ipojuca, é onde está sendo construído o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), cujo impacto ambiental da obra tem sido alvo de críticas recorrentes de entidades civis e habitantes da área”.

Observamos, ainda, que o jornalista discursiviza os enunciados da contra-identificação FD do qual é sujeito, projetando os efeitos de sentido de que, de fato, há impactos ambientais gerados pela obra do empreendimento, sinalizando que determinados grupos da sociedade têm feito críticas. Esse gesto do jornalista deixa eclodir para o leitor que as obras do CIPS provocam impactos ambientais tanto para os moradores como para a circunvizinhança do empreendimento. Conclui a SD1 enunciando que a proposta da nova via foi uma resposta do presidente do CIPS aos “apelos de intervenção” durante a audiência pública. Nos trechos sinalizados anteriormente, identificamos que o jornalista volta a enunciar da posição-sujeito da FD que o domina, por considerarmos que o seu gesto de interpretação de enunciar “aos apelos de intervenção” projetou para o leitor que a resposta a essa demanda estaria resolvida com o “novo projeto”, dessa forma, silenciou tanto os discursos dos “moradores” e “entidades civis”, assim como os impactos produzidos pelo empreendimento.

Já na SD2, o jornalista informa sobre um *workshop*, evento no qual será discutido o impacto do porto em Pernambuco. Ao iniciar seus enunciados, percebemos a filiação do

jornalista à FD desenvolvimentista-redentora e discursiviza, a partir da posição de “bom sujeito”, os seguintes trechos: “a finalidade é discutir o desenvolvimento gerado pelo Complexo Industrial Portuário e os impactos que serão causados em Pernambuco”. Observamos que o “desenvolvimento” se refere aos discursos ancorados na Formação discursiva desenvolvimentista-redentora, apresentando as palavras ancoradas nessa FD, a saber: “crescimento”, geração de “emprego” e a “renda”. Ao enunciar os impactos, o jornalista está se referindo aos impactos positivos que serão gerados pelas atividades de Suape. A nossa constatação é reforçada nos enunciados seguintes: “serão nove palestras relacionadas ao ‘desenvolvimento industrial’”, os trechos podem ser considerados o “já-lá”, isto é, interdiscurso projetados pela Formação Ideológica capitalista-industrialista originária das condições de produção do discurso sobre o CIPS, período no qual o equipamento foi planejado imerso em uma aura discursiva de ‘salvador’ da economia de Pernambuco. Diante disso, o jornalista, ao ancorar os discursos na FD desenvolvimentista-redentora, enuncia os ditos nela ancorados, silenciando outros sentidos possíveis.

Ainda, na SD2, ao discursivizar sobre a programação do evento, podemos observar a materialização do gesto de interpretação, ao apresentar que são palestras concernentes ao “desenvolvimento industrial, desenvolvimento de recursos humanos e sociais, meio ambiente e infraestrutura”. Já no trecho seguinte, ao citar o projeto Suape Global, com o gesto de interpretação, enuncia explicando e avaliando o referido projeto “visa consolidar Pernambuco como polo provedor de bens e serviços da indústria de petróleo, gás, offshore e naval”.

A análise da SD2 leva-nos a concluir que o jornalista, ao se filiar à FD desenvolvimentista-redentora, silenciou os impactos ambientais produzidos pelo CIPS e projetou para o leitor os efeitos de sentido ancorados na FD de que o CIPS é “a redenção para o Estado”, discursos ancorados nessa FD. Para trazer seu posicionamento sobre o CIPS, o jornalista enunciou a partir da posição-sujeito da FD, mobilizando gestos de interpretação para lançar para o leitor efeitos de sentido sobre o Complexo de Suape, dentre esses efeitos, o de Suape como um ‘propulsor da economia de Pernambuco’.

A SD3, no título da notícia, “48 milhões de toneladas em Suape até 2014”. Consideramos esse título o primeiro gesto de interpretação realizado pelo jornalista ancorando os seus discursos na FD desenvolvimentista-redentora. Tal gesto pode remeter ao leitor os efeitos de sentido sobre o CIPS de um empreendimento de sucesso e lucrativo. Para corroborar o seu posicionamento atribui os enunciados a outro enunciador, “isso vai nos transformar em um porto maior que o de Paranaguá no Paraná (um dos maiores do País)”, o que nos remete ao já discutido por Tuchman (2016) e Hall *et al.* (2016) sobre o

posicionamento de jornalistas nos textos. De outra parte, percebemos que o jornalista enuncia os discursos ancorados na FD desenvolvimentista-redentora, no fio de discurso, observamos o “já-dito” das condições de produção do discurso sobre o CIPS na qual podemos identificar que os efeitos de sentido para o leitor são do empreendimento como o “grande salvador” dos problemas econômicos e sociais do estado.

Ainda na SD3, é possível constatar que os jornalistas quando enunciam os discursos da FD desenvolvimentista-redentora e discursivizam sobre o CIPS há sempre uma valoração positiva, quantitativa e competitiva como efeitos de sentido projetados para o leitor. Podendo-nos levar a concluir que os discursos sobre os impactos ambientais e socioambientais são apagados pelo leitor ou são enunciados apenas na falha do ritual do processo discursivo do assujeitamento do sujeito.

No trecho seguinte, o jornalista explica: “os índices mostram os trilhos pelos quais seguem o desenvolvimento do Estado e, principalmente, previsões otimistas”, com esse gesto de interpretação, o jornalista projeta para o leitor os efeitos de sentido de que o alardeado ‘crescimento’ e ‘desenvolvimento’ é mensurável pelos índices e eles apontam os que o Estado está seguindo. Posteriormente, o jornalista efetiva um gesto de interpretação que pode reverberar para o leitor que um dos empecilhos para o desenvolvimento se constitui na pouca qualificação e escolarização da mão de obra local, vejamos: “no entanto, ainda se lida com déficit de mão de obra e de escolaridade, que estão do outro lado do crescimento de Pernambuco”. Julgamos esses enunciados como ancorados na FD desenvolvimentista-redentora, por lançarem para o leitor o efeito de sentido da responsabilização das pessoas pelas questões como: a pouca qualificação escolar como entrave para o acesso aos empregos ofertados pelo CIPS. E, ainda por configurar o impacto do crescimento desenfreado e sem controle como algo salutar à vida das pessoas sem discutir os aspectos que envolvem esse crescimento, tais como: congestionamentos nos acessos ao CIPS, as indenizações dos moradores da circunvizinhança que não estavam sendo pagas; as mudanças nos territórios que abrange os municípios que compõem o Território Estratégico de Suape, dentre outros. Esses aspectos são considerados impactos negativos que o CIPS que o empreendimento pode trazer para a vida das pessoas. O jornalista conclui com os seguintes enunciados, “os números e previsões astronômicas de Suape versus as dificuldades de acompanhar a velocidade como as cifras crescem por aqui”. Observamos que no trecho sinalizado o jornalista retoma a posição-sujeito de “bom-sujeito” da FD e discursiviza os saberes nela ancorados, ou seja, o “já-dito” de que o CIPS tem sido projetado como o “grande impulsionador da economia do Estado e da região Nordeste”.

Na SD4, o jornalista inicia o seu relato informando ao leitor sobre a implantação de empreendimentos tanto na área de Suape como na região metropolitana. Ao se posicionar no texto, o jornalista enuncia que “foram alguns dos investimentos”. Esse gesto de interpretação projeta para o leitor os efeitos de sentido de que pode haver mais investimentos do que aqueles que foram citados. Para ratificar a sua aproximação a forma-sujeito da FD desenvolvimentista-redentora o jornalista se posiciona, mas utiliza os definidores-primários, conforme Hall *et al.* (2016). Diante disso, atribui os enunciados ao Secretário, Aldo Guedes, “para se ter uma ideia do quanto o mercado de gás está em expansão em Pernambuco, de seis a oito meses para cá, a Companhia triplicou a quantidade de combustível para empresas automobilísticas”. Em nossa compreensão, ao trazer os enunciados do secretário de Estado para o texto, havia a intenção do jornalista de atribuir legitimidade à notícia.

De outra parte, na literatura, falando do trabalho jornalístico Hall *et al.* (2016, p. 325) afirmam que os *media* “ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem aos poderosos [...], favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio”.

No trecho seguinte da SD4, o jornalista realiza um gesto de interpretação e apresenta uma explicação para o leitor, atribuindo o “dito” a outro enunciador, “ressaltando que quando a Refinaria Abreu e Lima entrar em operação, ela deve consumir até 1,9 milhões de metros cúbicos por dia”. Ainda na SD4, no trecho seguinte, o jornalista na posição de “bom-sujeito” da FD desenvolvimentista-redentora enuncia, atribuindo os enunciados a outro enunciador, observemos: “além disso, Suape vai ganhar sua primeira termelétrica a gás, o que vai estimular uma maior concorrência com a Petrobras e, com isso, o insumo vai sofrer uma queda no preço”. Com esse gesto, o jornalista, projeta para o leitor os efeitos de sentido sobre o empreendimento apenas na ênfase econômica, porém silencia os aspectos dos impactos ambientais que o empreendimento pode trazer para a região. O silenciamento nesse aspecto é o que considera Orlandi (2007) diz “x” para não dizer ‘y”, sendo o “y” os sentidos que devem ser silenciados.

Nos trechos seguintes da SD4, o jornalista discursivizando ditos ancorados na FD que o domina, atribui novamente na posição-sujeito da FD, enunciando, “CNI não enxergar essa quantidade de investimentos que vem sendo feito no Estado, só pode ser falta de informação e embasamento”, no fio do discurso, observamos os “ditos” ancorados na FD desenvolvimentista-redentora, ou seja, os discursos do “desenvolvimento”, do “crescimento” e do “investimento” que o funcionamento do CIPS traria para o Estado de Pernambuco e para a região Nordeste.

Na SD5, o jornalista, com um gesto de interpretação, se aproxima do leitor ao trazer no título da notícia “Petrobras repassa R\$ 45mi para meio ambiente em PE”. Observamos, inicialmente, com o título a contra-identificação do jornalista com a FD que o domina. Concluímos que, a falha no ritual do processo de discursivo, no assujeitamento do sujeito, reverbera os discursos da resistência à FD, isto é, os impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo CIPS. O que nos remete à Orlandi (2013) ao afirmar que, a materialidade dos gestos de interpretação influencia no real dos sentidos.

Já no intertítulo, “desapropriações e vagas em discussão”, observamos o que Pêcheux (2014) afirma que as palavras não têm um sentido literal elas mudam de sentido a partir das posições sustentadas por aqueles que as enunciam, ou seja, o gesto de interpretação do jornalista produz no leitor o efeito de sentido de que tanto as desapropriações como as vagas de trabalho no empreendimento serão objeto de discussão na audiência pública.

Ainda na SD5, o jornalista relata: “A audiência pública foi marcada para discutir o impacto ambiental da Refinaria Abreu e lima, mas as questões sociais foram as que mais apareceram nas intervenções do público durante o evento”. Nesse momento, percebemos que com esse gesto de interpretação o jornalista projeta para o leitor os efeitos de sentido de que existem impactos da Refinaria e eles seriam objetos de discussão na Audiência Pública, mas que “as questões sociais” foram aquelas mais demandadas pelo público durante a realização do evento, em detrimento dos aspectos ambientais que poderiam ter sido discutidos.

Ainda, na SD5, no trecho seguinte, constatamos que o jornalista enuncia: “Associações comunitárias e moradores da região questionaram as desapropriações de Suape e o acesso dos moradores da região aos empregos que serão criados pela refinaria”. Esse gesto ratifica que o jornalista ao enunciar os trechos recortados da SD5 produz no leitor o efeito de sentidos de que é uníssono o questionamento dos moradores tanto no que diz respeito às desapropriações realizadas pelo CIPS, bem como, aos empregos que foram criados pela Refinaria.

Nos trechos seguintes da SD5, identificamos que o jornalista relata que o presidente da Associação de Moradores do Engenho Massangana, “[...], afirmou que 161 famílias retiradas da área, entre 2006 e 2007, estão planejando entrar na justiça contra o governo para serem indenizadas pelas desapropriações.” O que identificamos mais uma vez com a contra-identificação do jornalista os discursos dos impactos ambientais e socioambientais gerados pelas atividades do Complexo Industrial de Suape são enunciados e até denunciados.

Na SD5, diferentemente das demais, o gesto de interpretação mobilizado pelo jornalista projeta uma voz contra hegemônica a do presidente da Associação de Moradores do

engenho Massangana, vejamos os enunciados: “famílias receberam indenizações muito baixas, entre R\$ 5mil e R\$ 7 mil, algumas nem chegaram a receber”. Com a análise da SD5, observamos que o jornalista discursivizou os impactos produzidos pelo CIPS na vida da comunidade circunvizinhaça do empreendimento. Outro aspecto a ser considerado é que, nesses casos, mesmo não havendo o controle do sujeito sobre o seu “dito”, já que ele enuncia a partir de seu assujeitamento à FD que o domina ou na resistência a esse processo. Podemos considerar que um dos efeitos de sentido lançados para o leitor sobre o Complexo consiste na denúncia de práticas que viola os direitos dos cidadãos.

6.3 OS DISCURSOS SOBRE O CIPS NA IMPRESSA ESCRITA PERNAMBUCANA NO PERÍODO DE 2007 A 2014

A observação das SDs do Grupo 2, nos possibilitou algumas considerações. No Domínio 2 – (*Diario de Pernambuco*), os jornalistas, na maioria dos casos, enunciaram filiados à FD desenvolvimentista-redentora, projetando para o leitor efeitos de sentido, dentre eles: as disputas nas quais o Complexo precisa vencer para permanecer na liderança do desenvolvimento econômico; o empreendimento como um grande gerador de empregos e movimentador da economia local; os investimentos que chegaram no Estado, em virtude de seu desempenho. Esses efeitos de sentido projetados para o leitor sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape vêm a compor um grande mosaico de discursividades sobre o empreendimento e suas atividades na sociedade.

Percebemos que essas discursividades sobre o CIPS fazem parte do “já-la” do interdiscurso projetado pela FI projetado na FD, dentre essas discursividades estão: os discursos do industrialismo, do capitalismo, os discursos da relação entre o PIB, o crescimento econômico *versus* projetando desenvolvimento.

Consideramos que no embate das forças que regem à FD, os jornalistas ao discursivazem ancoraram seus discursos nos saberes da formação discursiva desenvolvimentista-redentora silenciando os impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo empreendimento. Identificamos, ainda, que os jornalistas mobilizaram gestos de interpretação para lançarem diferentes efeitos de sentido sobre o Complexo, dentre eles: enaltecendo o dito desenvolvimento em Pernambuco atribuindo às atividades do Complexo, alardeando os impactos positivos do empreendimento na economia do Estado e da região Nordeste e difundindo o equipamento como gerador de empregos.

Nesse Domínio, os impactos produzidos pelo CIPS foram enunciados quando os jornalistas se contra-identificaram com os discursos ancorados na FD. Porém, observamos que, houve a discursivização dos impactos socioambientais, ampliando-os para além do ambiente natural, trazendo as suas consequências para a sociedade com todo.

Ainda, nesse domínio, identificamos que ao enunciar os impactos socioambientais, o jornalista mobiliza o gesto de interpretação que projeta os efeitos de sentido, abrindo o espaço do jornal para as “vozes” que não fazem parte das fontes creditadas (cientistas, autoridades, empresários, etc.); lançando para o leitor as denúncias de violação aos direitos individuais e coletivos gerados, nesse caso, pelo CIPS.

De outra parte, compreendemos que os discursos que tratam as questões, problemas ambientais e socioambientais precisam romper o silenciamento para ser enunciado, consistindo em tipo de discurso de resistência.

Já no Domínio 3 – (*Jornal do Commercio*), percebemos que os jornalistas enunciaram, na maioria das situações, filiados à FD dominante. Com esse gesto de interpretação, projetaram para o leitor os efeitos de sentido sobre o CIPS, tais como: impulsionador da economia local, gerador de emprego e renda, dentre outros. O que nos faz concluir que, ao discursivizar os discursos ancorados na FD dominante, os impactos ambientais provocados pelo Suape serão silenciados, eventualmente, na contra-identificação do sujeito com a FD é que, no entremeio, os sentidos outros, possam emergir.

Nesse domínio, ainda, percebemos que na SD3, o jornalista, na contra-identificação, mobiliza o gesto de interpretação, discursivizando uma narrativa, projetando, assim, efeitos de sentido para o leitor sobre os impactos socioambientais produzidos pelo empreendimento. Esse gesto de interpretação, além de produzir a adesão do leitor, também permite uma identificação do leitor com o fato narrado.

No Domínio 4 – (*Folha de Pernambuco*), identificamos que os jornalistas, na maioria dos casos, enunciaram os discursos ancorados na FD dominante, projetando para o leitor efeitos de sentido sobre o empreendimento, tais como: impulsionador da economia local; um dos maiores portos do país; maior gerador de empregos e de grandes investimentos de Pernambuco e da região Nordeste, dentre outros. Identificamos que se tratava do “já-lá” projetados pela Formação ideológica, restando ao sujeito enunciá-los ao ancorarem os discursos na FD dominante. Dessa forma, consideramos que com o movimento de contra-identificação do sujeito, os efeitos de sentido sobre os impactos ambientais produzidos pelo CIPS possam ser projetados para o leitor.

Assim, como nos outros dois domínios, neste, também tivemos o jornalista se contra-identificando com os discursos ancorados na FD e enunciando os impactos socioambientais provocados pelo CIPS. Nesse caso, o jornalista também produziu gesto de interpretação para trazer considerações sobre as questões e problemas ambientais, particularmente, para relatar as violações aos direitos das populações das áreas circunvizinhas ao empreendimento. Além disso, ao mobilizar alguns gestos, o jornalista, projetou para o leitor os efeitos de sentido sobre o CIPS, dentre eles: o não pagamento das indenizações das desapropriações; o baixo valor das indexações pagas; a instalação de empreendimentos poluentes; o questionamento do acesso às vagas de trabalho pelos moradores locais.

Nesse sentido, percebemos que na contra-identificação, os jornalistas, na ilusão do dizer, enunciaram os impactos ambientais e socioambientais gerados pelo CIPS.

Com isso, compreendemos que os impactos ambientais produzidos por grandes empreendimentos, no caso desta pesquisa, ocasionados pelo CIPS precisam romper as barreiras do silenciamento para serem enunciados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos ambientais provocados por grandes empreendimentos, na atualidade, ficam obscurecidos da sociedade por estarem inseridos nas discursividades do capitalismo-industrialista. Podemos dizer que, por um lado, há uma urgência no sentido de ampliar essas discussões para que sejam inseridas na agenda pública, particularmente, pelos riscos que envolvem toda a sociedade e pela gravidade que o assunto aponta. Contudo, de outra parte, há resistências nos encaminhamentos ao debate, uma vez que, em alguns casos, ferem tanto os interesses corporativos de grandes grupos econômicos como os acordos firmados com os agentes públicos.

Acreditamos que essas discussões sobre os impactos ambientais produzidos ou provocados por esses empreendimentos precisam eclodir dos espaços consolidados de debates e se tornarem de domínio público para que ações possam ser adotadas. Não é possível, em pleno século XXI, que por via de regra, os assuntos se tornem públicos nos eventos catastróficos ou nos crimes de natureza ambiental ou socioambiental.

Um ponto neurálgico é que o silenciamento desses impactos, particularmente, por aqueles que deveriam torná-los públicos, nesta tese, o discurso jornalístico, também se constitui, ainda, em uma forma de silenciar aqueles que se encontram nas regiões e nas comunidades diretamente afetadas pelas atividades dessas companhias.

Ao analisarmos os discursos sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), identificamos que os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento, geralmente, não faziam parte das notícias que circulavam nas páginas dos jornais tradicionais do estado. Essas notícias, independente da fonte, (*Diario de Pernambuco, Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco*), traziam um enfoque em comum, a saber:

- a) Estabelecem uma relação de crescimento e desenvolvimento com a instituição;
- b) projetam a imagem da organização como o grande captador de aporte financeiro para o Estado;
- c) associam ao empreendimento a imagem de grande provedor de emprego e renda, dentre outros.

No entanto, compreendemos que os discursos se configuram como lugar de lutas e embates. Conquanto, o discurso jornalístico possui, na sociedade, legitimidade, pela natureza de suas atribuições, se constituindo em um lugar autorizado para fazer chegar à agenda pública as demandas sociais. Além desse aspecto, é pelo discurso jornalístico que o cidadão

tem acesso à informação sobre os temas, os problemas e as questões públicas e, a partir dessas informações, constrói os sentidos e exerce a sua cidadania.

A partir dessas observações, estabelecemos os capítulos teóricos desta pesquisa. Ressaltamos que não tivemos a pretensão de fazer profundas discussões teóricas, entretanto, procuramos, na medida do possível, estabelecer as aproximações e trazer as conceituações que possibilitassem uma melhor observação do *corpus discursivo* da tese.

Nos capítulos teóricos, iniciamos, mobilizando os conceitos da Análise do discurso (AD). A AD se constitui em uma teoria discursiva para a qual as análises têm como objetivo interpretar o objeto, observando o funcionamento do processo discursivo. Realizamos, assim, o nosso gesto de interpretação, fizemos uma breve observação sobre as discursividades, naquilo que se pode conceber como o embrião dos discursos ambientais, adentramos sobre algumas percepções de natureza e meio ambiente e como esses discursos vieram a compor as discursividades sobre os (discursos sobre o meio ambiente). Entretanto, os objetos a serem observados, nesta tese, consistiam nos discursos sobre o CIPS. De outra parte, vale ressaltar que, é possível que se a nossa relação com a natureza e o meio ambiente natural e humano fosse alicerçado em outras bases (base do respeito e da indissociabilidade homem e meio ambiente, humano e não-humano) os discursos projetados sobre o Complexo poderiam ser outros.

Diante disso, não nos furtamos de observar as discursividades sobre o jornalismo, particularmente, pela sua função e responsabilidade social. Assim sendo, identificamos que, na prática discursiva dos jornalistas, os aspectos da produção da notícia permeiam o “fazer” desses profissionais e são projetados nas suas discursividades, dentre eles: a convocação de fontes creditadas (políticos, empresários, o poder público e os cientistas), o afastamento e/ou falta de espaço para as outras “vozes” que compõem o ambiente social, e, consequentemente, a legitimidade pública de um discurso isento e objetivo. Contudo, como já esclarecemos, não estamos trabalhando com a perspectiva de sujeito empírico, acreditamos que o jornalista, nos deslizes do sujeito ou durante a falha no ritual do processo discursivo, na contra-identificação, com os discursos ancorados na FD, discursivizou os impactos ambientais e socioambientais gerados por Suape.

Desta forma, ao observamos, os discursos ambientais, percebemos que emergem, concomitantemente, com os discursos da comunicação ambiental. Os discursos ambientais, por sua heterogeneidade, são enunciados, a partir de distintos lugares sociais. Já a Comunicação ambiental, por ser interdisciplinar, também irá ser enunciada a partir de posições enunciativas distintas.

No tocante a essa discussão, identificamos, ainda que, os discursos ambientais e o da comunicação ambiental são discursos, que, por serem enunciados na sociedade de risco, também são projetados pelos sujeitos, contudo, não com a mesma intensidade que os discursos do capitalismo. Em relação aos fatos, consideramos que na “modernidade reflexiva” há a real possibilidade do progresso, se transformar em autodestruição, particularmente, diante das ações de um capitalismo voraz e do industrialismo veloz, como já considerou Beck (2010). Além disso, percebemos que há um conflito discursivo imbricado na prática discursiva dos sujeitos entre os discursos ambientais e os do capitalismo-industrialista provenientes da dinâmica social.

Concluímos, que é preciso considerar em quais formações discursivas estão ancorados os discursos sobre os problemas e impactos ambientais com a finalidade de se ter a compreensão de como essas discursividades se apresentam na prática discursiva dos sujeitos (jornalistas). Além do mais, é salutar identificar os efeitos de sentido projetados para o leitor a partir do assujeitamento do jornalista à FD ou a sua contra-identificação com os ditos nela ancorados.

Assim sendo, inicialmente, observamos o funcionamento do processo discursivo, do ano de 1975, com o propósito de compreender as condições de produção do discurso sobre o CIPS, uma vez que elas permitiriam que visualizássemos os jogos de imagens (formações imaginárias) nas quais o jornalista estava inserido ao enunciar sobre o Complexo de Suape.

Inicialmente, identificamos que das condições de produção do discurso emerge a Formação Ideológica Capitalista-Industrialista. Essa FI deriva, por força do momento econômico, histórico e social próprio, isso quer dizer: o país estava sob a égide do momento econômico denominado de “milagre econômico” e sob o comando da ditadura militar. Já em Pernambuco, como afirmamos anteriormente, havia o fracasso da indústria do álcool e do açúcar e a premência de se buscar um produto novo para impulsionar a economia local.

Consequentemente, da formação ideológica capitalista-industrialista é projetada a Formação discursiva desenvolvimentista-redentora.

Consideramos que nos deslizes do sujeito, na falha no processo discursivo no ritual de assujeitamento do sujeito à FD, os jornalistas enunciaram sobre o CIPS. Nesses momentos as discursividades apontavam os impactos ambientais e socioambientais projetados pelo empreendimento. Na perspectiva de Pêcheux (2014), os sentidos das palavras dependem da posição daqueles que as enunciam. Diante disso, os discursos dos jornalistas ou se contra-identificarem com a FD, enunciaram sobre desenvolvimento na crítica ao condicionamento ao crescimento econômico e aos índices de mercado, ou seja, participam de um desenvolvimento

envolvendo uma perspectiva do cuidado com o meio ambiente e com a vida das pessoas. Esses discursos não negam o desenvolvimento, mas consideram que ele deve favorecer, oportunizar e cuidar da vida de todos, humanos e não-humanos.

Nessa perspectiva, apontamos como hipótese de trabalho, na introdução da tese: as condições de produção do discurso *sobre* o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), a partir das formações ideológicas e formações discursivas silenciaram na mídia pernambucana os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento.

Tal hipótese foi confirmada porque os discursos sobre o CIPS se ancoraram na Formação discursiva desenvolvimentista-redentora na qual os jornalistas projetaram os seus discursos e enunciaram produzindo os efeitos de sentido sobre o empreendimento para o leitor. Dessa forma, comprehende-se que o assujeitamento do jornalista à FD desenvolvimentista-redentora silenciou os impactos ambientais e socioambientais gerados pelo CIPS.

Nesse ínterim, verificamos que, na falha no processo discursivo, os jornalistas enunciaram os discursos dos impactos ambientais, socioambientais gerados por Suape. Apesar disso, esses discursos para serem enunciados precisavam vencer os embates das forças que regem à formação discursiva, circulando nos entremeios para, só assim, romper o silenciamento. Reconhecemos, com isso, que os discursos ambientais e socioambientais podem ser compreendidos como um tipo de discurso heterogêneo e de resistência.

Notadamente, inserimos os discursos dos impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo CIPS como um tipo de discurso heterogêneo e de resistência. Chegamos a essa constatação, ao identificar que só na falha do ritual do processo discursivo esses discursos foram proferidos, rompendo com o embate de forças que regem a FD para serem enunciados. Para corroborar essa situação, identificamos, que as vozes contra hegemônicas só foram enunciadas na contra-identificação do jornalista com a FD. Dessa forma, sinalizando que o processo de silenciamento e dessas vozes nas páginas dos jornais tradicionais.

Observamos, inclusive, que os jornalistas ao discursivizarem, na maioria dos casos, mobilizaram gestos de interpretação para projetar para o leitor os efeitos de sentidos dos impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo Complexo de Suape. Consideramos, ainda, que esses gestos, em alguns casos, consistiam em discursividades que projetavam para o leitor os efeitos de sentido de denúncia dos impactos e das violações dos direitos das pessoas.

Com essas considerações destacadas, apresentaremos uma síntese das análises do *corpus discursivo* desta pesquisa.

Inicialmente, traremos as análises do Grupo 1 dos três Domínios, a saber: Domínio 1 (*Jornal da Cidade*), bloco 1; Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), bloco 1; Domínio 3 (*Jornal do Commercio*), bloco 1.

Com as análises desses blocos de Sequências Discursivas – SDs, observamos o funcionamento do processo discursivo com o propósito de verificar:

- a) Em quais formações discursivas se inscreverem os jornalistas ao enunciarem sobre o CIPS;
- b) Quais efeitos de sentido os jornalistas projetaram para o leitor sobre o CIPS ao se filiarem à FD.
- c) Os impactos ambientais e socioambientais gerados pelo o CIPS foram discursivizados pelos jornalistas?

Síntese das análises do bloco 1:

Domínio 1 (*Jornal da Cidade*), bloco 1.

<i>Jornal da Cidade</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
Cientistas lançam “Manifesto” contra Suape; condenando a construção do CIPS; sete profissionais alguns de renome internacional; entraram em cena novos profissionais; filho de uma geração de projetos de impactos; proposta de redenção-industrial para Pernambuco.	Os cientistas estão contra a construção do CIPS; há o desmerecimento dos profissionais; os novos profissionais são mais qualificados; o CIPS vai salvar a economia de Pernambuco; o CIPS é um projeto de impacto econômico para o Estado.
Os jornalistas mobilizaram gestos de interpretação para projetar efeitos de sentido sobre o CIPS para o leitor	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS são silenciados para o leitor.	

Jornal da Cidade

<i>Jornal da Cidade</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor

Julgam satisfazer as aspirações da população sem consultá-la; faz críticas ao modelo de desenvolvimento econômico; o	O governo está tomando decisões sem consultar à população; o modelo de desenvolvimento não atende às necessidades das pessoas.
O jornalista mobilizou gestos de interpretação para projetar os efeitos de sentido dos impactos ambientais e socioambientais que poderiam ser gerados pelas obras de construção do CIPS e com o funcionamento no futuro.	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS rompem o silenciamento da FD e são difundidos pela mídia.	

Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), bloco 1.

<i>Diario de Pernambuco</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
Suape extinguirá a miséria; será mais emprego, mais renda; maior poder aquisitivo; empreendimentos dinamizadores do desenvolvimento; urbanização e progresso industrial.	Suape irá livrar o Estado e a região da pobreza; grande gerador de emprego e renda; potencializador da economia de Pernambuco; Suape traz progresso.
O jornalista mobilizou gestos de interpretação projetando o já-lá do interdiscurso da FD. O jornalista estava dominado pela FD dominante, “bom-sujeito” da FD.	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS foram silenciados para o leitor.	

Domínio 3 (*Jornal do Commercio*)

<i>Jornal do Commercio</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
Opção para Pernambuco crescer mais; O projeto Suape é mais que uma opção econômica;	Única alternativa econômica para Pernambuco; Suape irá oportunizar outras áreas além da econômica.
O jornalista mobilizou gestos de interpretação para projetar os efeitos de sentido sobre o CIPS.	
O jornalista era o “bom-sujeito” da FD dominante.	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS são silenciados para o leitor.	

<i>Jornal do Commercio</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
<p>A construção do CIPS não é a única opção de desenvolvimento para a região;</p> <p>Os cientistas não foram convidados para o debate;</p> <p>O líder oposicionista faz votos pelo sucesso, mas não acredita que Suape seja a única opção viável de desenvolvimento.</p>	<p>Há outras alternativas de desenvolvimento além de Suape.</p> <p>Eles deveriam ser convidados;</p> <p>Poderia ser outros empreendimentos para trazer desenvolvimento.</p>
<p>O jornalista materializou, com seu gesto de interpretação, efeitos de sentido sobre os impactos ambientais e socioambientais advindos com o planejamento do CIPS.</p> <p><u>O Jornalista se contra-identificou com os ditos da FD.</u></p>	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS são difundidos para o leitor.	

As análises do grupo 1, apontam que os jornalistas, na maioria dos casos, ancoraram os seus discursos na FD dominante.

No Domínio 1 (*Jornal da Cidade*), no bloco 1, consideramos o jornal como um espaço de resistência. A publicação do “Manifesto Suape”, diante do contexto à época, ou seja, a ditadura militar, a publicação dos Atos Institucionais (AI) e a cassação dos direitos individuais dos cidadãos coloca o *Jornal da Cidade* como um espaço de resistência à formação discursiva desenvolvimentista-redentora.

Essa constatação é peculiar porque o *Jornal da Cidade* ao publicar o citado documento rompe com o silenciamento das discussões acerca dos impactos ambientais que poderiam vir a ser produzidos pelo CIPS. Ainda nesse domínio, verificamos que o jornalista ancorou os discursos na FD dominante, projetando para o leitor os efeitos de sentido sobre o CIPS de se tratar de um “superporto”. Essas denominações podem sugerir o que Orlandi (2007) expôs, quando uma denominação apaga os outros sentidos possíveis sobre o Complexo. Observamos, também, que as condições de produção do discurso indicavam que o país estava sob a ditadura militar, tal fato, pode ser materializado, no fio do discurso do jornalista quando enunciou trechos do governador do Estado, (verificar na SD4), sinalizando que havia à época, só pautadas no interesse público. Nesse caso, constatamos o que Orlandi (2007) afirmou se tratar de uma interdição do dizer, característica da censura local, atribui a responsabilidade do dizer ao enunciador, ficando, dessa forma, exposto às responsabilidades pelos seus atos.

Nesse entendimento, compreendemos que os discursos dos impactos ambientais produzidos (ou que poderiam vir a ser) pelo CIPS romperam o silenciamento, através da divulgação do “Manifesto Suape”, no *Jornal da Cidade*.

No caso do Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), identificamos o assujeitamento do jornalista a FD dominante. Em tal caso, percebemos que o interdiscurso também foi projetado nos discursos do jornalista, considerando esses aspectos, os efeitos de sentido projetados para o leitor, consistiram na exaltação do empreendimento, atribuindo-o a ‘salvação’ da economia de pernambucana. Identificamos também que o jornalista mobiliza a “*mise en scéne*”, conforme Pêcheux (2014), a fim de narrar situações do cotidiano, no intuito de se aproximar do leitor.

Ainda, nesse Domínio, identificamos que o jornalista projeta um gesto de interpretação, materializando os discursos do cotidiano para trazer explicações sobre o CIPS para o leitor. Ratificamos o nosso entendimento de que nesse domínio os impactos ambientais produzidos pelo CIPS foram silenciados para o leitor.

No Domínio 3 (*Jornal do Commercio*), identificamos que, nesse domínio, os jornalistas se filiaram e discursivaram os saberes ancorados na FD, assim como, em momentos de contra-identificação com os saberes da FD, enunciaram os impactos ambientais e socioambientais. Esse fato propiciou que os efeitos de sentidos sobre os impactos ambientais produzidos pelo CIPS pudessem romper o silenciamento. Percebemos que ao discursivizarem assujeitados à FD os jornalistas no fio do discurso enunciaram o “já-dito”, isto é, o interdiscurso que habita a FD desenvolvimentista-redentora determinada pela Formação Ideológica. No entanto, nos deslizamentos, os discursos do jornalista materializavam os questionamentos ao modelo de desenvolvimento ancorado na FD.

O que constatamos, nesse domínio, é que os impactos ambientais são discutidos, no momento em que se questionam os modelos de desenvolvimento propostos pela FD dominante.

Após a apresentação da síntese desse grupo, compreendemos que no embate das formações discursivas, a formação discursiva desenvolvimentista-redentora empenha-se em silenciar os sobre os impactos ambientais e socioambientais que serão gerados com as obras e com o posterior funcionamento do CIPS. No entanto, compreendemos que dada a constituição dos discursos ambientais, sua heterogeneidade, ele rompe o silenciamento sendo discursivizado nos entremeios. Percebemos que esses discursos se constituem um tipo de discurso de resistência.

No próximo bloco, apresentaremos uma síntese das análises do bloco 2. A nossa observação no funcionamento do processo discursivo teve como interesse verificar os seguintes aspectos:

- a) Se os jornalistas enunciaram os discursos ancorados na formação discursiva desenvolvimentista-redentora?
- b) Quais efeitos de sentido foram projetados para os sujeitos sobre o CIPS.
- c) Se os impactos ambientais e socioambientais gerados por Suape rompem o silenciamento?

Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), bloco 2.

<i>Diario de Pernambuco</i>	
Formação discursiva Desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
Refinaria em Suape é viável do ponto de vista ambiental; os doutores participaram do estudo; soluções ambientais de cerca de 45 mi que terá que gastar; fábrica em Suape vai gerar 1,5 mil empregos	Suape é não irá impactar o meio ambiente. Os cientistas atestam que Suape é viável ambientalmente. O meio ambiente é custo. Suape é o grande gerador de empregos do Estado.
O jornalista projetou gestos de interpretação para produzir efeitos de sentido junto ao leitor. O jornalista estava dominado pela FD dominante, “bom-sujeito” da FD.	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS foram silenciados para o leitor.	

Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), bloco 2.

<i>Diario de Pernambuco</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
O atraso das térmicas pode livrar o Nordeste do impacto ambiental; Suape fez pouco pelo meio ambiente; desmobilização de trabalhadores de Suape;	Os empreendimentos que aportam em Suape impactam o meio ambiente. Suape não cuida do meio ambiente. Os postos de trabalho em Suape estão encerrando.
O jornalista materializou gestos de interpretação para projetar para o leitor os impactos ambientais e socioambientais produzidos por Suape. O jornalista se contra-identificou com a FD.	
Os discursos dos impactos ambientais e socioambientais foram projetados para o leitor.	

Domínio 3 (*Jornal do Commercio*), bloco 2.

<i>Jornal do Commercio</i>	
Formação discursiva Desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
Moradores interessados nos processos de desapropriação, mas também no estaleiro e nos investimentos em infraestrutura urbana; serão implantados empreendimentos estruturadores, a exemplo de Suape; Suape é o maior polo de investimentos do país; um novo ciclo de investimentos no país; interesses das empresas de investir em Suape.	Os moradores estavam preocupados com a desapropriação, mas o estaleiro pode ser a solução pelos investimentos infraestrutura. Outros empreendimentos com a magnitude de Suape devem chegar. Suape vai trazer investimentos para Pernambuco.
Os gestos de interpretação do jornalista projetaram para o leitor o interdiscurso da FD O jornalista era o “bom-sujeito” da formação discursiva.	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS são silenciados para o leitor.	

Domínio 3 (*Jornal do Commercio*), bloco 2.

<i>Jornal do Commercio</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
O caminho até Suape é tortuoso; os trabalhadores vivem uma <i>via-crucis</i> ; o caminho até Suape é tortuoso; congestionamentos na chegada e na saída do trabalho; o trânsito é um caos.	Os caminhos são difíceis para chegar e sair de Suape. Os trabalhadores sofrem; Os congestionamentos são constantes.
O jornalista mobilizou gestos de interpretação para projetar efeitos de sentido junto leitor sobre o CIPS O jornalista era o “bom-sujeito” da FD	
Os impactos ambientais e socioambientais provocados por Suape são silenciados pelo assujeitamento do sujeito à FD.	

Domínio 4 (*Folha de Pernambuco*), bloco 1.

<i>Folha de Pernambuco</i>	
Formação discursiva Desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
A finalidade é discutir o desenvolvimento gerado pelo CIPS; os índices mostram os trilhos do desenvolvimento; os números e previsões astronômicas de Suape; o impacto de serão causados em PE com o desenvolvimento industrial, recursos humanos e social, meio ambiente e indústria.	Suape promove o desenvolvimento econômico. Os índices econômicos mostram que o estado está no caminho do desenvolvimento. Suape promove o desenvolvimento da indústria, dos recursos humanos [...] é o empreendimento propulsor da economia local.
O jornalista mobilizou aos discursos do cotidiano. O jornalista era o “bom-sujeito” da FD dominante.	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS são silenciados para o leitor.	

Domínio 4 (*Folha de Pernambuco*), bloco 1.

<i>Folha de Pernambuco</i>	
Formação discursiva desenvolvimentista-redentora	
Discursos	Efeitos de sentido projetados para o leitor
Na Ilha de Tatuoca as obras do Estaleiro têm sido alvo de críticas devido ao impacto ambiental; audiência pública para discutir o impacto ambiental; as questões sociais foram as mais frentes; indenizações muito baixas; não receberam indenizações	As obras do Estaleiro têm produzido impactos ambientais. Na audiência pública as discussões mais frequentes foram as questões sociais. Os impactos ao meio ambiente ficaram em segundo plano. Os moradores da Ilha de Tatuoca não receberam as devidas indenizações.
O jornalista realizou gestos de interpretação projetando os impactos ambientais de Suape na vida dos cidadãos. O jornalista discursivizou na contra-identificação com os discursos ancorados na FD	
Os discursos dos impactos ambientais produzidos pelo CIPS são projetados para o leitor. Os efeitos de sentido da denúncia às violações aos direitos dos cidadãos são enunciados.	

Neste momento, nos debruçaremos para trazer uma síntese do funcionamento do processo discursivo desse bloco de análises. Ressaltamos, neste grupo, está inserido o único

bloco de SDs do Domínio 4 (*Folha de Pernambuco*), em virtude de o veículo ter entrado em circulação no ano de 1998.

Inicialmente, verificamos que as condições de produção do discurso apontavam que a Formação ideológica capitalista-industrialista projetava os seus discursos para as formações discursivas, a FD desenvolvimentista-redentora. Contudo, vale ressaltar, que havia uma situação distinta, o regime político do país é o democrático.

Ao observarmos o funcionamento do processo discursivo identificamos que havia uma discursividade, em torno dos discursos sobre o CIPS projetados pela FI, em consonância com as condições de produção. Essas discursividades, no fio dos discursos dos jornalistas, projetavam os efeitos de sentido do Complexo como o “grande provedor da economia local”, o “maior gerador de emprego e renda”, a “locomotiva do desenvolvimento de Pernambuco”. O que nos levou a considerar que esses discursos estariam ancorados na FD discursiva desenvolvimentista-redentora. Contudo, consideramos que se esses eram os sentidos permitidos há também aqueles que foram silenciados, conforme afirma Orlandi (2007). Concluímos que os outros sentidos só poderiam ser enunciados a partir da falha no processo discursivo no ritual de assujeitamaneto do sujeito à FD, configurando-se como discursos da resistência.

No Domínio 2 (*Diario de Pernambuco*), identificamos que os jornalistas ancoraram seus discursos tanto na FD. Já na contra-identificação, discursivizaram sobre o CIPS. Quando se contra-identificaram com a FD os jornalistas, usualmente, enunciaram os discursos dos impactos socioambientais produzidos pelo empreendimento, nesses casos, projetaram para os leitores os efeitos de sentido de que o CIPS produz impactos (negativos) na vida da comunidade circunvizinha ao Complexo e para a sociedade como um todo.

Identificamos, ainda, que o jornalista mobiliza os saberes da prática discursiva do jornalismo e os ratifica nos seus enunciados, recorrendo às fontes creditadas, no caso, afirmindo, por exemplo, ter sido o RIMA elaborado por doutores da Universidade, a fim de atribuir robustez aos seus discursos. Nesse domínio, percebemos também que o jornalista mobiliza gestos de interpretação para levar ao leitor explicações e considerações sobre os fatos discursivizados, projetando, com isso, efeitos de sentido, dentre eles, a aproximação junto ao leitor.

Um outro ponto a ser destacado, é que por ser o “bom-sujeito” da FD e enunciar os discursos que nela estão ancorados, o jornalista projetou os efeitos de sentido para o leitor de que o CIPS é o empreendimento que promove o desenvolvimento econômico do Estado. No entanto, silenciou para o leitor os impactos ambientais produzidos pelo Complexo.

O jornalista, por sua vez, que se contra-identificou com os ditos ancorados na FD, projetou efeitos de sentido para o leitor sobre o CIPS. Outro aspecto, é que consideramos que, com a contra-identificação, o jornalista mobiliza gestos de interpretação que projetam os efeitos de sentido de denúncia das violações ao meio ambiente natural e as pessoas produzidos pelas atividades do Complexo.

No Domínio 3 (*Jornal do Commercio*), ao observarmos o funcionamento do processo discursivo, identificamos que os jornalistas enunciaram ancorando os seus discursos na FD dominante e se contra-identificaram com FD. Ao enunciarem da FD, os jornalistas mobilizaram a gestos de interpretação para produzir efeitos de sentido no leitor sobre o Complexo. Identificamos que esses discursos do jornalista refletiam o “já-lá” da FI, particularmente, porque algumas discursividades são recorrentes, tais como: “o maior porto”, “maior polo de investimentos”, dentre outros. Outro ponto, característico nesse Domínio, é que o jornalista enuncia a presença de um grupo de moradores atingidos pelos impactos das atividades de Suape, porém, em um gesto de interpretação, projeta para o leitor os efeitos de sentido de que eles (moradores) também têm interesse nas obras da Refinaria. Esse gesto de interpretação do jornalista silencia as demandas dos moradores e os impactos ambientais e socioambientais produzidos pelo empreendimento.

Já no Domínio 4 (*Folha de Pernambuco*), identificamos, assim como nos demais domínios, os jornalistas também enunciaram ancorando os discursos na FD desenvolvimentista-redentora e a partir da falha do ritual do processo discursivo, na contra-identificação, enunciaram os impactos ambientais e socioambientais gerados pelo empreendimento. Além disso, o jornalista mobiliza gestos de interpretação para explicar alguns fatos ao leitor, projetando o efeito de sentido de aproximação (confiabilidade). Assim sendo, os discursos sobre os impactos ambientais são silenciados para o leitor.

Ainda sobre o Domínio 4 (*Folha de Pernambuco*), verificamos que o jornalista mobilizou gestos de interpretação para produzir sentidos junto ao leitor, dente eles, o que Pêcheux (2014) denominou de “*mise en scène*”, relatando fatos do cotidiano “como se” estivesse revivendo a cena.

Confirmamos com as análises que as condições de produção do discurso sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), a partir da formação ideológica (FI) e a formação discursiva desenvolvimentista-redentora silenciaram os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento na mídia pernambucana (jornalismo impresso). Esse fato ocorreu porque das CP emergiu a Formação ideológica capitalista-industrialista, projetando as

formações discursivas, FD desenvolvimentista-redentora e nela os jornalistas projetaram seus discursos para enunciar sobre o CIPS.

Assumimos, que os *discursos sobre* os impactos ambientais e socioambientais são tipo de discursos de resistência. Nesse caso, nos embates das formações discursivas esses discursos de resistência estão no entremeio dos sentidos, rompendo o silenciamento e sendo projetados para o leitor e produzindo sentidos.

De outra parte, é preciso considerar a importância da comunicação ambiental na mobilização de uma atitude cidadão, na maior parte dos casos, percebemos que os jornalistas ao enunciaram os impactos produzidos pelo CIPS, mobilizaram nos seus discursos os efeitos de sentido de denúncia, de crítica, entre outros, projetando para o leitor as informações que poderiam promover o pleno exercício da cidadania.

Pensar os problemas levantados na sociedade, na perspectiva discursiva, nos proporciona uma abertura para os sentidos do “já-lá, interdiscurso do qual é prenhe o mosaico que se constitui o tecido social. Essas discursividades nos permitem compreender que o “dizer não é nosso”, mas significam, como disse Orlandi (2007) pela história e pela língua. E, como Pêcheux (2014) afirmou, não existe prática discursiva sem sujeito.

Mas, qual o nosso papel ao refletir sobre o silenciamento dos impactos produzidos pelo CIPS? Nossa postura pode ser proveniente de várias práticas, muitas vezes, consideradas utópicas. Contudo, a resposta poderia ser: se a academia não refletir, não tornar público, não compreender as nuances que envolvem os discursos na sociedade e a produção de sentidos, quem irá fazer?

Esta pesquisa sinalizou a relevância da realização de um estudo que contemple a observação do funcionamento do processo discursivo dos boletins do Fórum Suape Socioambiental. O boletim foi criado em 2016 pelos organizadores do Fórum Suape, alguns deles signatários do Manifesto Suape e passou a se configurar como um espaço de denúncia dos impactos ambientais e socioambientais produzidos por Suape. Porém, deixaremos para uma pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Luiz. **Suape e sua trajetória histórica**: um olhar geográfico. 2011. 258f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ANCHIETA aborda apenas aspecto técnico de Suape. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 08 maio 1975. Caderno Política e Governo.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BORGES, Letícia. “Para o Governo já se pode falar em vitória”. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 03 jun. 1992.

BOURG, Dominique. **Os Sentimentos da Natureza**. Tradução Ana Maria Novais. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Marajoara Editorial, 2007.

BRAGA, Maria do Carmo de Albuquerque; LIMA, Antônia Santamaria de Queiroz. “Território estratégico de Suape: diretrizes para uma ocupação sustentável”. **Humanae**. v.1, n.3, p.54-65, Dez. 2009. Disponível em: <http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/52/23>. Acesso em: Nov. 2018

BRASIL inicia participação oficial na Rio +10. **BBC Brasil.com**, 26 de agosto de 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTILHO, Fernando. “Desafios da fase II de Suape”. **Jornal do Commercio**. Pernambuco. 22 jul. 2014. Economia, p. 2.

CERQUEIRA, Jean Fabio Borba. **Da natureza da animação à animação da natureza**: discursos ambientais em “Enviro-toons” brasileiras veiculadas nos festivais FICA, Festcineamazônia e Filmambiente. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CIENTISTAS lançam manifesto contra o complexo de Suape. **Jornal da Cidade**, a. 2, n. 24, 06 a 12 abr. 1975a.

CIENTISTAS não foram convidados para o debate. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 09 de maio de 1975b. Caderno 1, p. 5.

CLEMENTE, André. Crescimento chinês? **Diário de Pernambuco**. Pernambuco, 13 set. 2013, Economia, p. 3.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

CONTRA o descaso: Vítimas do célio 137 protestam na Ecotech. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 04 de junho de 1992.

CORBETT, Julia B. **Communicating Nature**: how we create and understand environmental messages. Washington, DC: Island Press, 2006.

COSTA, Eduardo. “Refinaria em Suape é viável”. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 24 maio 2007. Caderno de Economia, p. B 3.

COSTA, Mariana Timóteo da. “Rio +10 avançou pouco em relação a 92, afirmam ONGs”. **BBC Brasil.com**. 04 de setembro de 2002.

COSTA, Priscila. “Consumo de gás cresce com grandes projetos”. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco. 22 de jul. 2014. Economia.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUfscar, 2014.

COX, Robert. **Environmental Communication and the Public Sphere**. 3^{ed}. Publications. London: SAGE, 2010.

CRISTO, Catarina. “Petrobras repassa R\$ 45 mi para meio ambiente em PE – Desapropriações e vagas em discussão”. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 24 maio 2007, Economia, p. 3.

CRÍTICA aos direitos humanos. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 13 jun. 2002, p. A9.

DA MATTA, Roberto. “Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações”. Trad. Danielle Birck. In: **Os sentimentos da Natureza**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Felipe Augusto do. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na análise do discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **Revista SIGNUM: Estudos Linguísticos**. Londrina, v. 19, n. 2, p. 80-103, dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/25109>

DEL VECCHIO DE LIMA, Myriam et al. “A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais”. **Revista Desenvolvimento e meio ambiente**. v. 34, p. 75-84, ago. 2015.

DESENVOLVIMENTO Projeto Suape Global será apresentado hoje. **Jornal do Commercio**. Pernambuco. 24 Ago. 2010. Economia.

DREW, David. **Processos interativos homem – meio ambiente**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DRYZEK, John S. **The politics of the Earth**: environmental discourses. United Kingdom: Press in the University Oxford, 2013.

ECOPOLIS INTERNATIONAL MASTER. **Suape Global/Suape Local**: o caminho sinuoso do desenvolvimento integrado. 2009. Disponível em:
https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/estudosecopolis_suapeglobal.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

ENFIM, um debate sobre Suape. **Jornal da Cidade**. a. 2, n. 29, 11 a 17 de maio de 1975.

ENTIDADES criticam valor da indenização. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 24 de maio de 2007, Economia, p. 2.

ESTALEIRO: Acesso viário terá novo projeto executivo. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 04 jun. 2008, Economia.

FALCAO, Mirela. “Térmicas perdem prazo e natureza lucra”. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 13 maio 2012, Economia.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. “Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade”. In: SILVA, Gislene et al. (orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

GARCIA, Carlos; MUSSALEM, Josué. **Suape muito mais que um porto**: uma visão econômica. Recife: Comunigraf, 2011.

GENTELLE, Pierre. “China: como viver o seu meio?” In: BOURG, Dominique. **Os sentimentos da Natureza**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GERN, Augusta; DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian. “Aprender e ensinar o jornalismo ambiental”. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. (orgs.). **Jornalismo Ambiental**: teoria e prática. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. (livro eletrônico). Disponível em:
<https://jornalismoemeioambiente.com/e-book/ISBN:978-85-53074-20-4>. Acesso em: 12 dez. 2018

GIMENEZ, Aurélio. “A comunidade negra e o Brasil - Simpósio conclui que preconceito aumentou”. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 14 jun. 1992.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. “Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental”. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. (orgs.). **Jornalismo Ambiental**: teoria e prática. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. (livro eletrônico). Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/e-book/ISBN:978-85-53074-20-4>. Acesso em: 26 nov. 2018.

GRIGOLETTO, Evandra. “Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito”. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2005a, p. 154-164. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html. Acesso em: 20 nov. 2018

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica:** um espaço discursivo intervalar. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005b.

GUARDA, Adriana; EBRAHIM, Raissa. O tortuoso caminho para Suape. **Jornal do Commercio**. Pernambuco, 13 fev. 2011, Economia.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural na esfera pública:** investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart et al. “A produção social das notícias: o mugging nos media”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

HENRY, Paul. “Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Betânia S. Mariani et al. 5^aed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental.** Trad. Annahid Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HÉLCIAS explica complexo. **Jornal do Commercio**. Pernambuco, 08 maio 1975.

INDURSKY, Freda. “Da interpelação à falha no ritual: a trajetória da noção de Formação Discursiva”. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso:** apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 75-87.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação.** Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 2003.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso:** (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.

MALDIDIER, Denise. “Elementos para uma história da análise do discurso na França”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli et al (orgs.). **Gestos de Leitura:** da história no discurso. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 256f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

MARINHO, Paulo. “Workshop discute impacto do Porte em PE”. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 24 ago. 2010. Economia. p.5.

MATTOS, Sérgio. **O contexto midiático**. Salvador: IGHB, 2009.

MATTOS, Sérgio. O crescimento da mídia impressa sob o controle econômico do Estado. In DOURADO, Jacqueline Lima (org.). **Economia Política do Jornalismo**: campo, objeto, convergência e regionalismo. Teresina: EDUFPI, 2013.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Trad. Marco antonio Esteves da Costa e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Dumará distribuidora, 1992.

MDB aguarda conclusão de parecer. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 09 maio 1975. p. 5,

MEDEIROS, Priscila Muniz de. **O meio ambiente na narrativa documental**: uma análise das estratégias discursivas de documentários sobre a agricultura industrial. 2017. 214 f. (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

NOTARO, Tatiana. “48 milhões de toneladas de cargas em Suape até 2014”. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 15 fev. 2011, Economia. p. 4.

NOVO Nordeste. **Diario de Pernambuco**, 28 de março de 2012.

OBRAS da refinaria atraem 10 interessados. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 24 maio 2007, Investimentos.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio**: nos movimentos dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Betânia S. Mariani et al. 5^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp.61-161, 1969.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Betânia S. Mariani et al. 5^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PEZZULLO, Phaedra C.; COX, Robert. **Environmental Communication**: and the public sphere. 3. ed. Publications. London: SAGE, 2015.

PONS, Philippe. “Japão: um apego selectivo à natureza”. In: BOURG, Dominique. **Os sentimentos da Natureza**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RESÍDUO “tipo exportação” que sai de Suape”. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 01 agos. 2015.

RIES, M. William. “Contradição - Duas Europas do Rio: uma rica, uma mendiga”. **Jornal do Commercio**, Londres, 03 jun. 1992.

RIFFE, Daniel; AUST, Charles F.; LACY, Stephen R. The effectiveness of random, consecutive day and constructed week sampling in newspaper content analysis. **Journalism Quarterly**. vol 70, n. 1, Spring, March, 1993.

RIO +20 luta pelo consenso. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 13 jun. 2002, p. A9.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antonio Chelini et al. 26. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Expansão dos Espaços de Pobreza no contexto do desenvolvimento da região de Suape**: Deslocamentos populacionais atraídos pelos empregos diretos e indiretos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. Anais [...]. Águas de Lindóia: ABEP, 2012. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2052/2011>. Acesso em: 03 fev. 2019

SUAPE extinguirá miséria, diz Hélcias. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 08 maio 1975, capa.

SUAPE: a hora da discussão. **Jornal da Cidade**. a. 2, n. 25, 13 a 19 de abril de 1975.

TRAQUINA, Nelson. “As notícias”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

VELOSO, Fernando A; VILLELA, André; GIAMBIAGI, André. **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968 – 1973)**: uma análise empírica. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.